

Relatório & Contas Consolidadas 2023



Senhores Acionistas,

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias a que se encontra sujeito, vem o Conselho de Administração da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (“SUMA” ou “Empresa”) submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório & Contas Consolidadas relativas ao ano de 2023.

Índice

05

Mensagem do Presidente

27

Análise da Atividade do Grupo SUMA

06

Principais Indicadores

43

Análise Sócio-Económica

07

Perfil

51

Nota Final

09

Governo Societário

52

Demonstrações Financeiras Consolidadas

13

O Grupo SUMA

59

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

24

Evolução da Atividade em 2023

140

Pareceres e Certificações

na
construção
de um
ambiente
melhor



Mensagem do Presidente



Liderança com foco na sustentabilidade

Crescemos, diversificámos e cuidámos - o ano de 2023 correspondeu a um período de crescimento sustentável da atividade, com desenvolvimentos internacionais relevantes e um posicionamento estratégico mais ambicioso.

A estratégia de diversificação da atividade comercial e o reforço de práticas de eficiência e sustentabilidade, são os principais fatores do incremento de 6,7% em vendas e serviços prestados face a 2022, que geraram receitas consolidadas superiores e 432 M€. Este resultado é fruto de um trabalho conjunto que demonstra a capacidade do Grupo SUMA quanto à sua forma de ultrapassar desafios e explorar novas oportunidades de mercado.

O ano de 2023 foi também o ano em que a Mota-Engil adquiriu a posição minoritária anteriormente detida pela Urbaser, operação formalizada a 3 de janeiro de 2024, o que reforçou o compromisso estratégico com a área do Ambiente, nomeadamente na internacionalização desta atividade, suportada no seu vasto know-how e presença em mercados de sucesso, como são Brasil, Angola, Omã e Moçambique.

A este nível, há a salientar o excelente desempenho internacional do **Grupo SUMA**, sendo de destacar o crescimento mais expressivo no Brasil, mercado onde estamos envolvidos em várias frentes e oportunidades.

A Sustentabilidade mantém-se central na nossa atuação, assim como a motivação de incorporar as melhores práticas ESG, das quais é exemplo o nosso compromisso para com a segurança dos trabalhadores - a SUMA está comprometida com a segurança de todos, sendo este um valor inegociável e base de partida para qualquer ação.

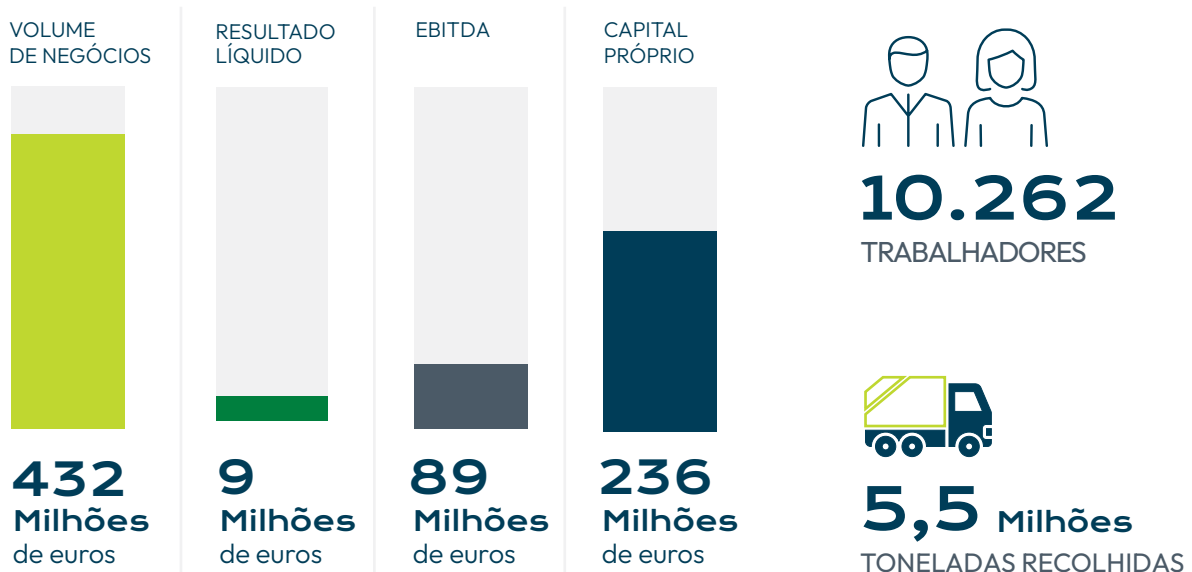
Antecipamos um novo ciclo de crescimento e inovação, o que permitirá oferecer aos nossos clientes propostas mais integradas e competitivas, reforçando as nossas competências distintivas e a mais-valia que aportamos na implementação dos projetos.

E ainda, porque só em equipa se chega mais longe, deixo um agradecimento especial a todos os trabalhadores, acionistas, clientes, fornecedores e entidades parceiras, sem os quais não teria sido possível alcançar os bons resultados registados.

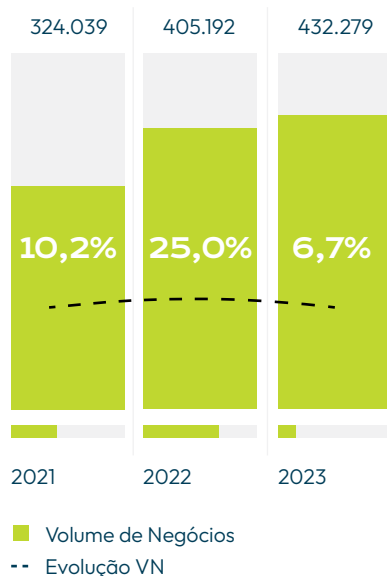
Manuel Costa
Presidente - Chief Executive Officer (CEO)

01

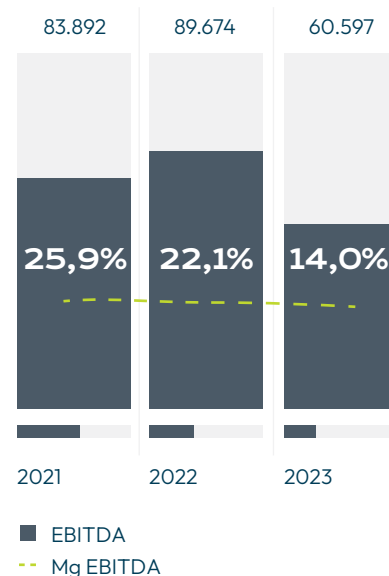
Indicadores 2023



Volume de Negócios



EBITDA



Nota: Resultado Líquido e EBITDA não consideram perdas em empresas associadas

02

Perfil

O **Grupo SUMA** possui três décadas de experiência ao serviço do ambiente e das populações, assumindo, desde 1996, a posição cimeira no setor nacional dos resíduos. Apoiado pelos alicerces sólidos da Mota-Engil, tem vindo a trilhar um percurso de liderança e empreendedorismo, constituindo-se como referência em Portugal e nos mercados internacionais em que opera.

Estruturada nas melhores práticas ambientais e de governação, a política organizacional da Empresa integra requisitos emergentes do setor, expectativas das partes interessadas, necessidades dos clientes, soluções de eficiência e investimentos em sistemas de última geração.

A capacidade permanente de adaptação e de inovação, assim como a aposta na capacidade técnica do seu capital humano, forjam uma credibilidade publicamente reconhecida e atestada, quer pelas certificações do sistema de gestão, quer pela atribuição de distinções ao longo dos anos de atividade.

Missão, Valores e Visão



Missão

- Gerir resíduos, na construção de um ambiente melhor.



Valores

- Foco nos clientes e na melhoria.
- Desempenho sustentável e seguro.
- Comprometimento das pessoas.



Visão

- Manutenção da liderança no mercado nacional, de forma sustentável.
- Consolidação do negócio nos mercados internacionais.

Política de Gestão

Com base na missão, nos valores e na visão, a Administração da SUMA estabeleceu a sua política de gestão, comprometendo-se a liderar e gerir a organização, de acordo com os seguintes compromissos e orientações:

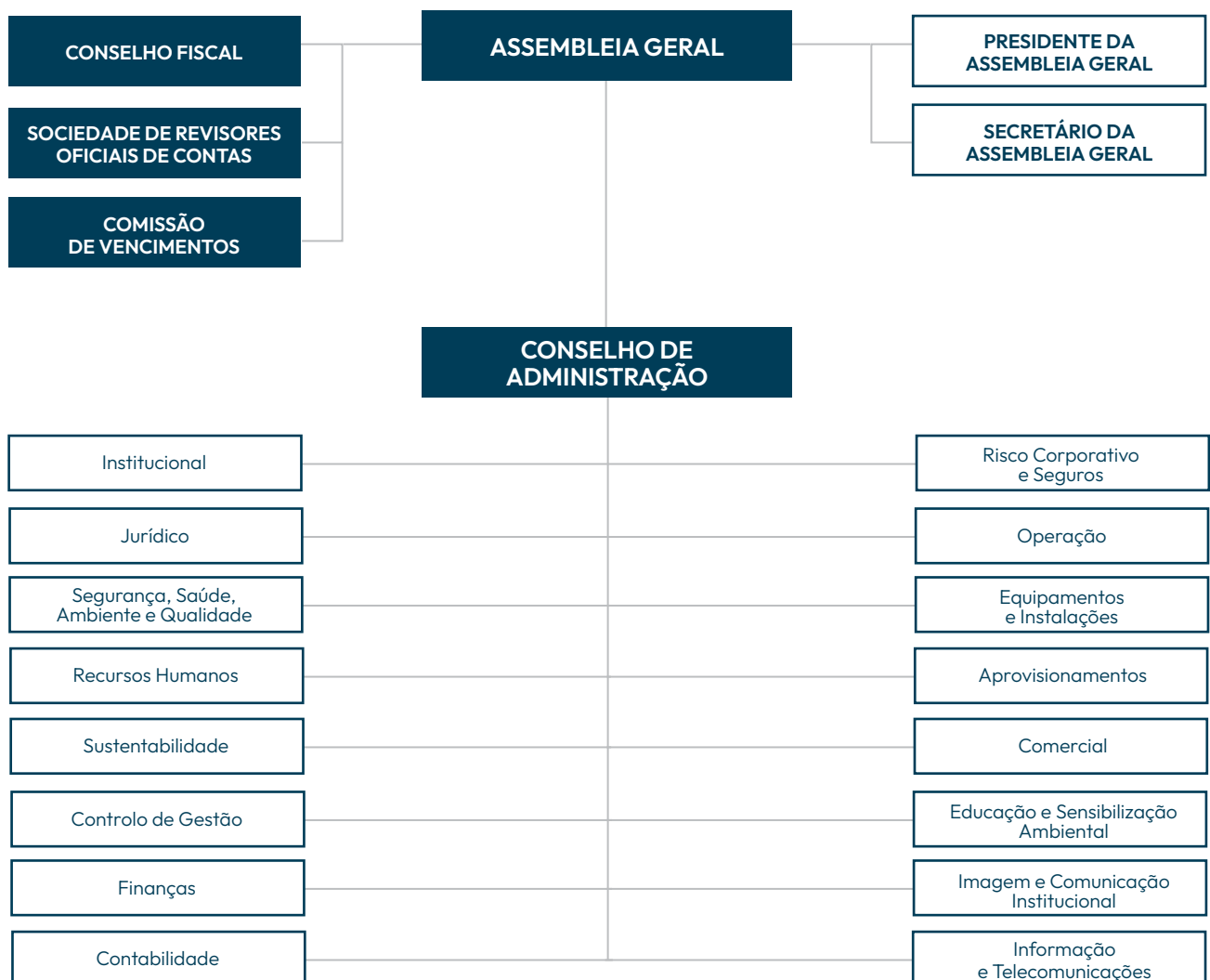
- 1) Cumprimento de todas as obrigações de conformidade da Organização;
- 2) Manutenção da liderança no mercado nacional da Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, promoção da área de negócio de serviços de Educação e Sensibilização Ambiental e consolidação da internacionalização do negócio;
- 3) Satisfação sustentada dos Clientes, oferta de soluções de gestão de resíduos inovadoras, integradas, eficazes e eficientes;
- 4) Utilização sustentável da energia e da água, prevenção da poluição, implementação de medidas de prevenção e controlo para proteção do ambiente;
- 5) Prevenção de lesões e afeções da saúde, promoção de locais de trabalho seguros e saudáveis, implementação de medidas de prevenção e controlo adequadas para eliminação ou redução dos riscos para a segurança e saúde de Trabalhadores e Terceiros;
- 6) Comprometimento das pessoas, valorização profissional e pessoal dos Trabalhadores, adequação das competências às suas funções, responsabilidades e autoridades;
- 7) Criação de valor para os Acionistas, Clientes, Trabalhadores, Fornecedores e demais Partes Interessadas relevantes;
- 8) Comunicação adequada às Partes Interessadas relevantes, promoção quer do seu envolvimento na Cultura da Organização, quer da perceção do benefício mútuo resultante desse envolvimento;
- 9) Tomada de decisões baseada em evidências, análise e avaliação de dados/informação, para potenciar a obtenção dos resultados pretendidos;
- 10) Melhoria Contínua do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, a fim de melhorar o desempenho da Organização.

03

Governo Societário

O **Grupo SUMA** adotou um modelo de governo clássico reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, não fazendo o último parte do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, por determinar a orientação estratégica e por proceder à designação e supervisão geral. Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos tem por função definir a Política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.



Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

■ Presidente

José Manuel Mota Neves da Costa

■ Vice-Presidente

Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

■ Vogais

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Moraes Kol de Carvalho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Pricewaterhousecoopers & Associados

■ Representado por:

Hugo Miguel Patrício Dias, ROC

António Alberto Martins Afonso, ROC

CONSELHO FISCAL

■ Presidente

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos

■ Efetivos

Pedro Miguel Pereira Gonçalves

Ricardo Humberto Pires Pereira de Almeida

■ Suplente

Tiago Nuno Correia da Cruz

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

■ Presidente

Ivone Santos Martins

■ Secretária

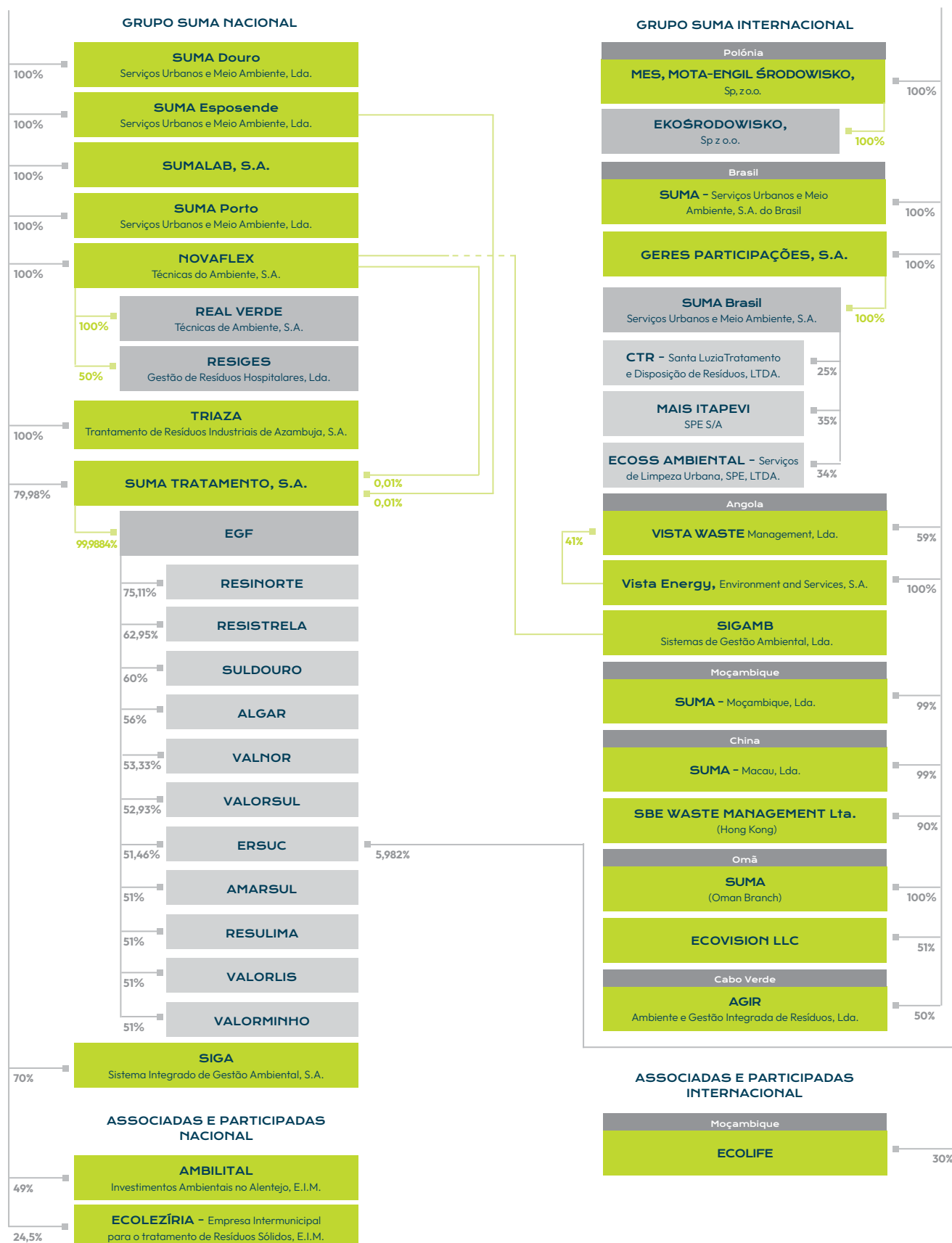
Patrícia Maria Fernandes dos Santos Tamang

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Luis Filipe Cardoso da Silva

Estrutura Societária



Principais Indicadores

	2021	2022	2023	Var. 22/23
Vendas e Serviços Prestados	324.038.545	405.191.876	432.279.101	6,7%
EBITDA	86.066.807	89.674.432	60.596.970	(32,4%)
Margem EBITDA	26,6%	22,1%	14,0%	(8,1 pp)
EBIT	41.396.463	35.210.391	13.815.368	(60,8%)
Margem EBIT	12,8%	8,7%	3,2%	(5,5 pp)
Resultado Antes de Impostos	28.876.161	22.215.265	(11.281.528)	(150,8%)
Resultado Líquido	12.897.243	9.565.131	(23.723.032)	(348,0%)
Rentabilidade Líquida das Vendas	4,0%	2,4%	(5,5%)	(7,9 pp)
Rentabilidade dos Capitais Próprios	5,8%	3,8%	(10,3%)	(14,1 pp)
Endividamento Geral	69,6%	70,1%	73,8%	3,7 pp
Autonomia Financeira	29,0%	29,5%	25,8%	(3,7 pp)
Liquidez Geral	82,7%	104,3%	83,5%	(20,8 pp)

	2021	2022	2023	Var. 22/23
Número Médio de Colaboradores	9.971	10.546	10.262	(2,7%)
Toneladas – Recolha RSU	1.389.750	1.510.309	1.690.608	11,9%
Toneladas – Tratamento RSU	3.603.366	3.442.308	3.421.628	(0,6%)
Toneladas – Resíduos industriais	506.359	539.477	379.619	(29,6%)
Municípios Servidos – Recolha RSU e Limpeza Urbana	85	86	90	4,7%
Municípios Servidos – Tratamento RSU	180	174	174	-

Nota: os indicadores de atividade agregam todas as empresas com gestão operacional da SUMA, os quais em 2023 passaram a não incluir os dados da ECOSS Ambiente.

04

O Grupo SUMA

O **Grupo SUMA** dedica-se à gestão global do ciclo de vida dos resíduos, tendo como permanentes aliadas a inovação e a tecnologia, na antecipação a tendências e na adaptação às necessidades emergentes.

As estruturas e *know-how* de que dispõe, permitem ponderar soluções integradas e completas, desde o planeamento, conceção, construção, implementação e monitorização, sempre numa perspetiva de melhoria e de sustentabilidade.

Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana

SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

A SUMA é a empresa mãe deste Grupo e o principal pilar desta organização. O objeto da sociedade abrange a gestão global de resíduos e desenvolve, como principais atividades, a prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana (“RRSU”), assumindo-se como referência nacional na sua área de atuação.

SUMA (Esposende) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. (“SUMA Esposende”)

A SUMA Esposende foi criada em 6 de dezembro de 1999 com o objetivo de gerir o contrato de concessão de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana no conselho de Esposende, o que se efetivou em agosto de 2003, com o trespasse desse mesmo contrato da Serurb – Serviços Urbanos, Lda. para a SUMA Esposende. Esta empresa alterou a sua designação inicial – Serurb (Esposende) – Serviços Urbanos, Lda. – para SUMA (Esposende) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda., em janeiro de 2008, após a integração no Grupo SUMA. O referido contrato com o município de Esposende terminou no início do ano 2023.

NOVAFLEX – Técnicas do Ambiente, S.A. (“NOVAFLEX”)

Constituída em 1993 e adquirida pela SUMA em 2007, a NOVAFLEX tem como atividade principal a prestação de serviços de recolha de RSU e de limpeza urbana. Durante o ano de 2021, a empresa prosseguiu com a operação no concelho de Loulé, na prestação de serviços de limpeza urbana, no âmbito de um contrato com período de 2 anos que terminou em abril de 2023, e manteve a execução de contratos de curta duração em diversos municípios, dos quais se destacam os serviços de recolha multimaterial em Oliveira do Bairro e varredura mecânica de arruamentos em Grândola. A partir de outubro de 2021, a NOVAFLEX voltou a assumir a execução do contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho da Figueira da Foz, adjudicado ao Grupo SUMA e transferido para a NOVAFLEX, que se estenderá até dezembro de 2026. Para a operacionalidade destes serviços, a empresa conta com o apoio de sociedades do Grupo SUMA, em regime de subcontratação de recursos e serviços.

SUMALAB, S.A. (“SUMALAB”)

A SUMALAB foi constituída em 27 de julho de 2000, com o objetivo de dar cumprimento a um contrato de concessão de exploração e gestão de serviços de recolha de resíduos e varredura no concelho de Matosinhos, incluindo a prestação de serviços de análises laboratoriais. A empresa foi responsável, durante 17 anos, pela execução desta concessão, com início no ano 2000 e termo em junho de 2017, ano em que cessou os serviços



neste âmbito. A empresa alterou a designação para SUMALAB em fevereiro de 2019, com o objetivo de promover a mudança da imagem, após o término do referido contrato de concessão e com a alteração do core business para a atividade laboratorial.

O Grupo SUMA conta ainda com duas sociedades cuja atividade já cessou e que aguardam por novas oportunidades de negócio:

SUMA (Douro) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. (“SUMA Douro”)

A SUMA Douro foi criada em 27 de julho do ano 2000 e a sua constituição teve como objetivo realizar a gestão e exploração de contratos de prestação de serviços e fornecimento de equipamento na área dos resíduos sólidos urbanos (“RSU”), no âmbito geográfico dos concelhos que integram a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), contratos estes que já terminaram.

SUMA (Porto) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (“SUMA Porto”)

A SUMA Porto foi constituída a 17 de outubro de 2008, para o desenvolvimento, gestão e exploração, em regime de prestação, da concessão da recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública no Município do Porto. Esta prestação de serviços foi adjudicada à SUMA, que constituiu esta empresa com o objetivo de dar cumprimento à exigência contratual. A atividade na SUMA Porto ao abrigo deste contrato cessou em 2018. Com o término do contrato, a empresa cessou a sua atividade e, desde o ano de 2019, não prestou qualquer serviço e não contou com trabalhadores.

Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

O Grupo SUMA acrescenta à liderança nacional no mercado privado de recolha e limpeza urbana, a posição cimeira no tratamento e valorização de resíduos (“TRSU”), com a integração do Grupo EGF. A área de tratamento de RSU do Grupo SUMA abrange cerca de 6,38 milhões de habitantes em Portugal, mais de 60% da população portuguesa, distribuída por 174 municípios.

SUMA Tratamento

A SUMA Tratamento foi a empresa utilizada, pelo Grupo SUMA, como sociedade veículo na operação de aquisição da EGF, num processo de privatização, através de concurso público internacional, e detém, atualmente, uma participação de 99,9884% no capital da EGF, encontrando-se as restantes 1.300 ações na posse de colaboradores do Grupo EGF.

EGF

A EGF é uma sociedade gestora de participações sociais, responsável pela gestão e coordenação de 11 sociedades, todas elas detidas maioritariamente – Valorminho, Resulima, Resinorte, Suldoiro, Resiestrela, Ersuc, Valorlis, Valnor, Valorsul, Amarsul e Algar – e concessionárias dos Sistemas Multimunicipais, que atuam numa área de 48.089 km², 52% do território nacional. A população servida é representativa de 60% dos habitantes do país, ou seja, cerca de 6,3 milhões de pessoas, tendo sido tratados e valorizados cerca de 3,2 milhões de toneladas de resíduos durante o ano de 2023.

ALGAR

A Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“ALGAR”), foi constituída em 1995 e executa o tratamento e a valorização dos resíduos produzidos nos 16 municípios do Algarve, contribuindo para o bem-estar das populações residentes e para a qualidade da oferta turística da região. A estrutura acionista da ALGAR integra a EGF, que detém a maioria do capital social, com 56%, e os 16 municípios do Algarve com os restantes 44%. Serve os municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Sto. António. A ALGAR dispõe atualmente das seguintes infraestruturas: treze ecocentros, uma unidade de tratamento mecânico, uma instalação de tratamento mecânico e biológico, dois aterros sanitários, duas centrais de triagem, três centrais de compostagem de verdes, três instalações de recuperação de biogás, oito estações de transferência.



AMARSUL

A Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“AMARSUL”) foi constituída no ano de 1997, tendo-lhe sido atribuída a concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos da Margem Sul do Tejo, por um período de 25 anos, concessão alargada em 2002 e em 2014 e que terminará em 2034. O capital social da AMARSUL pertence, em 51%, à EGF, sendo os restantes 49% detidos pelos 9 municípios inseridos na área de atuação. Serve uma população de 779.399 habitantes nos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e, para isso, dispõe de sete ecocentros, um tratamento mecânico, dois aterros sanitários, uma central de triagem, uma unidade de tratamento mecânico e biológico - central de compostagem, uma unidade de tratamento mecânico e biológico - digestão anaeróbia, três instalações de recuperação de biogás e uma estação de transferência.

ERSUC

Constituída em 1996, a Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (“ERSUC”) é a empresa responsável por tratar e valorizar os resíduos sólidos produzidos em 36 municípios do Litoral Centro, promovendo a melhoria da qualidade de vida e do ambiente desta região. A área geográfica abrangida é de cerca de 6.700 km², servindo uma população de cerca de 1 milhão de habitantes. A ERSUC é participada em 51,46 % pela EGF, em 5,98% pela SUMA, 0,18% pelo Centro da Biomassa para a Energia e os restantes 42,38% por 32 dos 36 municípios servidos. As suas infraestruturas são constituídas por duas unidades de tratamento mecânico biológico, sete ecocentros, dois aterros sanitários, duas centrais de triagem, cinco instalações de recuperação de biogás, sete estações de transferência, duas unidades de produção de CDR.

RESIESTRELA

A Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“RESIESTRELA”), tem data de constituição de 2008 e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos urbanos da Cova da Beira. Serve os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso. A EGF detém 62,95% da RESIESTRELA e os restantes 37,05% pertencem aos 14 municípios acima identificados. Dispõe atualmente de catorze ecocentros, um aterro sanitário, uma unidade de recuperação de biogás de aterro, uma central de triagem, uma central de compostagem e nove estações de transferência, servindo uma população de 186.836 habitantes numa área geográfica de 6.132 km².

RESINORTE

A Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“RESINORTE”) é, desde 2015, responsável pela concessão do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos urbanos do Norte Central. Constituída em 2009, é detida em 75,11% pela EGF, e, na parte restante, pela Associação dos Municípios do Vale do Douro Norte e por 22 dos 35 municípios utilizadores do sistema, que são: Alijó, Amarante, Armamar, Baião, Boticas, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Chaves, Cinfães, Fafe, Guimarães, Lamego, Marco de Canaveses, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Trofa, Valpaços, Vila Nova de Famalicão, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vizela. Abrange uma área geográfica de 8.090 km², servindo uma população de aproximadamente um milhão de habitantes e atualmente dispõe de quatro aterros sanitários, uma central de valorização orgânica, oito estações de transferência, quatro estações de triagem, cinco instalações de recuperação de biogás e dezassete ecocentros.

RESULIMA

Constituída em 1996, a Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“RESULIMA”) assegura o tratamento e valorização de resíduos em seis municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado. Abrangendo os municípios de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, este sistema inclui dois ecocentros, um aterro, uma central de triagem, uma estação de transferência, uma instalação de recuperação de biogás de aterro e um tratamento mecânico e biológico, cobrindo uma área total de 1.743,3 km² e servindo aproximadamente 311 mil habitantes.



SULDOURO

A empresa Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("SULDOURO") foi criada em 1996, com 60% de participação da EGF, 25% detidos pelo município de Vila Nova de Gaia e 15% pelo município de Santa Maria da Feira. É o sistema multimunicipal que garante o tratamento adequado e valorização de resíduos em dois importantes municípios da região do Sul do Douro e, para isso, conta com cinco ecocentros, uma central de valorização orgânica, um aterro sanitário, uma central de triagem e duas instalações de recuperação de biogás de aterro. A sua área de intervenção é de 384 km², servindo cerca de 438 mil habitantes.

VALNOR

A Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("VALNOR"), empresa constituída em 2001 e responsável pela recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos nos 25 Municípios da sua área de influência (norte alentejano e beira interior), tem como principal missão a preservação do meio ambiente onde se insere e a melhoria do serviço prestado às populações no âmbito da gestão dos resíduos sólidos urbanos. Atua nos municípios de Abrantes, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo Branco, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Idanha-a-Nova, Mação, Marvão, Monforte, Nisa, Oleiros, Ponte de Sôr, Portalegre, Proença-a-Nova, Sardoal, Sertã, Sousel, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. Os municípios referidos detêm 46,67% do capital, sendo os restantes 53,33% detidos pela EGF. O território abrangido pelo sistema tem uma área aproximada de 11.980km², com uma população residente estimada em cerca de 249.762 habitantes. A VALNOR dispõe, atualmente, de dezasseis ecocentros, dois aterros sanitários, uma central de valorização orgânica com unidade de recuperação de biogás, uma central de triagem, sete estações de transferência e uma unidade de produção de CDR (combustíveis derivados de resíduos).

VALORLIS

Constituída a 6 de agosto de 1996, a Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("VALORLIS"), é uma empresa participada em 51% pela EGF e em 49% pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, abrangendo uma área de 2.160 km² e servindo uma população de 301 mil habitantes. A exploração e gestão do sistema multimunicipal da Alta Estremadura foram adjudicadas em 1996, em regime de concessão exclusiva, à VALORLIS, por um período de 25 anos, estendida em 2014 até 2034. As suas infraestruturas são compostas por quatro ecocentros, um aterro sanitário, uma central de triagem, duas instalações de recuperação de biogás, três estações de transferência e uma central de valorização orgânica.

VALORMINHO

A Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("VALORMINHO") foi constituída em 1996 e é a empresa concessionária do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho, que abrange os municípios de Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, fazendo estes parte da estrutura acionista com uma participação de 49%, em conjunto com a EGF, que por sua vez detém os restantes 51%. O sistema cobre uma área total de 950 km², servindo cerca de 73 mil habitantes e inclui nas suas infraestruturas dois ecocentros, um aterro sanitário, uma central de triagem, uma estação de transferência, uma instalação de recuperação de biogás de aterro e uma central de tratamento mecânico.

VALORSUL

A Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("VALORSUL"), foi constituída em 2010 e resulta da fusão das sociedades Valorsul, S.A. e Resioeste, S.A.. A empresa é detida em 52,93% pela EGF e serve os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Vila Franca de Xira, Lisboa, Loures, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Dispõe de dois centros de triagem, sete ecocentros, uma central de valorização energética, uma instalação de tratamento e valorização de escórias, uma estação de tratamento e valorização orgânica, dois aterros sanitários, três unidades de recuperação de biogás e cinco estações de transferência.

Para além da atividade desenvolvida pelo Grupo EGF, na área de tratamento de resíduos urbanos, a SUMA desenvolve a atividade de gestão de contratos de exploração de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos geridos pelas seguintes sociedades:

REAL VERDE – Técnicas de Ambiente, Lda. (“REAL VERDE”)

A REAL VERDE foi constituída no ano 2000 para executar a gestão do contrato de exploração e manutenção do Aterro Sanitário Intermunicipal de Vale Douro Norte, atividade que desenvolve até à atualidade. A área abrangida por este aterro sanitário, situado na margem norte do Rio Douro, inclui os municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real. Este contrato foi celebrado no ano de 2000, com a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (“AMVDN”) e, no ano de 2012, foi acordada entre as partes a cessão da posição contratual do cliente AMVDN para a RESINORTE. Iniciado no ano de 2000, e com duração de 10 anos, o contrato foi renovado no ano de 2010 e novamente no ano de 2015, por períodos de 5 anos, até 31 de julho de 2020. A 1 de Agosto de 2020 foi celebrada uma adenda ao contrato existente, em que foram renegociadas as condições de preço e o prazo da prestação de serviços foi estendido até 31 de julho de 2023. Este acordo foi objeto de uma nova extensão, até 31 de outubro de 2023, altura em que foi firmado novo contrato, com a duração de um ano, para a exploração da estação de transferência, sendo que a gestão do aterro, durante os próximos meses, passou para a RESINORTE.

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. (“SIGA”)

Constituída em setembro de 2008, para operar no setor dos resíduos na Região Autónoma dos Açores (“RAA”), a SIGA resulta de uma parceria entre a SUMA e o Grupo Marques. A SIGA tem como objeto social a gestão de todo o ciclo de vida dos resíduos e tem como objetivo contribuir para a promoção do aumento da autossuficiência regional e a satisfação das exigências de desenvolvimento ambiental da região.

De 2019 a 2022, a SIGA desenvolveu a sua atividade no âmbito do contrato para a “Exploração do Ecoparque I e II da Ilha de São Miguel”, adjudicado pela MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM, S.A. ao Consórcio constituído pela SIGA e pela SUMA por um período de 36 meses.

A SUMA detém ainda participações minoritárias em empresas nacionais a operar no mercado do tratamento de RSU, que proporcionam uma maior diversificação e complementaridade das atividades no Grupo:

AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M. (“AMBILITAL”)

Constituída em 2001 para gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente. A SUMA participa nesta empresa em 49% do seu capital, pertencendo os restantes 51% à AMAGRA.

CITRUP – Centro Integrado de Resíduos, Lda. (“CITRUP”)

Constituída em 2001, é participada em 30% do seu capital pela SUMA. Esta empresa tem como objeto a exploração do aterro sanitário da Maia, o apoio à central de valorização energética denominada LIPOR II e outras atividades conexas. Em 2023, procedeu-se à sua dissolução e liquidação.

ECOLEZÍRIA – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (“ECOLEZIRIA”)

Foi constituída em 2004, com uma participação por parte da SUMA de 24,5% e tem como objeto principal a recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos municípios associados à RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais

Com o objetivo de alcançar maior diversificação e abrangência de soluções para o mercado dos resíduos, a SUMA estendeu a sua atividade através de um conjunto de empresas que operam no mercado de recolha e tratamento de resíduos industriais (“RTRI”) e prestam serviços de gestão global de resíduos, triagem, tratamento, reciclagem, regeneração de óleos usados e aterros para deposição de resíduos não perigosos.

Com a integração da ENVIROIL no Grupo SUMA, e prosseguindo uma estratégia de desenvolvimento das atividades de gestão de resíduos industriais, não urbanos ou equiparados a urbanos, foi constituído um Grupo, liderado pela ENVIROIL, SGPS, Lda. (“ENVIROIL”), que congrega um conjunto de sociedades especializadas

nesta área de atividade - ENVIROIL II - Reciclagem de óleos Usados, Lda. ("ENVIROIL II"), CORREIA & CORREIA - Gestão de Resíduos, Lda. ("Correia & Correia"), TRIU - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("TRIU") e SRI - Gestão de Resíduos, Lda. ("SRI"). A este Grupo, juntam-se três empresas que desenvolvem a atividade de gestão e exploração de aterros de resíduos não perigosos - RIMA - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("RIMA"), TRIAZA - Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A. ("TRIAZA") e RESILEI - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("RESILEI"). Para além destes três aterros, a SUMA constituiu ainda uma sociedade para desenvolver um projeto para a construção de um aterro de resíduos não perigosos em Aveiro - CITRAVE - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A ("CITRAVE").

No seguimento do acordo celebrado em março de 2023, entre o Grupo Mota-Engil e o Grupo Urbaser, as empresas que integram esta área de negócio de resíduos industriais, excetuando a TRIAZA, foram alienadas à Urbaser, S.A. ("Urbaser") através de um processo de cisão efetivado em 28 de dezembro de 2023.

Área Internacional

ANGOLA

VISTA WASTE Management, Lda. ("Vista Waste")

A Vista Waste iniciou a sua atividade no final de 2008 num consórcio entre o grupo Mota-Engil e parceiros locais que teve como objetivo tornar a empresa uma referência no setor dos resíduos angolano. Com uma participação no capital de 49% e com o controlo da empresa no acionista maioritário, a SUMA tem assegurado a gestão operacional, alavancando o seu conhecimento do negócio para desenvolver as atividades de recolha e transporte de resíduos, limpeza urbana, gestão e tratamento de resíduos e educação ambiental. Em dezembro de 2023, a SUMA adquiriu 10% de quota da Vista Waste passando a deter um total de 59% da empresa, bem como 100% do capital da Vista Energy, Environment and Services, S.A, entidade que detém uma quota de 41% da Vista Waste passando assim o Grupo SUMA a controlar 100% de ambas entidades.

SIGAMB - Sistemas de Gestão Ambiental, Lda. ("SIGAMB")

A empresa SIGAMB foi criada pelo Grupo SUMA, em Angola, para o desenvolvimento de estudos técnicos, consultoria e formação na área ambiental. A atividade principal é desenvolvida no âmbito da prestação de serviços à Vista Waste, apoiando na execução dos seus contratos. Dada a cessação dos contratos públicos da Vista Waste, em dezembro de 2020, a SIGAMB suspendeu a sua operação, a qual, entretanto, foi já retomada.

MOÇAMBIQUE

ECOLIFE, S.A. ("ECOLIFE")

Constituída no ano de 2013 e a celebrar 10 anos de existência, a ECOLIFE iniciou a sua atividade em Moçambique com o contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no centro de Maputo. A empresa é participada minoritariamente pela SUMA, mas foi aplicado o seu modelo de gestão, com o objetivo de se tornar um operador de referência no setor da gestão integrada de resíduos para o mercado moçambicano.

Em março de 2020, iniciou a execução de um novo contrato para a prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos no distrito municipal de Kampfumu, adjudicado pelo conselho municipal de Maputo e que vigorará até fevereiro de 2025, no valor total de 573 milhões de meticais.

BRASIL

SUMA Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. ("SUMA Brasil")

No ano de 2017, a SUMA reentra no mercado brasileiro com a aquisição da CONSITA, LTDA ("CONSITA"), sociedade que opera desde 1990 na área do ambiente, tendo sido pioneira neste setor através do processo de privatização de serviços de limpeza urbana em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no Brasil. Para esta operação de aquisição, foi constituída a sociedade ECB SUMA Participações, S/A ("ECB SUMA"), em conjunto com a Empresa Construtora Brasil (grupo Mota-Engil), ficando a SUMA com uma participação minoritária no capital, assumindo um papel preponderante na estrutura, assegurando a gestão da operação. Em 2018, a ECB SUMA alterou a sua denominação para GERES Participações S/A ("GERES") e em abril de 2020 foi a vez da CONSITA alterar a denominação para SUMA Brasil, assumindo a imagem de marca da SUMA. Em novembro de

2021, a SUMA procedeu à aquisição dos remanescentes 57,15% da participação da GERES, passando a deter a totalidade do seu capital e, indiretamente, 100% da SUMA Brasil.

OMÃ

SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Oman Branch (“SUMA Oman Branch”)

A SUMA constituiu uma Sucursal em Omã no ano de 2014, a SUMA Oman Branch, com o objetivo de participar nos concursos de gestão de resíduos e iniciar operações naquele Sultanato. A aposta no médio oriente resultou, em 2014, na adjudicação do encerramento de seis lixeiras na província de Al Dakhiliyah, no norte de Omã, executada no prazo de seis meses.

ECO VISION, LLC (“ECOVISION”)

A SUMA constituiu, em Omã, um consórcio com duas sociedades com operações locais – Tanzifco e MCS -, com o intuito de participar no concurso para operações de gestão de resíduos em Al Sharqiyah Sul, no Sultanato de Omã, lançado em 2014 pela Oman Environmental Services Holding Co. (SAOC) – be’ah, a empresa pública responsável pela gestão de resíduos no território do Sultanato de Omã, e no ano de 2015 viu adjudicada a sua proposta. Para a execução deste contrato foi criada a empresa de direito omanita ECOVISION, que conta com participação maioritária da SUMA, cabendo-lhe a gestão do contrato. Este projeto contempla a recolha de resíduos, a gestão de seis estações de transferência e gestão de um aterro. A população servida é de, aproximadamente, 340 mil habitantes, cobrindo uma área total de 24.934 km². A empresa tem implementado um sistema de gestão de qualidade, ambiente e segurança, de acordo com os normativos EN ISO 9001:2015, EN ISO 14001:2015 e OHSAS 45001:2018.



05

Evolução da Atividade em 2023

Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2023 ficou marcado pelos desafios ligados à inflação, que se manteve alta. O crescimento económico foi moderado, com os principais bancos centrais a nível global a subirem as taxas de juro de referência, tornando a política monetária mais restritiva. Foi um ano desafiante para as famílias que foram confrontadas com preços e juros mais altos, mas que beneficiaram da resiliência do emprego a nível global. Em termos geopolíticos, a guerra na Ucrânia continuou ao longo de 2023, sem perspetivas de resolução. Em inícios de outubro, surgiu um novo conflito militar de larga escala, desta vez no Médio Oriente, após o Hamas ter efetuado um inesperado ataque em Israel.

O crescimento abrandou em muitas economias avançadas, em especial na Europa, onde o endividamento é relativamente elevado e o impacto do aumento dos custos da energia tem sido particularmente forte. No entanto, o consumo dos agregados familiares manteve-se melhor do que o esperado nas economias avançadas e continuou a expandir-se de forma constante na maioria das principais economias dos mercados emergentes. Embora as taxas de desemprego tenham permanecido baixas, começaram a surgir sinais de abrandamento do mercado laboral em diversas economias, incluindo um abrandamento do crescimento do emprego, menos vagas e, em alguns casos, uma ligeira subida das taxas de desemprego. O crescimento dos salários nominais começou a abrandar em muitas economias, sendo que o crescimento dos custos unitários do trabalho continuou a ser elevado devido ao fraco crescimento da produtividade.

A inflação recuou em quase todas as economias, em grande medida devido a efeitos de base e evolução dos preços da energia, aliviando as pressões sobre os rendimentos das famílias, contudo, a taxa de inflação permaneceu relativamente elevada. A inflação dos serviços continuou a ser mais rígida do que a dos bens, uma vez que os salários são geralmente o principal custo de produção nos serviços e porque persistiu uma preferência de consumo de serviços face a bens. A inflação relacionada com a expansão de margens fez-se sentir de forma mais veemente nos bens não transacionáveis e nos serviços em geral. As condições financeiras apresentaram-se cada vez mais restritivas, com as taxas de juro reais a subirem nas principais economias avançadas ao longo do ano. O Japão fugiu a esta regra, tendo sido a única grande economia cujo banco central não chegou a restringir a sua política monetária, atuando apenas no controlo da curva de rendimentos.

A economia mundial expandiu-se a uma taxa anualizada de 3,1% no 1º semestre de 2023, face a um registo de 2,8% no 2º semestre de 2022. De acordo com as mais recentes estimativas da OCDE, o crescimento do PIB mundial terá sido de 2,9% em 2023, abrandando ligeiramente face aos 3,3% do ano anterior.

Na Zona Euro, ao longo do ano de 2023, as repercussões económicas da invasão russa na Ucrânia foram-se atenuando. Mesmo assim, o produto estagnou no 2º trimestre e contraiu ligeiramente no 3º, gerando preocupações sobre se a economia iria entrar numa recessão técnica no 4º trimestre, enquanto os indicadores da indústria e serviços apontavam para uma contração da atividade económica. A incerteza aumentou ainda mais com o agravamento da situação geopolítica no Médio Oriente. Os indicadores de confiança deterioraram-

-se, a produção industrial continuou a diminuir e a produção nos serviços enfraqueceu. Apesar da inflação subjacente ter vindo a recuar ao longo do ano, acabou por permanecer elevada, com a dos serviços e os salários a constituírem um problema para o BCE. Os empréstimos bancários às empresas e às famílias continuaram a desacelerar, num contexto de taxas de juro mais altas, menor procura de empréstimos e critérios de concessão de crédito mais restritivos. Mas, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho manteve-se robusto, com a taxa de oferta de emprego apenas ligeiramente abaixo do seu pico recente. A escassez de mão de obra refletiu-se num crescimento salarial acima da média em muitos países. As empresas europeias mostraram-se relativamente resilientes durante a crise energética, em parte devido à forte redução da procura por energia.

Durante o ano, observaram-se subidas nas taxas de juro de referência por parte do BCE, que elevaram a taxa de depósito para 4% e a taxa das operações principais de refinanciamento para 4,5%, ambas em máximos históricos, com a justificação de que a inflação estava “demasiado elevada durante demasiado tempo”. No final do ano, esperava-se que o BCE viesse a manter as taxas de juro de referência inalteradas ao longo do 1º trimestre de 2024, enquanto perdurassem os efeitos da política monetária restritiva implementada ao longo de 2023, com os primeiros cortes nas taxas de juro a ocorrer sobretudo na 2ª metade do ano de 2024.

Na Zona Euro, a economia cresceu 0,5% em 2023 indicando as previsões da OCDE uma recuperação do PIB para 0,9% em 2024. A inflação média de 2023 fixou-se nos 5,5% em 2023, sendo previsto pela OCDE que se situe nos 2,9% em 2024. Esta organização prevê também que, em 2024, o consumo privado venha a ser apoiado por um mercado laboral apertado e pelo aumento dos rendimentos reais, à medida que a inflação recue. Ao mesmo tempo, os custos mais elevados de financiamento e a incerteza deverão afetar o investimento privado.

O crescimento da economia portuguesa abrandou em 2023 para 2,3%, apontando as previsões do Banco de Portugal para uma deterioração em 2024, enquanto a inflação média harmonizada foi de 5,3% e se prevê que seja 2,9% em 2024.

A evolução do crescimento económico ao longo de 2023 em Portugal foi caracterizada por uma estagnação da economia nos 2º e 3º trimestres e por um crescimento ligeiramente mais forte no 4º trimestre, tendo sido condicionada pelos efeitos da inflação, das condições financeiras mais restritivas e do fraco crescimento dos principais parceiros comerciais de Portugal. Em sentido inverso, a forte recuperação do sector do turismo e o aumento das despesas relacionadas com o PRR apoiaram a atividade. No entanto, a produção industrial abrandou e as exportações de bens desaceleraram significativamente. A inflação e o aumento das prestações bancárias reduziram a capacidade de consumo das famílias e de investimento. A subida das taxas de juro teve um impacto negativo mais rápido e mais visível no setor industrial, mas a resiliência registada no setor dos serviços acabou por justificar a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento que se veio a verificar no emprego, com a taxa de desemprego a fixar-se nos 6,6% em novembro.

O ano também ficou marcado por instabilidade política com a demissão do Primeiro-Ministro, no dia 7 de novembro, e a decisão do Presidente da República pela dissolução do Parlamento e pela marcação de eleições legislativas antecipadas em 10 de março de 2024.

O Banco de Portugal estimou que o excedente orçamental de 2023 possa ter atingido 1,1% do PIB, acima dos 0,8% previstos no Orçamento do Estado. Apesar deste cenário de base positivo, o cenário macroeconómico menos favorável deverá colocar o saldo orçamental para 2024 em 0,1%, segundo o Banco de Portugal, valor próximo aos 0,2% considerados no OE2024. Em 2023, a melhoria do saldo orçamental decorreu do desaparecimento de várias medidas relacionadas com a pandemia e, em menor medida, do contributo positivo cíclico, mas com a inflação e conseqüente evolução do PIB nominal a ter também um papel importante. Quanto ao rácio da dívida pública, terá atingido 98,7% do PIB no final de 2023, o valor do rácio de dívida mais baixo desde 2009.

Enquadramento do Setor dos Resíduos

O ano de 2023 ficou marcado pela publicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030), pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março, e do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030), pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, também de 24 de março. O

PNGR 2023 estabelece as políticas e estratégia para o cumprimento dos objetivos e metas previstos no Regime Geral de Gestão de Resíduos, e o PERSU 2030 será um instrumento para planeamento e implementação de um conjunto de ações que concretizem esses objetivos e metas definidos. São prioridades do PERSU 2030 a prevenção para a redução da produção e da perigosidade dos resíduos urbanos e a promoção da recolha seletiva e do tratamento e valorização. Será nestes vértices que os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) e os municípios deverão basear os seus Planos de Ação de Gestão de Resíduos Urbanos (PAPERU), detalhando a operacionalização de cada um dos sistemas e demonstrando a sua capacidade, viabilidade e sustentabilidade.

Em fevereiro de 2023, a ERSAR publicou o relatório anual de caracterização dos serviços de águas e resíduos em Portugal (RASARP 2022), que sintetizou a informação mais relevante referente à caracterização e evolução do setor, referenciada a 31 de dezembro de 2021, incluindo a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, o benchmarking do desempenho das entidades gestoras, a monitorização legal e contratual e o enquadramento económico-financeiro do setor. No final do ano, em outubro, foi publicado o Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2022) pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), onde foi caracterizada a gestão de resíduos urbanos pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) referente ao ano de 2022, tendo retratado o desempenho alcançado em termos nacionais e por cada um dos 23 SGRU existentes em Portugal Continental, relativamente à preparação para reutilização e reciclagem, e à deposição em Aterro. Este Relatório refere também as alterações estratégicas do setor preconizadas no PERSU 2030, dando enfoque à substituição do modelo baseado na recolha indiferenciada e no tratamento em instalações de TMB por outra solução que privilegie a recolha seletiva, mediante infraestruturas capazes de tratar resíduos recolhidos seletivamente.

De acordo com o último RARU, 57% dos resíduos produzidos em Portugal Continental no ano de 2022 foram depositados em aterro, o que representa um aumento de 1% face ao ano de 2021. A produção de resíduos urbanos em Portugal manteve-se praticamente inalterada em 2022, com 5,323 milhões de toneladas (t) de resíduos urbanos (RU), 0,24% acima do ano 2021. O problema do destino a dar a esses resíduos vai-se avolumando, enquanto se mantêm os sistemas de recolha indiferenciada como o tipo de recolha preferencial para a recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU). E se para a questão da produção de resíduos será difícil apontar soluções que invertam drasticamente a propensão de crescimento, para o tema do destino a dar aos resíduos existe já um conjunto de orientações e medidas que devem ser postas em prática em ritmo acelerado, para que possam ser cumpridos os objetivos e metas definidos. A meta fixada no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) para a redução de produção de resíduos por habitante - 5% da quantidade, relativamente ao valor de 2019 -, parece impossível de atingir, dado que desde 2019 essas quantidades são praticamente constantes. Quanto ao destino destes resíduos, o cenário mantém-se complexo pois mais de metade dos resíduos urbanos continua a ter como destino final a deposição em aterro, a qual deverá atingir apenas 10% no ano de 2035, de acordo com as diretivas comunitárias.

Já em 2024, a publicação do Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março, vem alterar os regimes da gestão de resíduos, de deposição de resíduos em aterro e de gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produto. Este decreto-lei procede a alterações ao RGGR, ao Regime Jurídico de Deposição de Resíduos em Aterro (RJDRA) e do Regime Unificado de Fluxos Específicos, visando a conformidade com a legislação europeia e a melhoria da eficiência do sistema nacional de gestão de resíduos, promovendo o alinhamento com os novos planos estratégicos do setor, estabelecendo objetivos de redução da produção de resíduos e incentivando a reciclagem e redução da deposição em aterro e o desenvolvimento de uma economia circular mais sustentável.

Análise da Atividade do Grupo SUMA

Em 2023, o Grupo SUMA prosseguiu a sua atividade nas várias vertentes que tem vindo a desenvolver tendo na área de recolha de RSU e limpeza urbana, em Portugal, marcado presença em 67 municípios, atingindo uma quota do mercado privado com contratos superiores a um ano de 33,5%. O Grupo manteve também a liderança na área de tratamento e valorização de resíduos urbanos, onde a EGF é referência no nosso País, abrangendo uma população estimada de 6,3 milhões de habitantes, em 174 concelhos servidos.

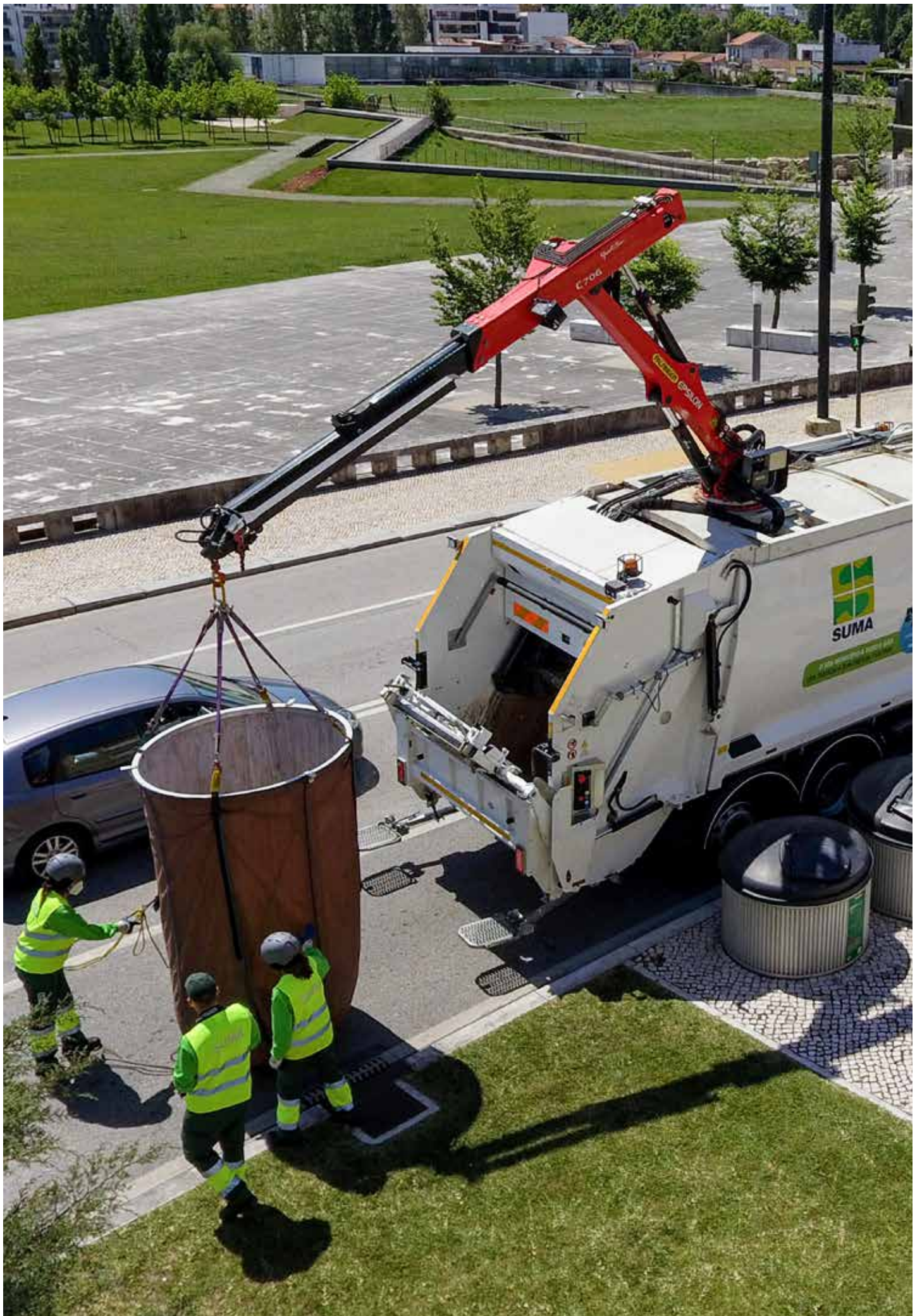
No que respeita à área internacional, o Grupo SUMA prosseguiu o seu ambicioso projeto, tendo operado em Angola – Viana e Belas –, em Moçambique – Maputo –, no Brasil – Avaré, Brasília, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Igarapé, Itapevi, Itatiba, Jaguariúna, Maringá, Nova Lima, Santa Luzia, São Paulo, São Sebastião Paraíso e Sarandi –, e em Omã – em Al Sharqiyah Sul.

Durante o ano de 2023, o Grupo SUMA gerou receitas consolidadas no valor de 432.279.101 Euros, com um crescimento de 6,7% relativamente ao ano anterior.

Volume de Negócios por Área (milhares de euros)	2021	2022	2023	Var. 22/23
Recolha de RSU e Limpeza Urbana PT	55.322	55.806	62.274	11,6%
Tratamento RSU PT	219.104	260.682	273.820	5,0%
Internacional	15.481	49.781	58.934	18,4%
Recolha e Tratamento de RI PT	34.133	38.923	37.252	(4,3%)
Total	324.039	405.192	432.279	6,7%

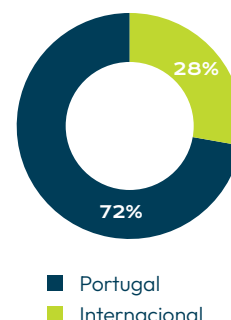
As empresas do Grupo SUMA registaram um total de toneladas de resíduos geridos, no ano de 2023, idêntico ao ano anterior, mas com maior contribuição da recolha de RSU e redução acentuada nos Resíduos Industriais devido à suspensão da atividade da Triaza e da Rima, bem como, pela diminuição significativa da Resilei, por atingir a capacidade máxima de deposição nas células ativas.

Toneladas de Resíduos	2021	2022	2023	Var. 22/23
Recolha de RSU	1.389.750	1.510.309	1.690.608	11,9%
Tratamento de RSU	3.603.366	3.442.308	3.421.628	(0,6%)
Recolha e Tratamento de RI	506.359	539.477	379.619	(29,6%)
Total	5.499.475	5.492.094	5.491.855	(0,0%)



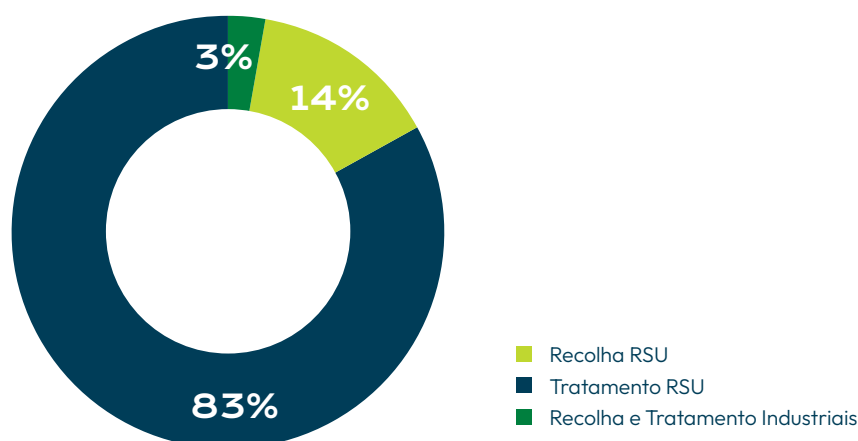
Em Portugal assistimos a uma diminuição da quantidade de resíduos geridos, menos 4,2% face ao período homólogo, fundamentalmente pela redução dos resíduos industriais acima referida. Na área internacional verificamos um crescimento de 13,1% explicado por essencialmente pela atividade do Brasil e Angola.

Toneladas de Resíduos	2021	2022	2023	Var. 22/23
Portugal	4.372.477	4.147.441	3.971.685	(4,2%)
Internacional	1.126.999	1.344.653	1.520.170	13,1%
Total	5.499.475	5.492.094	5.491.855	(0,0%)

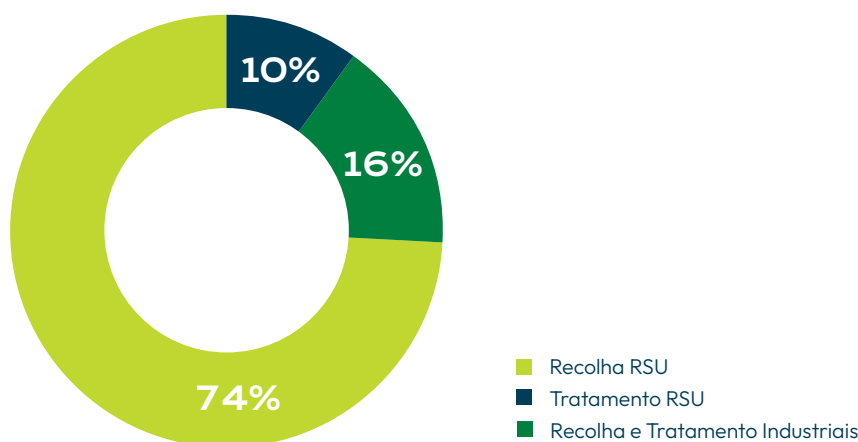


A avaliação às quantidades de resíduos geridas nas principais atividades desenvolvidas, durante o período de 2023, demonstra que a área de tratamento de RSU se destaca como atividade responsável pela gestão da maior quantidade de resíduos em Portugal, sendo a área de recolha de RSU a que gera maior quantidade de resíduos nas sociedades do exterior.

Toneladas de Resíduos Geridos - Portugal



Toneladas de Resíduos Geridos - Internacional





Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana

A atividade comercial da SUMA, que se estende às suas participadas da área de serviços urbanos, voltou a aumentar no ano de 2023, tendo sido analisadas 708 oportunidades de negócio no mercado nacional, e apresentadas 499 propostas, com um valor global de 376,2 milhões de euros. No final do ano 2023, estavam pendentes de decisão 78 propostas, no valor de aproximadamente 61,6 milhões de euros e estavam ainda em fase de audiência prévia 18 propostas, com um valor global de 58,6 milhões de euros.

No ano transato, foram adjudicados ao Grupo SUMA, serviços no valor global de 36,9 milhões de euros, entre os quais, merecem especial referência as seguintes adjudicações:

Entidade	Serviços
Câmara Municipal de Monção	<ul style="list-style-type: none">· Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e equiparados produzidos no Concelho;· Limpeza pública no centro urbano da Vila de Monção.
Câmara Municipal de Caminha	<ul style="list-style-type: none">· Recolha e transporte de resíduos urbanos;· Fornecimento, manutenção e lavagem de contentores;· Limpeza urbana do município de Caminha.
ALGAR	<ul style="list-style-type: none">· Prestação de Serviços;· Recolha de Ecopontos.
Câmara Municipal de Montalegre	<ul style="list-style-type: none">· Aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos.
Câmara Municipal de Mafra	<ul style="list-style-type: none">· Ecocentro do Gradil.
AMARSUL	<ul style="list-style-type: none">· Lavagem de ecopontos e contentores na via pública.
Câmara Municipal da Marinha Grande	<ul style="list-style-type: none">· Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho da Marinha Grande.
Câmara Municipal da Figueira da Foz	<ul style="list-style-type: none">· Contratação de serviços para limpeza e manutenção das praias do Concelho da Figueira da Foz.
Câmara Municipal de Esposende	<ul style="list-style-type: none">· Aquisição de serviços de recolha de resíduos indiferenciados;· Recolha de biorresíduos;· Limpeza de praias e fornecimento;· Manutenção e lavagem de contentores no Município de Esposende.

As prestações de serviços com duração igual ou superior a um ano totalizam cerca de 62% do valor total das adjudicações efetuadas no ano de 2023.

A SUMALAB verificou em 2023 um acréscimo significativo dos ensaios realizados internamente face aos anos anteriores, associados ao facto de ter começado a laborar na implementação de novos métodos analíticos na área da microbiologia e na manutenção da Acreditação ao abrigo da EN 17 025, desde 2022. Durante o ano de 2023, foram realizadas 49.957 amostras, correspondendo à determinação de 399.678 parâmetros, dos quais foram realizados internamente 293.798 parâmetros e 105.880 parâmetros subcontratados.

Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

As quantidades de resíduos tratados no Grupo EGF têm tido uma certa estabilidade nos últimos anos, superando os 3,2 milhões de toneladas nos últimos três anos. No ano de 2023, salienta-se o decréscimo da receção de resíduos indiferenciados que embora ainda seja uma redução pouco significativa face aos objetivos de prevenção de resíduos, já ilustram uma tendência decrescente.

A atividade de recolha seletiva executada pelas empresas do Grupo EGF atingiu 661 mil toneladas, registando um aumento de 5% na recolha seletiva total, onde se incluem embalagens, madeira, biorresíduos e monstros e outros fluxos seletivos de resíduos. Na atividade de recolha seletiva trifluxo, o total de material recolhido foi de 378 mil toneladas, voltando a aumentar face ao ano anterior. A recolha seletiva de papel e cartão, registou um aumento de 1,3%, e a recolha de plástico e metal, um aumento de 3,3%. A recolha seletiva de vidro contraria a tendência de crescimento, o que poderá indicar uma alteração de hábitos de consumo justificando os -2,4% de embalagens de vidro. Salienta-se ainda a recolha seletiva de biorresíduos, que regista um crescimento de 24%, numa fase de lançamento destes serviços em todo o país. Em 2023, foram entregues pelos Municípios para tratamento nas Empresas concessionárias da EGF, cerca de 100 mil toneladas de resíduos verdes e restos alimentares para valorização.

A produção e exportação de energia, proveniente do tratamento e valorização dos resíduos, tornou-se fundamental para a sustentabilidade ambiental das empresas do Grupo EGF. Durante o ano 2023, exportaram-se para a rede elétrica nacional cerca de 378GWh de energia elétrica, um valor inferior aos anos anteriores, devido a uma menor disponibilidade da Incineradora, fundamentalmente devido ao período da paragem para manutenção programada da Central de Valorização Energética da Valorsul.

Durante o ano de 2023, foi relevante a preparação e submissão do PAPERSU 2030, que compreendeu a definição dos investimentos necessários para cumprimentos das exigentes metas estabelecidas no PERSU 2030, bem como o estabelecimento de medidas e ações que visam o cumprimento da estratégia nacional para a área de abrangência de cada concessionária.

No ano de 2023, as empresas do Grupo viram renovadas as suas certificações, demonstrando o compromisso das empresas com a Qualidade, o Ambiente e a Segurança.

As quantidades de resíduos depositadas no aterro gerido pela REAL VERDE, no ano de 2023, apresentam um decréscimo em comparação com o ano de 2022, tendo sido depositadas em aterro 45.844 toneladas de resíduos.

Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais

No seguimento do acordo celebrado em março de 2023, entre o Grupo Mota-Engil e o Grupo Urbaser, as empresas que integram esta área de negócio de resíduos industriais, excetuando a TRIAZA, foram alienadas à Urbaser através de um processo de cisão efetivado em 28 de dezembro de 2023.

Área Internacional

Em 2023, o Grupo SUMA deu seguimento à sua estratégia de internacionalização do negócio, mantendo e reforçando a sua presença nos mercados onde opera.

VISTA WASTE

A atividade da Vista Waste centrou-se na continuidade da sua atividade na prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana na província de Luanda, através dos contratos celebrados nos municípios de Viana e Belas.

Na área de gestão e valorização de resíduos (industriais, hospitalares, recicláveis) foi iniciado um processo de reperfilamento da atividade, a qual conta com uma carteira de aproximadamente 300 clientes, essencialmente privados.

É de realçar, pela sua relevância, o acordo de regularização de dívida vencida alcançado em 2022 com o Governo Provincial de Luanda o qual permitiu à empresa, em setembro de 2023, receber em numerário o

restante valor estabelecido no acordo, o que permitirá em 2024 que a empresa tenha maior capacidade de enfrentar os desafios que se colocam na prossecução da sua atividade.

ECOLIFE

No ano de 2023, a Ecolife continuou a executar, com sucesso, o seu contrato principal de recolha de resíduos na zona central de Maputo, servindo uma população de 130.000 habitantes, recolhendo e transportando 68 mil toneladas de resíduos. Destacamos, no último trimestre de 2023, a primeira adjudicação de um contrato de prestação de serviços por parte de uma empresa no sector de Oil & Gas, uma área onde, fruto das sinergias com o Grupo Mota-Engil, a ECOLIFE tem legítimas expectativas de poder vir a aumentar a sua atividade, quer em 2024, quer em anos futuros.

SUMA BRASIL

O balanço da atividade da Suma Brasil em 2023 foi bastante positivo, tanto de um ponto de vista comercial como operacional, um reflexo do caminho de afirmação da empresa no mercado brasileiro e da sua capacidade de dar resposta eficaz às prementes preocupações com a qualidade de vida da população em geral. Com quatro novos contratos angariados no estado de Minas Gerais e um em São Paulo, a empresa manteve ainda a sua atuação no Distrito Federal e Paraná, alcançando um recorde de receitas, mais de 6 milhões de habitantes servidos e uma quantidade de resíduos gerida superior a 75 mil toneladas por mês.

Ainda em 2023, é de assinalar o início das operações do aterro sanitário de Santa Luzia e a concretização de vários contratos com municípios pertencentes à região metropolitana de Belo Horizonte, bem como com alguns clientes privados, o que permitiu atingir uma média diária de 310 toneladas de resíduos tratados.

Por outro lado, embora em menor escala, também as participadas ECOSS e Mais Itapevi cumpriram com os objetivos definidos em termos de qualidade dos serviços prestados e da respetiva rentabilidade.

O ano de 2024 será marcado pelo término de vários contratos e pela continuidade que será dada à bem sucedida estratégia comercial adotada pela SUMA Brasil, assente em soluções maduras e no amplo conhecimento adquirido ao longo de décadas de operação, razão pela qual se perspetiva que a empresa continue a conquistar novos contratos e a manter a tendência de crescimento dos últimos anos.

SUMA OMAN BRANCH

Com o objetivo de expandir o negócio da SUMA nesta geografia, a Sucursal prosseguiu com a análise de oportunidades e apresentação de propostas comerciais durante o ano de 2023 e manteve a sua atividade de ligação local para os serviços de consultoria de educação ambiental promovida pela SUMA.

ECOVISION

No seguimento do contrato assinado no final de 2015 para a recolha de resíduos na província de South Al Sharqiyah, a ECOVISION manteve um bom desempenho durante 2023, dando seguimento às melhores práticas de atuação que tem vindo a adotar no mercado. Relativamente ao contrato iniciado em 2022, para a selagem e instalação de um sistema de biogás em dois aterros no Sultanato de Omã, a ECOVISION finalizou os trabalhos num deles, durante o ano de 2023, sendo que se estima a conclusão dos trabalhos no segundo aterro durante o ano de 2024.

Para o ano de 2024 é também de salientar que se atinge no final do ano o limite da extensão contratual de dois anos do contrato de recolha de resíduos acima referido. É possível, no entanto, que a atividade da Ecovision se prolongue por 2025 enquanto não houver adjudicação final de novo concurso, o qual terá ainda de ser lançado.

Áreas Corporativas

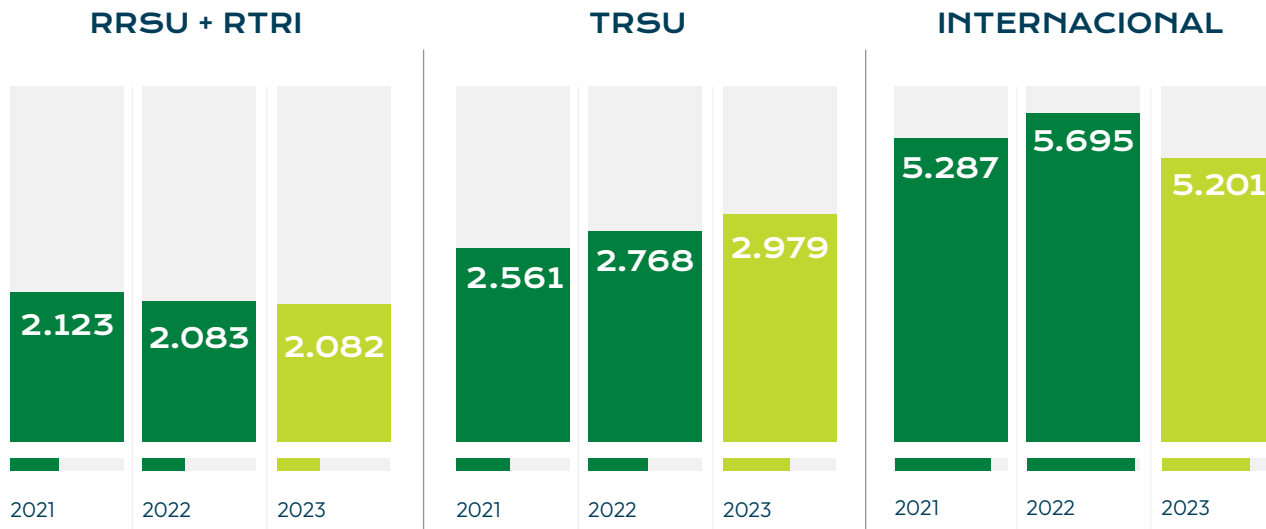
RECURSOS HUMANOS

A aposta na valorização e motivação dos trabalhadores, na formação e segurança e na qualidade e melhoria das condições de trabalho, integram as prioridades do Grupo SUMA.



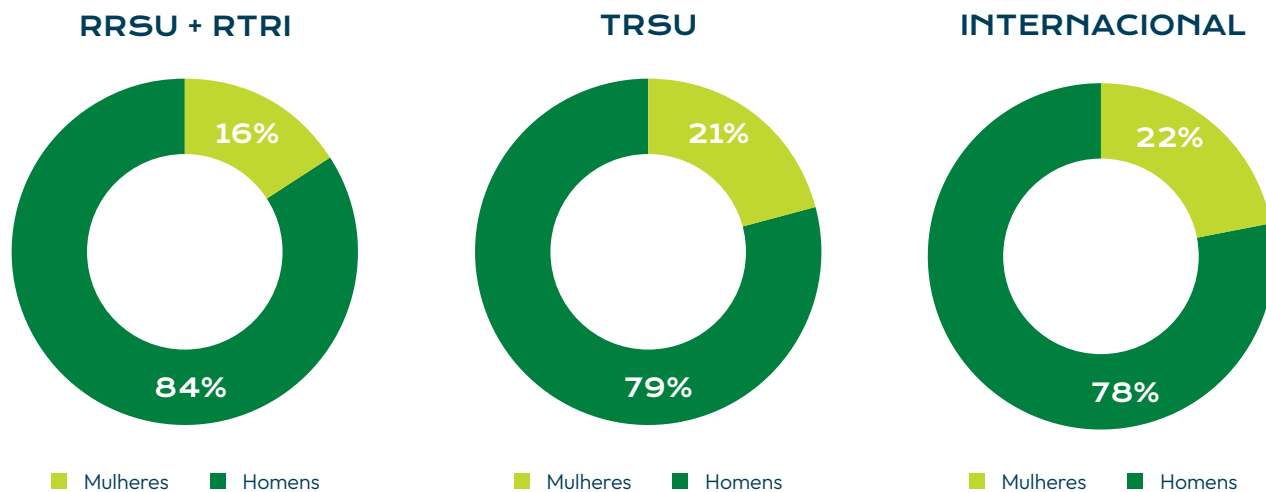
O conjunto de empresas do universo SUMA contou com mais de 10 mil trabalhadores no final do ano de 2023, ao serviço das mais de 30 empresas com operação continuada neste período, conforme podemos verificar nos seguintes gráficos:

Número Médio de Colaboradores



Quanto à distribuição dos colaboradores por género, continua a verificar-se uma predominância masculina transversal ao grupo.

Colaboradores por Género



A percentagem de trabalhadores afetos à área operacional é de cerca de 88%, com os restantes a desempenharem funções na estrutura e oficinas.

Tal como em anos anteriores, mantendo a perspetiva de responsabilidade social, em 2023 efetuaram-se vários contactos com entidades que colaboram na integração de indivíduos com graus de incapacidade. Embora a nossa área de atuação dificulte a integração destes candidatos, verificaram-se melhorias e foi possível avançar com novas contratações.

No decorrer do ano de 2023, o departamento de recursos humanos do Grupo SUMA demonstrou um compromisso contínuo com a inovação e o aprimoramento das práticas internas, sendo de destacar uma formação especializada em liderança e gestão de equipas, direcionada especificamente às chefias operacionais. Esta formação visou dotar os líderes de ferramentas e competências essenciais para uma gestão eficaz das suas equipas, promovendo uma liderança mais inspiradora, colaborativa e orientada para resultados.

Estas ações refletem o compromisso do Grupo SUMA com a excelência na gestão de pessoas e o reconhecimento do capital humano como o principal impulsionador do sucesso organizacional. Ao investir no desenvolvimento das lideranças e na implementação de práticas de escuta ativa, a empresa pretende reforçar o seu posicionamento como um empregador de referência, capaz de atrair, reter e desenvolver os melhores talentos.

PLANEAMENTO, OPERAÇÃO E CONTROLO

Durante o ano de 2023, a SUMA apostou no reforço da equipa de Planeamento e Controlo, com o objetivo de potenciar o trabalho desenvolvido e melhorar a capacidade de resposta.

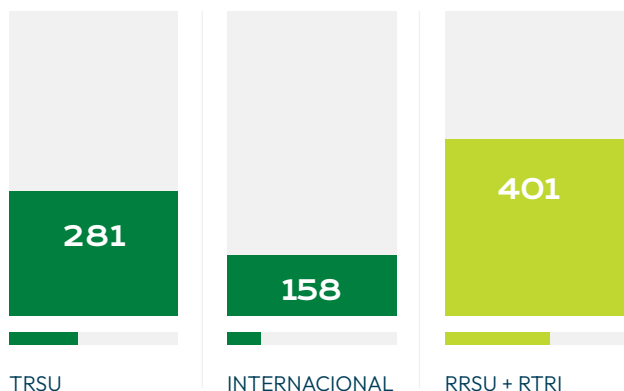
Ao nível do desenvolvimento aplicacional, destaca-se a nova aplicação “SUMA no Bairro” que tem como objetivo vir a tornar-se a fonte de informação, única se possível, para registo das Reclamações e Pedidos dos munícipes, sendo para tal disponibilizada para os sistemas IOS e Android. Adicionalmente, foi prestado apoio aos serviços de Educação e Sensibilização Ambiental para a disponibilização de várias aplicações para recolha de informação no terreno, para ações de sensibilização e de registo de aderentes, para posterior utilização pela Operação.

Quanto ao controlo operacional, é de destacar o processo de instalação de módulos GPS/CanBUS, o qual teve início em 2023 e deverá, em abril de 2024, abranger a totalidade das viaturas da Produção. Adicionalmente, foi dado seguimento a vários outros suportes tecnológicos que permitem ter informação praticamente online e acompanhar a evolução real da atividade, o cumprimento das metas económicas, de produção, de qualidade, de segurança, e de formação.

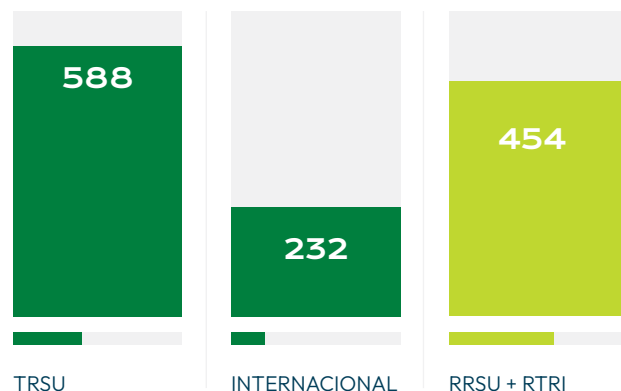
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

Durante o ano de 2023, deu-se continuidade ao processo de aquisição de viaturas com objetivo de trazer mais soluções à frota com destino a novos contratos e algumas renovações de equipamentos, permitindo deste modo atender às solicitações do mercado com a garantia de qualidade e fiabilidade nos serviços prestados. Com este intuito, o grupo adquiriu durante este ano um total de cerca de 130 novas viaturas. De acordo com esta política, o parque de viaturas em 2023 está distribuído da seguinte forma:

VIATURAS LIGEIRAS



VIATURAS PESADAS



De realçar que, de acordo com a política seguida pela empresa, o grupo apresenta um número significativo de viaturas elétricas, que à data totalizam uma centena de viaturas.

Foi também mantida a prática de acompanhamento e formação dos motoristas/operadores, quer no arranque com novos serviços e equipamentos, quer em termos de melhoramento contínuo de práticas de operação com os diversos equipamentos, tanto na operação do chassis como nas superestruturas, com especial foco na segurança, conservação e consumos dos equipamentos.

A incorporação de novas tecnologias nos métodos de trabalho foi prosseguida a vários níveis, estando a ser estudada uma plataforma de manutenção preditiva como ferramenta de apoio à manutenção, que permita vantagens económicas para a empresa. Este sistema permite monitorizar diversos componentes das viaturas e, através de modelos de inteligência artificial, tem como objetivo antecipar avarias ou minimizar os efeitos das mesmas, permitindo desta forma uma redução significativa da manutenção corretiva, dos seus custos respetivos e dos tempos de imobilização inerentes. O projeto piloto em curso será monitorizado ao longo de 2024 para que se avalie a sua adequabilidade à frota.

Salientar as novas instalações da SUMA, em Polima, as quais vieram substituir e melhorar as anteriormente localizadas na Abrunheira, e não só acolherão todas as valências relacionadas com a manutenção de viaturas e equipamentos, como também suportarão de um ponto de vista operacional um conjunto de contratos da zona de Lisboa. Foram garantidas umas instalações dignas, confortáveis, práticas, organizadas e funcionais, que permitem maximizar e rentabilizar recursos humanos e materiais, garantindo com esta mudança uma evolução ao nível da produtividade, rentabilidade e qualidade dos trabalhos realizados.

De referir também a aquisição de instalações próprias, no concelho de Faro, que, depois das necessárias obras de adequação, passaram a apoiar as operações a partir do mês de maio. Essas novas instalações, com áreas cobertas e descobertas muito mais amplas que as anteriores instalações alugadas, vieram permitir redimensionar todos os serviços de apoio oficial, administrativos e técnicos, com evidentes impactos positivos nas operações diárias.

SUSTENTABILIDADE

A SUMA mantém um compromisso inabalável com a Sustentabilidade, norteando suas ações em prol da proteção ambiental e do desenvolvimento da qualidade de vida das comunidades atendidas, o que ocorre simultaneamente à adoção de práticas exemplares de responsabilidade social e governança corporativa.

Para uma análise mais detalhada e completa sobre o nosso compromisso e desempenho em sustentabilidade, recomendamos a consulta do Relatório e Contas Consolidado do Grupo Mota-Engil. Este documento apresenta a informação de sustentabilidade consolidada e centraliza dados adicionais que abrangem as práticas sustentáveis implementáveis nas empresas do Grupo.

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

A eminência da introdução de uma nova fração de separação e de recolha na cogestão de resíduos - os biorresíduos -, a urgência na obtenção de determinadas metas de prevenção da produção de resíduos, de preparação para a reutilização e reciclagem e de deposição em aterro já para 2025, e o mérito reconhecido à educação ambiental SUMA estão traduzidas, no ano em análise, no número de novas adjudicações exclusivas e de contratos ativos, no volume de negócios obtido e na obtenção de indicadores de eficácia departamentais predefinidos.

Na área dos Serviços Urbanos, das 51 novas contratualizações exclusivas de educação ambiental, no ano de 2023, 92% incidiram na valorização de biorresíduos ou na valorização multimaterial, através da introdução e/ou reforço de: recolha dedicada de biorresíduos porta-a-porta ou em regime de proximidade, sistemas de compostagem doméstica e coletiva, sistemas de recolha separativa de resíduos verdes em regime porta-a-porta ou de proximidade, e sistemas dedicados de recolha multifluxo de resíduos de embalagens com fluxo específico de resíduos orgânicos.



O valor adjudicado em 2023 correspondeu a contratualizações de serviços de: conceção de APP temáticas, de unidades móveis de sensibilização, de campanhas e de peças de comunicação, e de guias de procedimentos; ações de sensibilização porta-a-porta, à distância e de animação; sessões de capacitação, de formação e de mobilização em grupo; acompanhamento pedagógico; gestão logística de equipamentos e de meios; monitorização e avaliação.

Quanto à área de Tratamento, a comunicação e educação ambiental passa por atividades regulares e/ou dedicadas, que asseguram o contacto com o cidadão para o esclarecer e motivar a adotar comportamentos ambientais adequados. Em 2023, as campanhas e ações implementadas levaram ao contacto direto com cerca de 14,6 milhões de pessoas. Uma das ferramentas usadas é a Linha da Reciclagem, um serviço multiplataforma de atendimento público, gratuito e nacional. Com um número de telefone, um website e uma caixa de correio eletrónico, esta plataforma tenta responder ao cidadão de uma maneira direta e eficaz a qualquer dúvida ou pedido de informação, bem como sugestões e reclamações.

Foram também desenvolvidas diversas parcerias no âmbito de projetos e iniciativas com a comunidade com carater regular, bem como a realização de 11 campanhas corporativas operacionais. Estas campanhas, com estreita ligação aos serviços de recolha, resultaram numa recolha de 13.7 mil toneladas de embalagens.

FORMAÇÃO

A atividade formativa na área dos Serviços Urbanos, centrou-se nas seguintes campanhas: Segurança na Lavagem de Contentorização, Segurança na Operação de Recolha, Segurança na Operação de Corte de Ervas e Introdução ao Moodle. Neste âmbito foram definidos objetivos não só em termos de ação direta do Departamento de Formação, mas também do total de formação gerida pelo mesmo. Foi assim estabelecida para 2023 a realização de 2.255 ações de formação com a integração de 18.174 formandos, com o cumprimento anual de 83.743 de volume de horas.

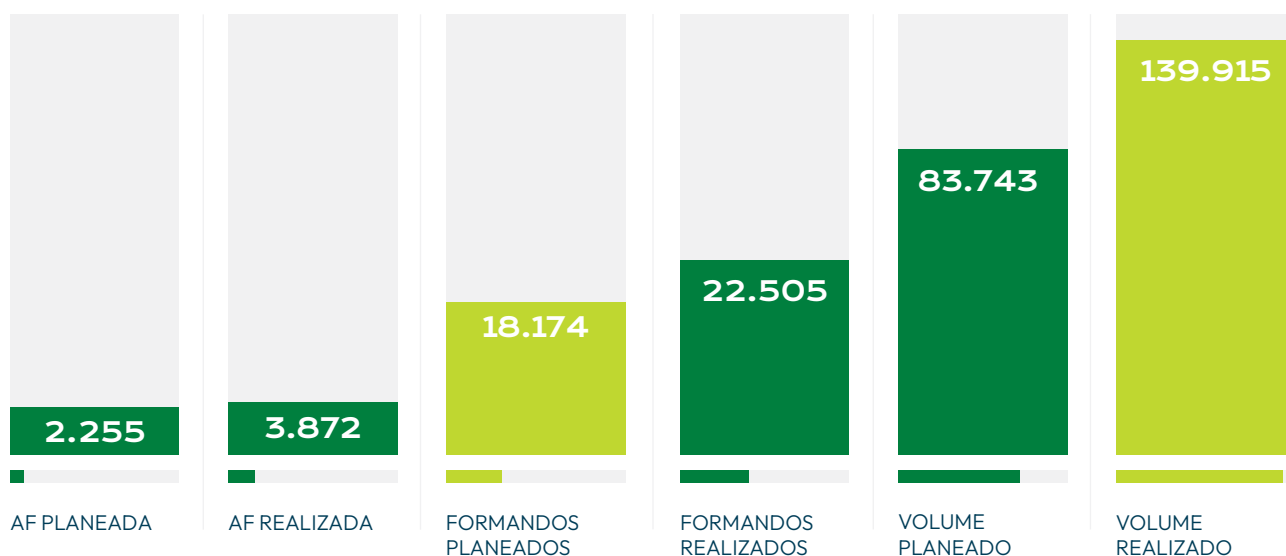
Quanto à formação desenvolvida pelos Tutores, para 2023 foi-lhes proposta a realização de 1.785 ações de formação, com integração de um total de 1.339 trabalhadores e a realização de 893 horas de tutoria, compreendendo a realização de grelhas na área de Segurança e Operação de Equipamentos e na área Comportamental.

Apresentamos na tabela abaixo, os dados relativos ao planeamento e execução das ações de formação:

Código Ação	AF Planeadas	AF Realizadas	Formandos Planeados	Formandos Realizados	Volume Planeado	Volume Realizado
FI	121	540	778	1.399	3.792	9.464
FIEL	18	0	270	0	2.118	0
FLT	309	922	12.470	17.504	61.712	93.314
FPCT	1.807	2.410	4.656	3.602	16.120	37.137
Total	2.255	3.872	18.174	22.505	83.743	139.915

Legenda: FI - Formação Interna; FIEL - Formação Interna e-Learning; FLT - Formação no Local de Trabalho; FPCT - Formação Prática em Contexto de Trabalho.

Os objetivos traçados para o ano, quer em número de ações, quer em número de formandos e volume de horas foram alcançados, conforme se constata no gráfico seguinte:



À semelhança dos anos anteriores, a análise feita à sinistralidade é um elemento essencial na construção do plano de formação, permitindo adaptar as formações a realizar às necessidades decorrentes dos dados retirados da análise à sinistralidade. Desta forma, os dados daí resultantes são considerados na elaboração do Plano Anual de Formação, e direcionam a implementação de Tutorias direcionadas para serviços, tarefas, trabalhadores e/ou operações que se tenham identificado como prioritárias em matéria de risco, bem como para a definição, construção e realização de Campanhas de Formação e/ou Ações de Formação isoladas, de forma a constituírem-se como modelos corretivos e preventivos, na atuação dos trabalhadores e, consequentemente, na diminuição da sinistralidade da Empresa.

No âmbito da área do Tratamento, foram realizadas 85.078 horas que abrangeram 3.069 pessoas. De todo esse volume de formação, 78.524 horas foram asseguradas no contexto local das empresas e 6.554 horas foram geridas de forma transversal, isto é, responderam a necessidades que foram identificadas em várias empresas o que permitiu desenhar programas e conteúdos capazes de responder da mesma forma às necessidades identificadas no contexto de cada empresa. Salienta-se que, face a 2022, o volume total de horas em formação cresceu 25%, o que compara com o crescimento do quadro de pessoal de 4% no mesmo período.

Distribuição de Horas de Formação

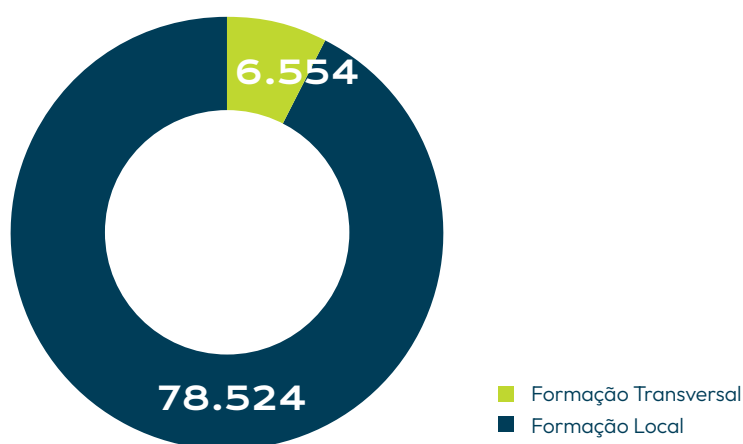


IMAGEM E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A SUMA ratificou, pelo sétimo ano consecutivo, a distinção de “Marca de Confiança Ambiente”, na categoria Empresa de Tratamento de Resíduos, motivo de orgulho e de ampla divulgação interna e externa.

É de destacar ainda, no último trimestre do ano, a participação da Empresa em três eventos: no Portugal Smart Cities Summit – com a presença da SUMA num stand dedicado e com o lançamento público da aplicação SUMA no Bairro; no Congresso Mundial da ISWA 2023 International Solid Waste Association – com a participação da ECOVISION, e a criação de uma área de exposição dedicada e de conteúdos e suportes específicos para as reuniões e sessões temáticas paralelas ao congresso.

QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Qualidade e Certificação

Em maio de 2023, foi realizada a Auditoria integrada por parte da APCER ao Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), Sistema de Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015) e Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP EN ISO 45001:2019), tendo sido comunicada em julho a decisão de emissão dos novos Certificados. A APCER considerou que a organização possui um sistema de gestão integrado aos três referenciais que estão adequados aos requisitos legais, estatutários e normativos que lhe são aplicáveis, permitindo atingir os resultados pretendidos de acordo com as normas de referência para a certificação. Por possuir vários anos de implantação, aquele encontra-se desenvolvido e robusto face às exigências, estando, portanto, reunidas as condições necessárias para que se mantenham as certificações do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e migre do referencial normativo em Segurança e Saúde no Trabalho, que está implementado para conceção, desenvolvimento, planeamento e comercialização das atividades que desempenha.

Na área de Tratamento, é a Entidade Reguladora que assegura a regulação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. A qualidade de serviço de gestão de resíduos urbanos prestados anualmente é avaliada anualmente e atualmente através da aplicação da 4.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores de desempenho de qualidade do serviço. O “Guia de Avaliação da Qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4.ª geração do sistema de avaliação” foi publicado pela ERSAR em 29 de dezembro de 2021. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Em fevereiro de 2023 foi publicado, e divulgado no sítio da ERSAR, o RASARP 2022, o qual sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2021.

Ambiente

Foram realizadas mais intervenções às instalações, mediante visitas técnicas e auditorias internas, procurando-se identificar situações críticas e oportunidades de melhoria, que conjuntamente com os vários intervenientes das operações, foram corrigidas, tendo-se implementado várias medidas corretivas e preventivas. Dada a elevada componente legal associada, este trabalho assume um contorno mais inspetivo e um tempo de avaliação mais prolongado. As entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos estão sujeitas à intervenção do regulador ambiental, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Segurança

Em matéria de Segurança, o Grupo manteve o reforço nas intervenções de visitas e auditorias internas aos Serviços e Instalações, visando a identificação de pontos críticos e correção dos mesmos, e definindo, em conjunto com os vários intervenientes da operação, medidas corretivas e preventivas, no intuito da diminuição da sinistralidade, e promoção das boas práticas de trabalho.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O Grupo SUMA considera os Sistemas de Informação um pilar essencial ao adequado funcionamento da organização e, como tal, continua a investir num sistema integrado de processamento e armazenamento de dados e de comunicação que permita a evolução e o desenvolvimento bem-sucedido da Empresa.

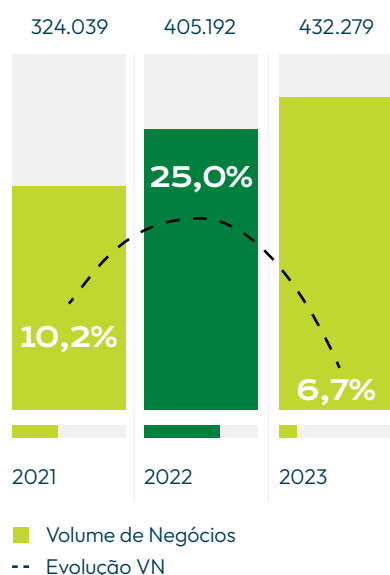
Por outro lado, para fazer face ao aumento de ameaças cibernéticas bem como à sua sofisticação, foram concluídas um conjunto de melhorias que asseguram uma maior resiliência a eventuais ataques com esta natureza.



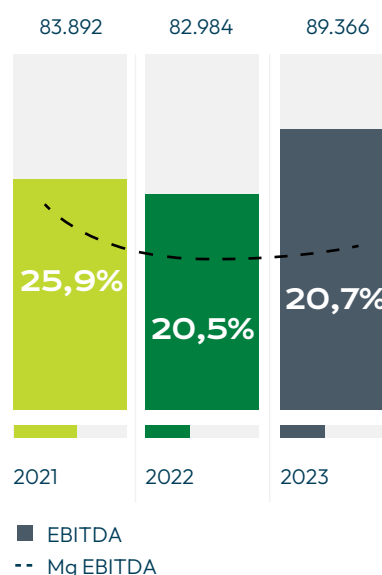
Análise Económico-Financeira

O **Grupo SUMA** reforçou em 2023 a trajetória de crescimento verificada nos anos anteriores, tendo registado um aumento expressivo do seu volume de negócios para 432.279.101 Euros, um crescimento de 6,7% face a 2022, e, igualmente, um crescimento assinalável do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (“EBITDA”) para 89.365.753 Euros, correspondente a uma margem de 20,7% (antes de perdas com empresas associadas).

Volume de Negócios

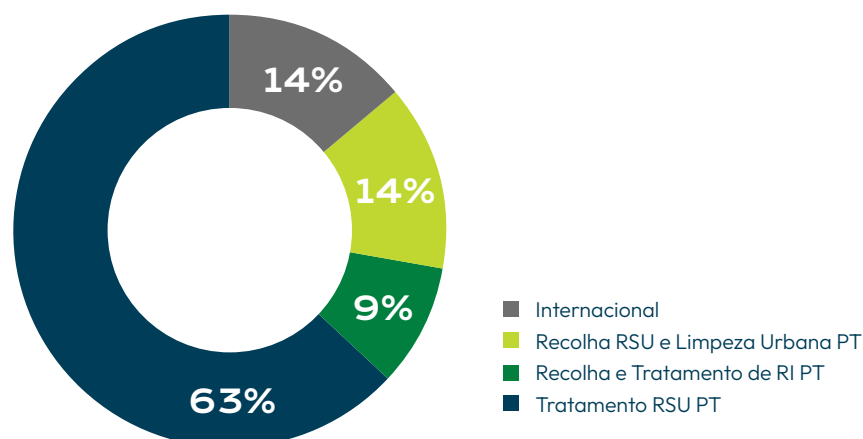


EBITDA



O gráfico seguinte apresenta a segmentação do Volume de Negócios por área de negócio, onde se destaca o Tratamento de RSU PT com 63%.

Volume de Negócios por área de Negócio



O crescimento verificado em 2023 justifica-se, fundamentalmente, pela ampliação da carteira de clientes, principalmente em limpeza urbana e tratamento, neste último caso, influenciado pelo ajustamento das tarifas aplicadas. Destaca-se também a inclusão, a partir do mês de dezembro de 2023, das receitas da Vista Waste.

Volume de Negócios por Atividade (milhares de euros)	2021	2022	2023	Var. 22/23
Recolha de RSU	49.030	71.784	69.631	(3,0%)
Limpeza Urbana	17.073	25.746	33.819	31,4%
Tratamento de RSU	223.965	257.912	272.071	5,5%
Recolha e Tratamento de RI	26.558	38.732	38.986	0,7%
Laboratório	945	1.183	1.459	23,3%
Educação Ambiental	545	774	1.287	66,3%
Outros	5.923	9.060	15.026	65,8%
Total	324.039	405.192	432.279	6,7%

Manteve-se a tendência de crescimento já verificada nos anos anteriores, com destaque para as variações positivas das sociedades da área internacional. As empresas da área de serviços urbanos, em Portugal, contribuem com um aumento de 11,6% para o volume de negócio consolidado, o qual resulta de uma maior diversidade de serviços prestados e do normal ajustamento tarifário. As sociedades da área de tratamento de RSU contribuem com um aumento de 5,0%, demonstrando a evolução positiva do negócio em território nacional.

O volume de negócios de cada uma das sociedades nacionais são os seguintes:

Volume de Negócios - Portugal (milhares de euros)	2021	2022	2023	Var. 22/23
Serviços Urbanos				
SUMA	59.152	60.044	67.239	12,0%
SUMALAB	1.546	1.803	2.210	22,6%
SUMA Esposende	1.632	1.248	90	(92,8%)
NOVAFLEX	529	1.560	1.476	(5,3%)
Tratamento de RSU				
EGF	1.496	1.614	1.822	12,9%
ALGAR	26.195	32.457	34.587	6,6%
AMARSUL	25.969	30.407	33.365	9,7%
ERSUC	26.821	34.083	34.029	(0,2%)
RESIESTRELA	4.985	6.652	6.953	4,5%
RESINORTE	23.041	25.988	29.066	11,8%
RESULIMA	5.931	10.718	12.495	16,6%
SULDOURO	10.506	14.632	14.927	2,0%
VALNOR	8.479	11.130	11.684	5,0%
VALORLIS	8.078	10.925	11.834	8,3%
VALORMINHO	2.146	2.894	3.305	14,2%

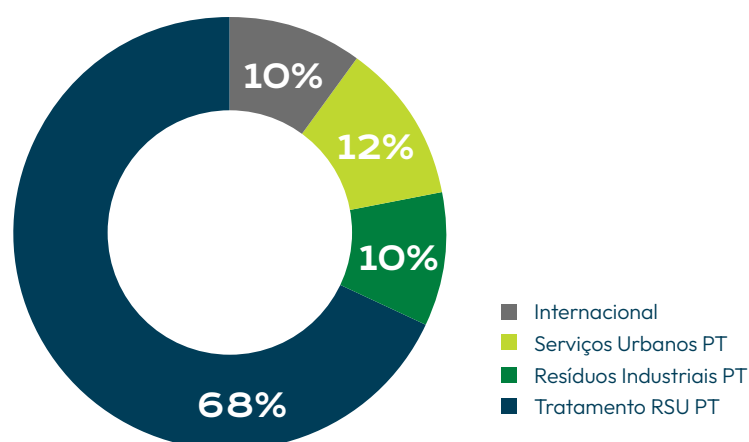
Volume de Negócios - Portugal (milhares de euros)		2021	2022	2023	Var. 22/23
Tratamento de RSU (cont.)					
VALORSUL		63.036	79.475	82.191	3,4%
REAL VERDE		900	896	674	(24,8%)
SIGA		807	274	45	(83,5%)
Resíduos Industriais					
RIMA		3.523	1.555	509	(67,3%)
RESILEI		1.801	3.732	1.775	(52,4%)
TRIU		11.309	13.690	13.915	1,6%
ENVIROIL II		9.539	11.376	10.651	(6,4%)
CORREIA & CORREIA		11.379	14.081	14.274	1,4%
SRI		490	477	510	6,9%
TRIAZA		1.076	187	72	(61,3%)

Durante o ano de 2023, analisando as sociedades a operar no estrangeiro, assistimos a um crescimento das receitas no Brasil, em contralinha com um decréscimo nas restantes geografias. Os volumes de negócios das principais sociedades no estrangeiro, foram os seguintes:

Volume de Negócios - Internacional (milhares de euros)		2021	2022	2023	Var. 22/23
Angola	VISTA WASTE	2.742	28.595	16.925	(40,8%)
Brasil	SUMA BRASIL	26.293	38.208	45.907	20,2%
	ECOSS AMBIENTAL	19.854	25.537	27.484	7,6%
	MAIS ITAPEVI	931	6.345	8.278	30,5%
	CTR	-	-	669	-
Moçambique	ECOLIFE	1.230	2.016	1.882	(6,6%)
Omã	ECOVISION	10.013	11.562	11.204	(3,1%)

No que respeita ao EBITDA consolidado, mantém-se a maior contribuição da área de Tratamento com 68% (desconsiderando as perdas em empresas associadas), conforme apresentado no gráfico seguinte:

EBITDA por Área



Apesar do EBITDA do Grupo SUMA no ano de 2023, antes da aplicação das perdas com empresas associadas, alcançar 89.365.752 Euros, apresenta um aumento de 0,2 pp. Após aplicação das perdas com empresas associadas, este atinge 60.596.970 Euros, uma quebra de 32,4% em relação ao período homólogo.

O valor da perda com associadas do Grupo SUMA em 2023 ascende a -28.768.782 Euros, sendo este valor fundamentalmente explicado pelo registo contabilístico da reciclagem cambial decorrente da aquisição em dezembro de 2023, direta e indireta, de 51% do capital acionista da Vista Waste, anteriormente já participada em 49%.

O Grupo apresenta um resultado operacional consolidado de 13.815.368 Euros, em 2023, reduzindo a rentabilidade operacional das vendas para 3,2%, abaixo do período homólogo em 5,5 pontos percentuais (“pp”).

O resultado líquido consolidado do Grupo SUMA, atribuível aos detentores do capital, termina com um valor negativo de -23.723.032 Euros, o qual seria de 11.333.082 Euros, caso não tivesse ocorrido a acima referida perda com as empresas associadas.

Apesar do resultado apurado negativo, o conjunto de sociedades do Grupo SUMA têm um desempenho operacional positivo, com crescimento da atividade e aumento do volume de negócios e EBITDA, ampliando assim o valor acrescido aos seus stakeholders.

A avaliação dos principais indicadores financeiros, com base nas contas consolidadas de encerramento de 2023, demonstra a capacidade financeira do Grupo SUMA em cumprir com as suas obrigações perante terceiros e garantir a sua sustentabilidade financeira.

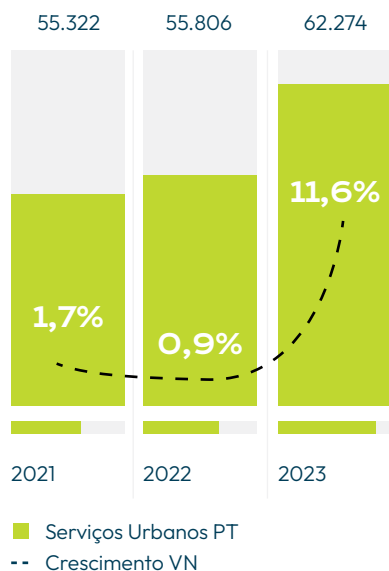
Decorrente das responsabilidades contratuais assumidas e da adequação da operação ao cumprimento das metas definidas para o setor dos resíduos, em 2023, o rácio de autonomia financeira tem uma variação de -3,7 pp, relativamente ao ano anterior, fixando-se em 25,8%, enquanto o nível de endividamento geral aumenta, neste período, para 73,8%.

Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana

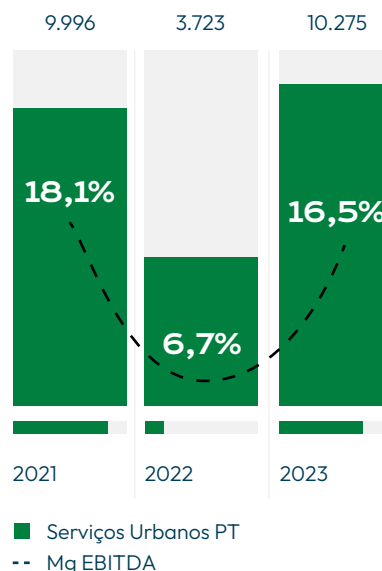
As empresas da área de serviços urbanos, em Portugal, contribuem com um aumento de 11,6% para o volume de negócio consolidado, que resulta de uma maior diversidade de serviços prestados e de um ajustamento tarifário às condições de mercado.

Na área de Recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, verificou-se um crescimento do EBITDA, resultado do melhor desempenho operacional. Em 2023, atingiu uma margem de EBITDA de 16,5%, alcançando os 10.274.957 Euros.

Área de Serviços Urbanos



Área de Recolha e Limpeza Urbana

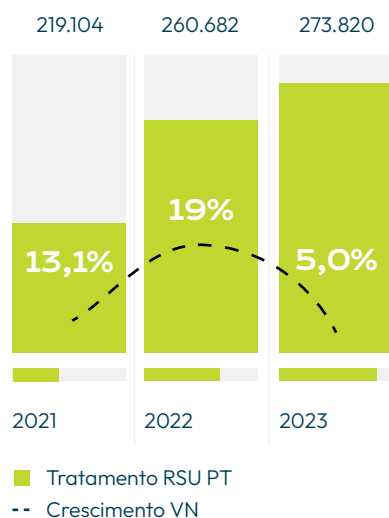


Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

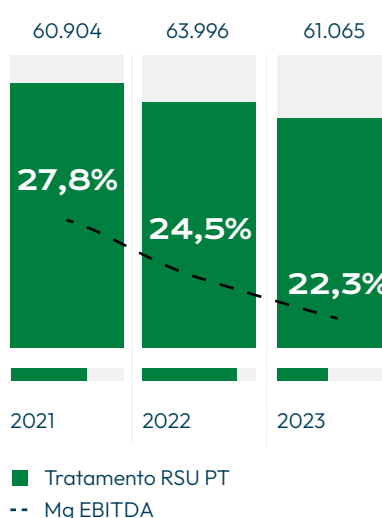
Em 2023, a área de Tratamento de resíduos sólidos urbanos atingiu um volume de negócios de 273.819.532 Euros, mantendo-se em linha com o plano de crescimento definido e com a prossecução das metas ambientais definidas.

Esta área atingiu um EBITDA de 61.065.334 Euros, apresentando um decréscimo de 4,6%. O EBITDA de 2022 está influenciado positivamente por movimentos extraordinários referentes às CRR 2021, sem os quais o EBITDA registado nestes últimos anos apresentar-se-ia estável.

Área de Tratamento Resíduos Sólidos



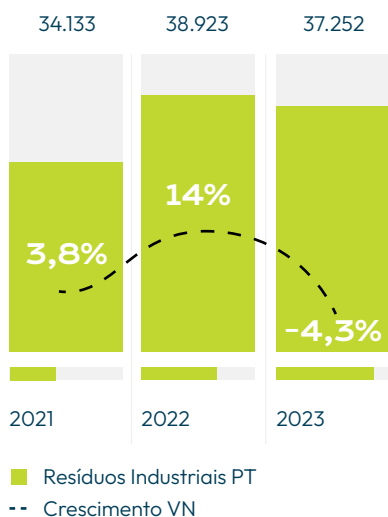
EBITDA



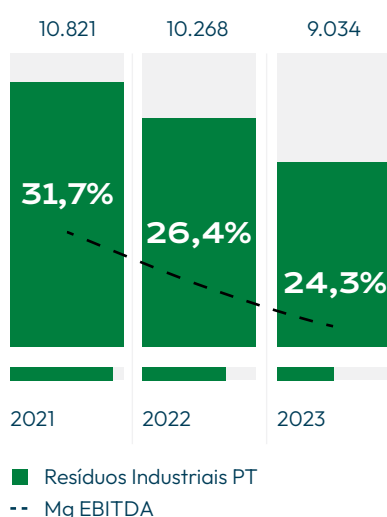
Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais

A área de Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais registou, em 2023, um decréscimo de 4,3% do volume de negócios face a 2022, ascendendo a 37.252.474 Euros. O EBITDA, atingiu 9.034.454 Euros no ano de 2023, com uma quebra de 2,1pp em relação ao período homólogo.

Área de Recolha e Tratamento de Resíduos Industriais



EBITDA



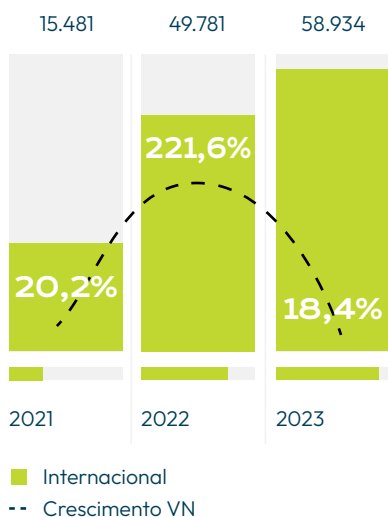
Área Internacional

O Grupo SUMA tem vindo a reforçar a sua área internacional, tendo registado, em 2023, um aumento expressivo do seu volume de negócios para 58.933.516 Euros, um crescimento de 18,4% face a 2022.

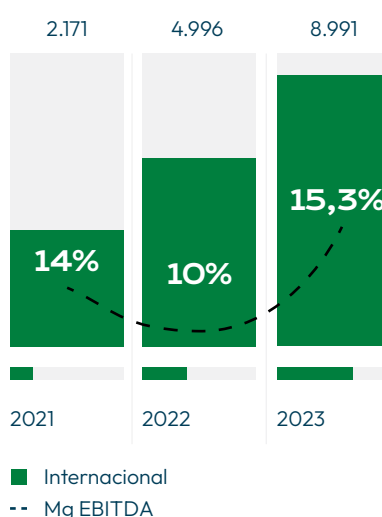
O aumento do volume de negócios consolidado das empresas a operar no estrangeiro provém da inclusão, a partir do mês de outubro de 2021, das sociedades do Brasil e do crescimento da atividade nesse país, ao qual se juntam as receitas da Vista Waste a partir do mês de dezembro de 2023.

Relativamente ao EBITDA, verifica-se um crescimento tanto em termos absolutos como em margem, essencialmente devido a um melhor desempenho das empresas do Brasil e, conforme já mencionado, pela inclusão da Vista Waste a partir do mês de dezembro de 2023.

Área Internacional



EBITDA



Factos Relevantes após o Termo do Exercício

O acordo estabelecido entre a Mota-Engil e a Urbaser, através do qual a Mota-Engil adquiriu à Urbaser as participações que esta detinha na SUMA e SUMA TRATAMENTO, foi concluído a 3 de janeiro de 2024, tendo a Mota-Engil alienado à Urbaser o negócio de resíduos industriais que integrava a SUMA.

Com esta transação, a Mota-Engil passará a deter direta ou indiretamente a totalidade do capital da SUMA e da SUMA TRATAMENTO.

Em 3 de maio de 2024 a Suma Tratamento obteve aprovação do pedido de adiamento de maturidade do empréstimo bancário contratado junto de um sindicato bancário liderado pelo BPI, por meio de uma Carta Consentimento, que prevê a liquidação de apenas 4.655.002,61 Euros em 2024, tendo a data de maturidade do remanescente sido alterada para 1 de julho de 2025. Este evento foi avaliado como um evento subsequente não ajustável.

Não são conhecidos à data outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Perspetivas para 2024

As perspetivas de crescimento em Portugal para o ano de 2024 apontam no sentido da desaceleração, imperando a incerteza e o aumento dos fatores de risco, tendo em conta a escalada do recente conflito no Médio Oriente, a inflação persistente, as tensões financeiras, a volatilidade do comércio global e os desastres climáticos. Apesar deste contexto, o consumo privado e o investimento deverão continuar a crescer, o que constitui um sinal positivo para a economia nacional.

Ao nível setorial, as recentes alterações ao regime geral da gestão de resíduos e ao regime da deposição de resíduos em aterro, visam completar a transposição das diretivas europeias relativas aos resíduos e compatibilizar as normas de gestão de resíduos com os objetivos e as medidas constantes nos recentemente aprovados PNGR 2030, PERSU 2030 e PERNU 2030. São também fixadas novas metodologias e valores para a taxa de gestão de resíduos (TGR), criando-se incentivos à recolha e reciclagem e procurando uma menor deposição de resíduos em aterro.

Neste contexto, caberá à SUMA na sua posição de líder do mercado nacional, explorar oportunidades e, em conjunto com os seus clientes, encontrar formas de aproveitar com sucesso os novos desafios, mantendo o seu elevado profissionalismo e alavancando, tanto a sua experiência de três décadas de reconhecidos sucessos, como as suas políticas organizacionais alicerçadas nas melhores práticas de gestão e ambientais.

2024 caracterizar-se-á, assim, pela continuidade da intensa ação comercial, sendo antecipado um maior número de adjudicações e um aumento do volume de negócios, a par da promoção da eficiência e inovação enquanto aceleradores da criação de valor sustentável para clientes, acionistas, trabalhadores e para o setor dos resíduos em geral.

A SUMA enquanto empresa líder do setor onde opera, quer diretamente, quer indiretamente através de um alargado portfolio de participações acionistas em empresas relevantes nos respetivos segmentos, tanto a nível nacional como internacional, continuará a promover o aprofundamento de sinergias e complementaridades no âmbito do Grupo Mota-Engil, promovendo o desenvolvimento consolidado do grupo empresarial que integra.



06

Nota Final

O Conselho de Administração da SUMA expressa o seu agradecimento a todos os que colaboraram no desenvolvimento da atividade durante o ano 2023, contribuindo para o bom desempenho e para atingir os objetivos propostos.

Agradecemos aos Acionistas e restantes membros dos Órgãos Sociais, pela confiança manifestada e por toda a disponibilidade e apoio demonstrados, que promovem o bom desempenho da Empresa.

Aos clientes, fornecedores e demais parceiros de negócio, agradecemos a cooperação e manutenção das boas relações comerciais estabelecidas.

Um agradecimento especial aos Trabalhadores, cuja determinação, dedicação e competência demonstradas no desempenho das suas funções são essenciais para o sucesso da SUMA.

Linda-a-Velha, 9 de julho de 2024.

O Conselho de Administração,

José Manuel Mota Neves da Costa

Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Morais Kol de Carvalho

07

Demonstrações Financeiras

Balanzo Consolidado em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

Ativo	Notas	2023	2022
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8	44.088.041	38.791.245
Propriedades de investimento	9	1.706.896	1.707.576
Goodwill	10	6.112.016	1.643.207
Ativos intangíveis	11	452.340.795	398.624.143
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	14.301.077	28.883.001
Participações financeiras - outros métodos		2.495	2.495
Outros investimentos financeiros	13	276.036	287.530
Outros créditos a receber	17	24.452.034	36.000.843
Clientes	17	110.050	143.882
Diferimentos	19	-	948.865
Outros ativos financeiros	4	2.319.380	2.364.880
Ativos por impostos diferidos	15	45.398.386	42.528.884
Total do ativo não corrente		591.107.204	551.926.551
ATIVO CORRENTE			
Inventários	16	6.281.002	3.815.773
Clientes	17	97.043.731	76.691.467
Adiantamentos a fornecedores		1.648.706	-
Estado e outros entes públicos	18	15.528.210	10.696.039
Outros créditos a receber	17	74.059.414	34.626.163
Diferimentos	19	9.320.180	8.277.402
Ativos não correntes detidos para venda	36	-	59.797.873
Caixa e depósitos bancários	4	92.446.398	108.115.551
Total do ativo corrente		296.327.641	302.020.268
Total do ativo		887.434.846	853.946.819

Capital Próprio e Passivo	Notas	2023	2022
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	20	12.500.000	12.500.000
Prestações acessórias	21	24.414.400	-
Prémios de emissão	21	1.410.000	1.410.000
Reserva legal	21	2.500.000	2.500.000
Outras reservas	21	92.737.620	83.172.489
Resultados transitados	21	37.734.259	26.572.872
Outras variações no capital próprio	21	(3.047.904)	27.367.888
		168.248.375	153.523.249
Resultado líquido do exercício		(23.723.032)	9.565.131
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa		144.525.343	163.088.380
Interesses que não controlam	22	85.393.360	88.845.498
Total do capital próprio		229.918.703	251.933.878
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	23	3.622.571	3.394.111
Financiamentos obtidos	24	234.125.784	256.467.014
Passivos por impostos diferidos	15	53.700.852	51.800.547
Outras dívidas a pagar	25	9.041.434	9.015.590
Fornecedores	25	73.816	76.976
Diferimentos	19	16.871.613	-
Total do passivo não corrente		317.436.070	320.754.238
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	25	52.495.724	40.153.006
Estado e outros entes públicos	18	55.784.334	48.950.030
Acionistas	27	163.378	-
Financiamentos obtidos	24	132.705.514	93.695.044
Passivos não correntes detidos para venda	36	-	20.131.660
Outras dívidas a pagar	25	94.642.961	60.569.942
Diferimentos	19	4.288.162	17.759.021
Total do passivo corrente		340.080.073	281.258.703
Total do passivo		657.516.143	602.012.941
Total do capital próprio e do passivo		887.434.846	853.946.819

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

Sérgio Lima

O Conselho de Administração

José Manuel Mota Neves da Costa

Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Morais Kol de Carvalho

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	27	432.279.101	405.191.876
Subsídios à exploração		293.507	846.392
Ganhos / (perdas) imputados de associadas	12	(28.768.782)	6.690.512
Trabalhos para a própria empresa		7.592	9.552
Variação nos inventários da produção	16	978.505	192.513
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(32.394.435)	(28.737.033)
Fornecimentos e serviços externos	28	(160.344.980)	(153.376.504)
Gastos com o pessoal	29	(153.114.933)	(137.349.760)
Imparidades de dívidas a receber	17	278.686	(90.510)
Provisões ((Constituições) / reversões)	23	(535.909)	(417.575)
Outros rendimentos	30	104.126.532	63.644.902
Outros gastos	31	(102.207.914)	(66.929.933)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		60.596.970	89.674.432
Gastos de depreciação e de amortização	32	(49.670.397)	(57.286.698)
Subsídio ao investimento	21	2.888.795	2.822.657
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.815.368	35.210.391
Juros e rendimentos similares obtidos	33	3.391.354	2.856.605
Juros e gastos similares suportados	34	(28.488.250)	(15.851.731)
Resultado antes de impostos		(11.281.528)	22.215.265
Impostos sobre o rendimento do exercício	15	(8.186.766)	(4.832.264)
Resultado líquido do exercício		(19.468.294)	17.383.001
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Defensores do capital da Empresa		(23.723.032)	9.565.131
Interesses que não controlam	22	4.254.738	7.817.870
		(19.468.294)	17.383.001
Resultado por ação	36	(94,89)	38,26

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

Sérgio Lima

O Conselho de Administração

José Manuel Mota Neves da Costa

Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Morais Kol de Carvalho

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO aos DETENTORES do CAPITAL da EMPRESA	Notas	Capital subscrito	Prestações acessórias	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam (Nota 20)	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2022		12.500.000	-	1.410.000	2.500.000	72.376.799	24.400.927	16.419.255	12.897.243	142.504.224	80.567.791	223.072.015
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	21	-	-	-	-	12.897.243	-	-	(12.897.243)	-	-	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022		-	-	-	-	-	-	-	9.565.131	9.565.131	7.817.870	17.383.001
Efeito dos ajustamentos das associadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial	12	-	-	-	-	-	-	9 055 497	-	9 055 497	-	9 055 497
Lucros não atribuídos	15 e 27	-	-	-	-	(2.101.553)	2.171.945	(70.392)	-	-	-	-
Subsídios	20	-	-	-	-	-	-	1.294.162	-	-	244.420	1.538.582
Distribuição de dividendos	8 e 24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(504.856)	(504.856)
Outras variações	21	-	-	-	-	-	-	669.367	-	669.367	720.273	1.389.639
Saldo em 31 de dezembro de 2022		12.500.000		1.410.000	2.500.000	83.172.489	26.572.872	27.367.888	9.565.131	163.088.380	88.845.498	251.933.878
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022		-	-	-	-	-	-	-	(23.723.032)	(23.723.032)	4.254.738	(19.468.294)
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	21	-	-	-	-	9.565.131	-	-	(9.565.131)	-	-	-
Realização de prestações acessórias		-	24.414.400	-	-	-	-	-	-	24.414.400	7.592	24.414.400
Goodwill gerado na revalorização da aquisição Geres		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito dos ajustamentos das associadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial	12	-	-	-	-	-	11.161.387	23.278.693	-	23.278.693	-	23.278.693
Lucros não atribuídos		-	-	-	-	-	-	(11.161.387)	-	-	-	-
Efeito císão		-	-	-	-	-	-	(41.002.954)	-	(41.002.953)	(9.492.383)	(50.495.336)
Subsídios		-	-	-	-	-	-	1.260.581	-	1.260.581	1.463.381	2.723.962
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-	-	-	(2.790.725)	-	(2.790.725)	322.126	(2.468.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		12.500.000	24.414.400	1.410.000	2.500.000	92.737.620	37.734.259	(3.047.904)	(23.723.032)	144.525.344	85.393.360	229.918.704

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado: Sérgio Lima

O Conselho de Administração:

José Manuel Mota Neves da Costa

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Ricardo Jorge de Sousa Duque Sararamago

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Moraes Kol de Carvalho

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		476.440.920	432.911.014
Pagamentos a fornecedores		(219.319.015)	(202.105.141)
Pagamentos ao pessoal		(113.264.313)	(101.085.763)
Fluxos gerados pelas operações		143.857.592	129.720.110
Pagamento do imposto sobre o rendimento		1.044.586	(5.885.590)
Outros pagamentos		(81.091.192)	(61.258.982)
Fluxos das atividades operacionais (1)		63.810.986	62.575.538
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.760.532)	(3.057.663)
Ativos intangíveis		(80.118.535)	(52.531.826)
Aquisição de interesses minoritários		(9.108)	(20.983)
Subsídios ao investimento		-	(62.054)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(16.656.779)	(16.480.000)
Participações financeiras		(410.310)	-
Outros ativos financeiros		(90.416)	(64.873)
		(100.045.680)	(72.217.399)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		380.964	68.588
Ativos intangíveis		505.825	1.157.984
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		21.551.471	21.607.559
Investimentos financeiros		10.340	10.704
Subsídios ao investimento	21	8.390.543	13.257.948
Juros e rendimentos similares		603.391	504.839
Dividendos	12	6.357.775	16.569.384
Outros ativos financeiros		7.460	2.176.780
		37.807.769	55.353.786
Fluxos das atividades de investimento (2)		(62.237.911)	(16.863.613)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Financiamentos obtidos de instituições de crédito		87.940.085	122.295.904
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		24.452.671	1.773
Outras operações de financiamento		1.451.931	2.747.104
		113.844.687	125.044.781
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de instituições de crédito			
Juros e gastos similares		(105.540.144)	(97.820.825)

	Notas	2023	2022
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (cont.)			
Dividendos	21 e 22	(23.758.604)	(13.588.361)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(563.704)	(504.907)
Outras operações de financiamento		-	-
		-	(80.053)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(129.862.452)	(111.994.146)
		(16.017.765)	13.050.635
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		(14.444.690)	58.762.560
Restituição/(constituição) de depósitos cativos	4	(2.475.333)	3.007.462
Efeito das diferenças de câmbio		(919.621)	334.278
Alteração de perímetro de consolidação		(13.233.260)	(1.153.424)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	123.519.302	62.568.426
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	89.525.294	123.519.302
Depósito bancário cativo	4	2.921.104	648.095
Descobertos bancários	4	-	(1.944.435)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	92.446.398	122.222.962

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

Sérgio Lima

O Conselho de Administração

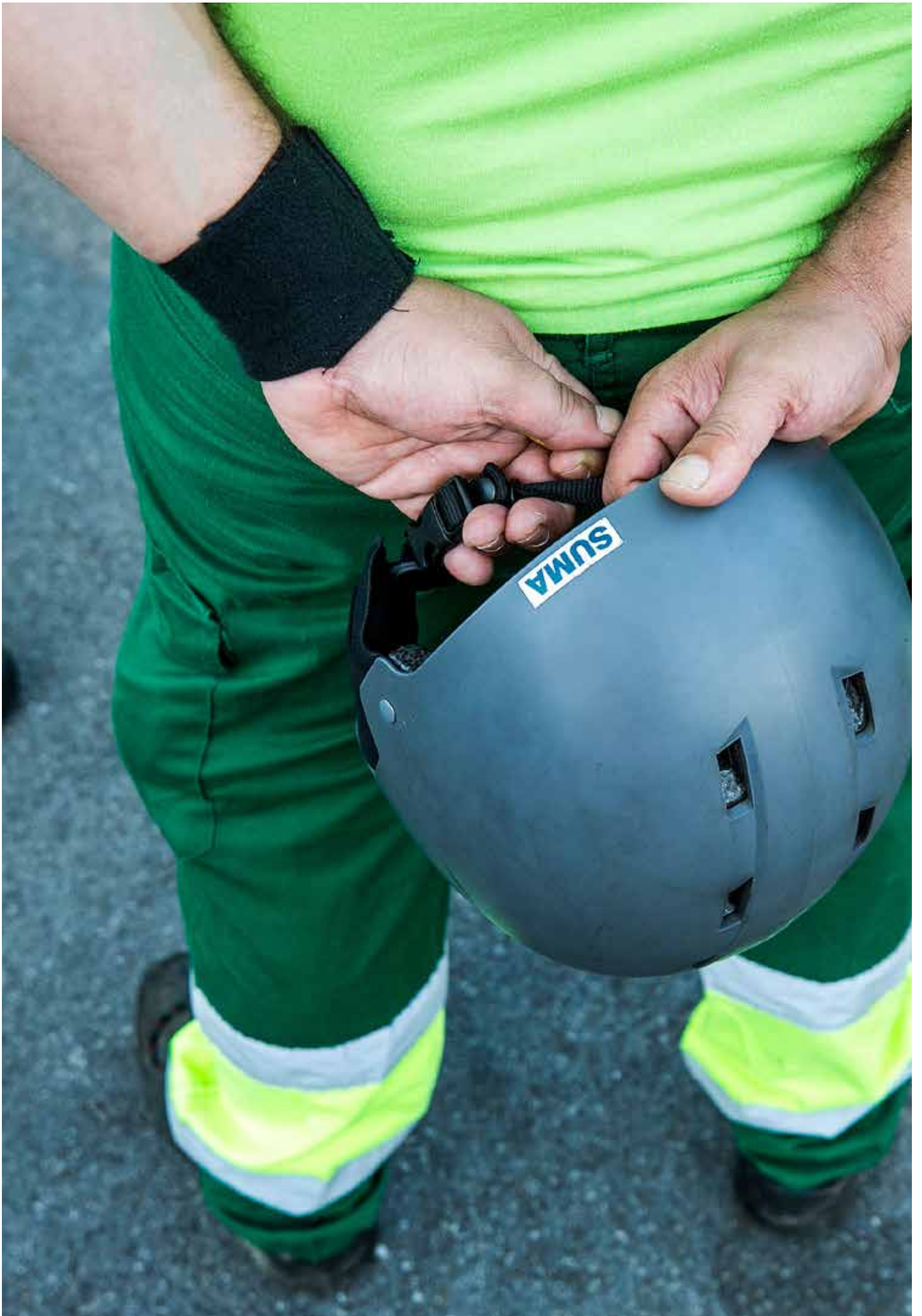
José Manuel Mota Neves da Costa

Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Morais Kol de Carvalho



08

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Nota Introdutória

O **Grupo SUMA** (“Grupo” ou “Grupo SUMA”) é constituído pela SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (“Empresa” ou “SUMA”) e suas empresas subsidiárias (“subsidiárias”) e tem como atividade principal a prestação de serviços de caráter urbano, tanto público como privado, incluindo, quando for o caso, a execução das obras, estudos ou projetos que para tal fim sejam necessários, quer no regime de concessão administrativa, arrendamento, contrato de exploração ou contrato de gestão, quer em quaisquer outras modalidades (compreendendo a constituição de empresas mistas, de sociedades de todo o tipo, cooperativas ou outras fórmulas admitidas na legislação aplicável), nomeadamente: (i) recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos; (ii) recolha e transporte de resíduos tóxicos e perigosos; (iii) recolha e transporte de resíduos industriais; (iv) recolha e transporte de resíduos hospitalares; (v) centrais de transferência de resíduos sólidos, urbanos e industriais; (vi) limpeza de escritórios, aeroportos, metropolitanos, portos, jardins, instalações industriais, matadouros, mercados e todo o tipo de instalações, sejam públicas ou privadas; (vii) limpeza urbana; (viii) tratamento e eliminação de resíduos sólidos e urbanos, industriais, hospitalares, tóxicos e perigosos; (ix) aterros sanitários; (x) centrais de tratamento, reciclagem, compostagem e incineração, com ou sem recuperação de energia; (xi) manutenção de ETA e ETAR; (xii) mobiliário urbano; (xiii) parques e jardins; e (xiv) transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.

O universo empresarial da SUMA e suas empresas subsidiárias é composto, conforme disposto na Nota 6, por empresas que têm como atividade principal a recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos e concessionárias de sistemas multimunicipais de tratamento e valorização de resíduos urbanos em parceria com os municípios.

Por força da sua estrutura acionista, a SUMA desenvolve as suas operações no âmbito das atividades dos Grupos Mota-Engil e Urbaser com quem efetua diversas transações, conforme apresentado na Nota 26.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2014 de 20 de março, em 2014, ocorreu o processo de concurso público de reprivatização de até 100% do capital social da EGF, detida pela sub-holding do Grupo Águas de Portugal (“ADP”). Esta operação de reprivatização foi segregada em duas fases: (i) o concurso público tendo em vista a alienação de um lote indivisível de ações da Empresa Geral do Fomento, S.A. (“EGF”) representativas de 95% do seu capital social, e (ii) uma oferta pública de venda das restantes ações com direitos preferenciais. A alienação do capital social da EGF à Suma Tratamento, S.A. (“Suma Tratamento”) teve como consequência a alteração do enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, sendo estas subsidiárias da EGF. Neste quadro, o Governo reviu o regime jurídico aplicável à atuação das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos.

Em novembro de 2014 e no decurso da constituição da Suma Tratamento, esta celebrou um contrato com a ADP para a aquisição de 100% do capital da EGF. O preço que a aquisição de 95% do capital da EGF ascendeu a, aproximadamente, 142.400.000 Euros, o qual será acrescido dos montantes necessários para a aquisição dos restantes 5%. A aquisição do capital da EGF apenas foi concluída em julho de 2015, uma vez que a mesma careceu de um conjunto de ações, nomeadamente da decisão pelas Autoridades da Concorrência competentes, de não oposição a esta operação. Adicionalmente, conforme definido no contrato de aquisição, na data de fecho da operação, o valor de aquisição de 95% do capital da EGF foi aumentado em, aproximadamente, 12.700.000 Euros, decorrentes, essencialmente, de variações do fundo de maneo da EGF e suas subsidiárias entre o período decorrido até à conclusão da operação.

Em agosto de 2017, após a conclusão da oferta pública de venda das restantes ações com direitos preferenciais aos trabalhadores, tendo sido adquiridas apenas 1.300 ações pelos mesmos, a Suma Tratamento adquiriu os remanescentes 4,99% do capital social da EGF pelo montante de 8.172.328 Euros, passando assim a deter 99,99% do capital social da EGF.

Decorrente do processo de privatização da EGF, foi alterado o enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva dos resíduos urbanos, as quais são controladas pela EGF (“Concessionárias”).

Em abril de 2024, as Concessionárias entregaram ao regulador as contas reais reguladas do exercício de 2023, as quais evidenciaram um ajustamento tarifário face aos valores inicialmente aprovados e às tarifas praticadas naquele exercício.

É entendimento do Conselho de Administração, que a estimativa do ajustamento tarifário referente a 2023 pelo regulador não deverá acarretar diferenças significativas face aos montantes determinados pelas subsidiárias.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo, com o objeto de continuação da expansão da sua atividade ao nível internacional adquiriu 10% de quota na entidade Vista Waste (“Vista”), passando a deter 59% do seu capital, bem como a aquisição da entidade Vista Energy, Environment and Services, S.A (“Vista Energy”), que detêm uma quota de 41% da entidade Vista passando o Grupo a controlar estas entidades.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada no ambiente económico em que o Grupo opera.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 9 de julho de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas do Grupo, bem como a sua posição e desempenhos financeiros e fluxos de caixa.

1.1 Impactos Decisão ERSAR – Ajustamentos 2023

Em março de 2023, foi publicada pela ERSAR a decisão final das CRP 2022-2024, com a definição do montante de proveitos permitidos previsionais para o período regulatório 2022-2024 e a definição da tarifa a faturar em 2023 que incorpora o ajustamento tarifário de 2021 aprovado.

Em dezembro de 2023, a ERSAR informou as empresas, da tarifa a faturar em 2024. O valor comunicado é o valor resultante da decisão das Contas Reguladas Previsionais 2022-2024, sem os ajustamentos referentes ao ano de 2022, uma vez que a ERSAR não recebeu do Concedente a aprovação das alterações dos investimentos apresentadas nas Contas Reguladas Reais de 2022, havendo a expectativa que venha a ser incorporado na tarifa de 2025.

No que respeita ao ajustamento contabilizado no ano 2023 (com capitalização), o montante é de 16.871.613 Euros (nota 13).

1.2 Impactos decorrentes do acordo celebrado entre a Mota-Engil SGPS, S.A. e o Grupo Urbaser

Em março de 2023, o Grupo Mota-Engil comunicou a celebração de um acordo com o Grupo Urbaser que permitirá ao grupo adquirir a posição de capital por este detida, passando a deter a totalidade do capital no negócio de recolha e tratamento de resíduos urbanos, isto é, as participações até agora de-tidas por aquela empresa na SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. e na Suma Tratamento, S.A.. Deste acordo, resulta também a alienação à Urbaser, S.A. (“Urbaser”) do negócio de resíduos industriais, até à data explorado pela SUMA, que se consubstanciava nas participações até agora detidas pela SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. no sub-grupo Enviroil, SGPS, S.A. (que inclui as empresas Correia & Correia, SRI, Triu, Enviroil II e Enviroil) e nas empresas Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A., Citrave – Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A. e Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A..

No período findo em 31 de dezembro de 2022, no seguimento desta operação de venda em curso mantida pela Mota-Engil SGPS, S.A. com o acionista minoritário do Grupo SUMA, o Grupo passou a classificar os ativos e passivos associados ao negócio de resíduos industriais, consubstanciado nas empresas acima referidas, como ativos não correntes detidos para venda no seu balanço consolidado. No assessment da Gestão do Grupo, este negócio não se enquadra no conceito de segmento, pelo que a apresentação na demonstração consolidada dos resultados não sofreu alterações.

Com esta transação, a Mota-Engil passará a deter direta ou indiretamente a totalidade do capital da SUMA e da Suma Tratamento.

Em 28 de dezembro de 2023, a operação de cisão das empresas que pertencem ao negócio de resíduos industriais, acima referidas, foi concluída com o seu registo definido. No período que antecedeu o seu registo, a SUMA manteve o controlo da gestão, das políticas operacionais e financeiras das empresas inseridas no acordo acima referido, pelo que, para efeitos de consolidação, foi entendimento do Conselho de Administração a apresentação dos resultados destas empresas na demonstração consolidada dos resultados. Desta forma a apresentação na demonstração consolidada dos resultados não sofreu alterações no período findo 31 de dezembro de 2023, tendo o controlo destas empresas sido perdido pela SUMA no dia 28 de dezembro de 2023.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n° 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e as Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e o quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n° 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n° 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria n° 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n° 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF” ou “SNC”.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro

lugar, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, adotadas pela União Europeia (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso das subsidiárias do subgrupo EGF em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços (“IFRIC 12”).

2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as NCRF.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta o passivo corrente superior ao ativo corrente no montante de 43.752.432 Euros, contudo, o passivo corrente inclui o seguinte:

- Saldos com partes relacionadas do Grupo Mota-Engil no montante, de aproximadamente 40.600.430 Euros, estando a Administração convicta que, caso seja necessário, o acionista prestará o suporte financeiro que se mostre necessário; e
- Saldos referentes ao financiamento do Sindicato bancário “Facility A”, no montante de 38.763.376 Euros. Conforme referido na Nota 24, em 3 de maio de 2024 foi obtida aprovação ao pedido de adiamento da maturidade deste financiamento, por meio da emissão pelo Sindicato bancário de uma Carta Consentimento, que prevê a liquidação de apenas 4.655.002,61 Euros em 2024, tendo a data de maturidade do remanescente sido alterada para 1 de julho de 2025. Este financiamento é devido pela subsidiária Suma Tratamento, S.A., à qual sabemos que, à data de hoje, lhe foram atribuídos pela sua subsidiária Empresa Geral do Fomento, S.A. dividendos no montante de cerca de 10.194.400 €, parte dos quais permitirá liquidar o montante de curto prazo devido no âmbito deste contrato.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Concentrações de atividades empresariais e princípios de consolidação

PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas. Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que correspondem a interesses de terceiros minoritários nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses que não controlam”.

Os interesses não controlados são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente, são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações subsequentes no capital próprio das subsidiárias.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM ASSOCIADAS

Uma associada é uma entidade relativamente à qual o Grupo tem influência significativa e que não é nem uma subsidiária, nem uma empresa controlada conjuntamente. Por influência significativa entende-se o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da associada, sem que tal resulte em controlo ou controlo conjunto por parte do Grupo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo no capital próprio das associadas. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados das associadas.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada associada na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é apresentado separadamente no balanço consolidado. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada. Se, posteriormente, a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

INVESTIMENTOS EM OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas são registados ao custo de aquisição e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As aquisições de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos do Grupo em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição (estes últimos apenas relatam a aquisições concretizadas até 31 de dezembro de 2015). A partir de 1 de janeiro de 2016, os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos na demonstração consolidada de resultados.

O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo da concentração for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados. Quando aplicável, o custo da concentração ou aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes e/ou adicionais acordados no âmbito da transação.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, o Grupo relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

GOODWILL

O *goodwill* é mensurado como o excesso do custo de aquisição de participações registadas face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição, sendo este apresentado numa linha separada do balanço.

A vida útil estimada do *goodwill* para os vários investimentos é como segue:

Investimento	Anos
Ecoatlântica de Portugal, Lda. ("Ecoatlântica") ^(a)	19
Gerês Participações S.A.	10
Vista Waste	10

^(a) Empresa fundida posteriormente na Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro S.A. ("Ersuc").

O *goodwill* é reconhecido como um ativo na data em que é adquirido controlo. Subsequentemente, o *goodwill* é amortizado, sendo, contudo, sujeito a testes de imparidade sempre que se verifiquem indícios de imparidade.

Para efeitos de testes de imparidade, o *goodwill* é imputado às unidades geradoras de caixa do Grupo que beneficiam das sinergias resultantes da consolidação. As unidades geradoras de caixa às quais foi imputado o *goodwill* são sujeitas a testes de imparidade anuais ou mais frequentes (na eventualidade de existir alguma indicação de que a unidade possa estar em imparidade). Se o montante recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao correspondente valor líquido contabilístico, a perda por imparidade daí resultante é inicialmente imputada ao *goodwill*, sendo a parte remanescente imputada proporcionalmente aos restantes ativos da unidade geradora de caixa. Perdas por imparidade imputadas ao *goodwill* não são revertidas subsequentemente.

CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS

São tratadas como entidades estrangeiras as que operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa dessas demonstrações

financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade adquirida e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio à data do balanço consolidado.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a reserva de conversão cambial acumulada no capital próprio é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das demonstrações financeiras consolidadas das operações estrangeiras foram as seguintes:

Moeda	Câmbio de fecho		Câmbio médio	
	2023	2022	2023	2022
Dólar americano	1,1050	1,0666	1,0829	1,0500
Kwanza	930,9625	537,5664	759,5493	476,0086
Zloti	4,3395	4,6808	4,5234	4,6868
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	110,2650	110,2650
Metical de Moçambique	69,8700	67,4500	68,4942	66,3800
Real Omanense	0,4243	0,4103	0,4166	0,4040
Real do Brasil	5,3618	5,6386	5,3940	5,4051
Pataca de Macau	8,8903	8,5658	8,7346	8,4690
Dólar de Hong kong	8,6314	8,3163	8,5015	8,2223

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração consolidada dos resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado. Os ativos fixos tangíveis afetos à exploração de aterros sanitários, nomeadamente terrenos e equipamento básico, são depreciados em função das toneladas depositadas e tendo em conta a capacidade disponível dos aterros. Os restantes ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme segue:

Classe Homogénea	Anos
Terrenos e recursos naturais	0 - 20
Edifícios e outras construções	8 - 20
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	2 - 10
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 10

Os terrenos e recursos naturais depreciados correspondem a aterros sanitários, cuja vida útil estimada é efetuada com base na taxa de depleção.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e uma fração de um imóvel, ambos detidos para arrendamento, valorização do capital investido através da venda e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, não depreciáveis.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo e correspondem a: (i) programas de computador, (ii) à retribuição definida no contrato de prestação de serviços com a Câmara Municipal do Porto e paga no momento da sua assinatura, deduzidos de amortizações acumuladas e (iii) contratos de concessão de serviços tratados no âmbito da IFRIC 12.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, durante o período de três anos para os programas de computadores, e para os restantes pelo período do contrato de concessão.

Ativos da concessão – IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Os ativos adquiridos/construídos pelas Concessionárias, ao abrigo do contrato de concessão, são ativos afetos às concessões, correspondendo à respetiva infraestrutura concessionada.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- Já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, as concessões das Concessionárias encontram-se abrangidas no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- As concessionárias possuem contratos de concessão de serviço público celebrados com o estado português (“concedente”) e por um período pré-definido;
- As concessionárias efetuam a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas, conforme definido em detalhe na nota 38;
- O concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador ersar;
- Os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o concedente no final dos contratos de concessão.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

i) Modelo do ativo financeiro – quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou de termináveis, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.

ii) Modelo do ativo intangível – quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura, deverá reconhecer um ativo intangível.

iii) Modelo misto – este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Deste modo e atendendo aos termos dos contratos de concessão, nomeadamente no que se refere ao modelo remuneratório, foi entendido que as operações das concessionárias são enquadráveis no modelo do ativo intangível, em virtude, essencialmente, das concessionárias terem o direito incondicional de cobrar os utilizadores e assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento da concessão.

Nesse enquadramento e em relação ao valor residual dos ativos afetos à concessão (de acordo com os contratos de concessão, as concessionárias têm o direito de ser ressarcida no final da concessão com base no valor líquido contabilístico dos ativos concessionados), este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Atendendo ao enquadramento acima descrito, os ativos afetos à concessão (ativos intangíveis) encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração consolidada dos resultados.

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, foi tido em consideração o método que reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pelas empresas do Grupo. Desta forma, e atendendo ao acima descrito, o Grupo considera que o método de amortização que melhor reflete o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros do ativo intangível é a amortização em função das taxas de amortização definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao Regulamento Tarifário.

Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão consiste na possibilidade das concessionárias cobrarem tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento de tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração.

Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetadas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição/construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetados aos ativos, estes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

No âmbito do contrato de concessão em vigor enquadrável, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo não tem qualquer margem na construção dos ativos afetados a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (Notas 30 e 31).

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8. Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os subprodutos, produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao seu custo de produção.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na demonstração consolidada dos resultados.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A SUMA encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (“RETGS”), que abrange todas as empresas em que a SUMA participa direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem simultaneamente com as restantes condições definidas por aquele regime. As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo SUMA, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço consolidado quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado.

c) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a pagar e outros passivos financeiros.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é refletida em resultados.

DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controlo dos ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração consolidada dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram utilizadas, as taxas de câmbio referidas na Nota 3.2 para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, assim como as transações ocorridas durante os períodos findos naquela data.

3.12. Subsídios

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios de Governo não reembolsáveis e recebidos, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, juntamente com os respectivos passivos por impostos diferidos, numa base sistemática como rendimento do período, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

3.13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição ou construção de infraestruturas são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer

rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.15. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes para alienação são classificados como detidos para venda quando o seu valor contabilístico for essencialmente recuperado através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor entre o valor contabilístico antes da classificação e o seu justo valor menos custos para vender.

3.16. Benefícios aos empregados

O plano de benefícios da EGF para antigos colaboradores já reformados confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, gerido autonomamente por uma instituição financeira.

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço consolidado relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço consolidado, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas atuariais, resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais, são reconhecidos no exercício em que são incorridos na demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

Desde 1 de janeiro de 2007, a EGF, alterou o fundo de pensões de “benefício definido” para “contribuição definida” para com os atuais colaboradores e tem por base uma contribuição da EGF calculada numa percentagem sobre o salário pensionável de cada trabalhador desde que este último reúna as condições necessárias para ser elegível pelo Plano. Neste plano de “Contribuição definida”, o gasto do plano de pensões é fixado à partida. As contribuições efetuadas pela EGF para planos de contribuição definida são registadas como gasto na data em que são devidas.

3.17. Especialização dos períodos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de períodos, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em

períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outras dívidas a pagar, Outros créditos a receber e Diferimentos.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de energia e produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Os trabalhos adicionais e revisões de preços são reconhecidos como rédito quando são acordados e aceites pelos clientes, tendo em consideração o cumprimento das condições acima definidas.

As empresas do subgrupo EGF têm a tarifa suportada pela aprovação anual do concedente e do regulador.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na tarifa aprovada do regulador (ERSAR) determinada pelos proveitos permitidos em função das quantidades de resíduo da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) Retorno no valor médio contabilístico dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador;
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

DESVIOS TARIFÁRIOS

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e contemplam nessa fórmula de cálculo o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios são recuperados.

Desta forma, as Concessionárias apuram, em cada data de relato e de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSAR, os desvios apurados entre os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo Grupo em cada período cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à

sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

Nas situações em que as concessionárias têm um Desvio Tarifário Ativo, a tarifa foi inferior à definida pela ERSAR, é constituído um acréscimo de rendimentos na medida em que a transação já foi realizada, existe o direito de recuperar, mas a mesma não foi faturada.

Nas situações inversas, ou seja, nos casos em que o Desvio tarifário é Passivo, a tarifa foi superior à definida pelo regulador, este diferencial é tratado como um diferimento, na medida em que este “excesso de tarifa” foi faturado, mas a sua regularização não irá dar origem a um pagamento futuro por parte da concessionária nem à emissão de notas de crédito, sendo este diferencial realizado via redução de faturação subsequente.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, não se conhece a decisão final das CRR de 2022. Em abril de 2024 foram submetidas as Contas Reguladas Reais referentes ao ano de 2023, para as quais se aguarda a pronúncia da ERSAR.

Os juros de mora debitados aos clientes são reconhecidos como rédito quando são pagos pelos clientes.

3.19. Ativo Regulatório/ Passivo Regulatório

Em 1 de janeiro de 2016 e tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, as concessionárias aferiram quanto à existência de uma responsabilidade para com o concedente (“Saldo regulatório”), sendo esta determinada tendo por referência os montantes dos acréscimos de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe estava associado e do valor contabilístico líquido de amortização e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integraram a base de ativos regulados relevante para efeito de apuramento dos proveitos permitidos. Nos casos em que aquele montante foi negativo, aquela responsabilidade, “Passivo Regulatório”, foi registada no passivo, quando positivo, foi registado um “Ativo Regulatório, ou Direito Contratual”. Subsequentemente, quando seja estimada uma variação anual de tarifas superior a 2% aos proveitos anualmente permitidos às concessionárias, o excedente àquele valor pode ser deduzido ao Passivo Regulatório, quando este exista. No final das concessões, caso ainda exista Passivo Regulatório, o correspondente montante será deduzido ao valor residual da BAR a que as concessionárias terão direito. Nos casos em que foi determinado um “Ativo Regulatório”, o mesmo é amortizado ao longo do período da concessão.

3.20. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;

- Vidas úteis dos ativos intangíveis;
- Testes de imparidade ao Goodwill e aos ativos intangíveis;
- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Recuperabilidade dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais;
- Estimativa de desvio tarifário a repercutir em tarifas futuras e especialização de receita tendo por base o modelo regulatório da ERSAR;
- Reconhecimento e valorização de provisões.

3.21. Acontecimentos após a data do balanço consolidado

Os acontecimentos após a data do balanço consolidado que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço consolidado são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os acontecimentos após a data do balanço consolidado que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço consolidado são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

3.22. Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

A demonstração dos fluxos de caixa consolidados é preparada de acordo com o método direto. O Grupo classifica na rubrica de caixa e depósitos bancários os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa consolidada, a rubrica de caixa e depósitos bancários compreende, também, os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de financiamentos obtidos.

A demonstração dos fluxos de caixa consolidada encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis, se aplicável.

As atividades de financiamento abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e depósitos bancários inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), sendo que os descobertos bancários foram classificados como atividade de financiamento, decorrente do seu caráter permanente na estrutura de financiamento do Grupo. Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 têm a seguinte composição:

	2023	2022	Ativos não correntes devidos para venda (Nota 36)	2022 Total
Caixa	145.352	440.035	(13.764)	426.271
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	49.722.845	67.020.856	(15.317.938)	51.702.917
Outros depósitos bancários	32.606.892	55.658.412	(320.144)	55.338.268
Caixa e seus equivalentes	82.475.090	123.119.302	(15.651.846)	107.467.456
Depósitos cativos	2.921.105	648.095	-	648.095
Depósitos a prazo	7.050.204	400.000	(400.000)	-
Caixa e seus equivalentes	92.446.399	124.167.397	(16.051.846)	108.115.551
Descobertos bancários	-	(1.944.435)	-	(1.944.435)
	92.446.399	122.222.962	(16.051.846)	106.171.116

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Depósitos cativos” nos montantes de 2.921.105 Euros e 648.095 Euros, respetivamente, não se encontrava disponível para uso do Grupo, sendo que, 445.772 Euros e 2.225.876 Euros respetivamente correspondem a uma contragarantia prestada a diversas instituições de crédito sob a forma de depósitos bancários cativos, para garantir o total e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (“BEI”), (Nota 24). Estes apenas serão mobilizados para reembolsar capital e/ou pagar juros e outras despesas bancárias ao abrigo deste contrato de financiamento. O montante destes depósitos deverá apresentar um saldo mínimo não inferior à soma de capital, juros e outros encargos bancários a pagar pelo Grupo ao BEI nos 6 meses seguintes de acordo com o plano de pagamento definidos no contrato. Os restantes 2.572.533 referentes ao ano de 2023 correspondem a depósitos que não se encontram para uso da empresa, correspondendo a uma garantia prestada à CGD no âmbito de um contrato de financiamento, para garantir os 6 meses seguintes de serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, na rubrica “Outros ativos financeiros” nos montantes de 2.319.380 Euros e 2.364.880 Euros, respetivamente, correspondem a depósitos bancários cativos com maturidade superior a 12 meses.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2022, nem foram reconhecidos erros materiais ou alterações significativas das estimativas contabilísticas relativas a períodos anteriores.

6. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

Foram incluídas na consolidação, pelo método da consolidação integral em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa e as seguintes subsidiárias, nas quais detêm ou controla a maioria dos direitos de voto (controlo):

Denominação Social	Sede	Percentagem de Participação		Atividade principal	Data de constituição	Data de aquisição
		2023	2022			
Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (Suma - empresa - mãe)	Lisboa	-	-	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Jun-94	-
Citrave - Centro Integrado de Resíduos de Aveiro, S.A. (Citrave) (e)	Lisboa	-	100,00	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Dec-08	-
Através da Suma		-	99,85			
Através da Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. (Novaflex)		-	0,08			
Através da Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. (Suma Esposende)		-	0,08			
Correia & Correia, Lda. (Correia & Correia) (e)	Sertã	-	78,35	Comércio e recolha de óleos usados	-	Nov-09
Através da Enviroil		-	78,35			
Ekosrodowisko Spółka z.o.o. (Ekosrodowisko)	Polónia	100,00	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	Dec-05
Através da MES	(Bytom)	100,00	100,00			
Enviroil, SGPS, Lda. (Enviroil) (e)	Torres Novas	-	78,35	Reciclagem de óleos usados e produção de electricidade	-	Nov-09
Através da Suma		-	78,35			
Investambiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. (Investambiente) (Nota 7)	Lisboa	-	-	Recolha de outros resíduos não perigosos	Jan-00	-
Através da Novaflex		-	-			
Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. (MES)	Polónia	100,00	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	Oct-09
Através da Suma	(Cracóvia)	100,00	100,00			
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. (Nova Beira) (Nota 7)	Lisboa	-	-	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Dec-07
Através da Novaflex		-	-			
Através da Investambiente		-	-			
Novaflex	Lisboa	100,00	100,00	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	Dec-07
Através da Suma		100,00	100,00			
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. (Real Verde)	Vila Real	100,00	100,00	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Dec-07
Através da Novaflex		100,00	100,00			
Resigés - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. (Resigés)	Setúbal	50,00	50,00	Recolha de resíduos perigosos	-	Dec-07
Através da Novaflex		50,00	50,00			
Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. (Resilei) (a) e (e)	Leiria	-	50,00	Recolha e tratamento de resíduos industriais	-	Jun-03
Através da Suma		-	50,00			
Rima - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. (Rima) (e)	Silvares	-	96,129	Recolha e tratamento de resíduos industriais	Aug-01	-
Através da Suma		-	96,129			

Siga - Serviço Integrado Gestão Ambiental, S.A. (Siga)	São Roque	70,00	70,00	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	Oct-08	-
Através da Suma		70,00	70,00			
SRI - Gestão de Resíduos, Lda. (SRI)	Sertã	-	78,35	Recolha de resíduos perigosos	Aug-08	-
Através da Correia & Correia		-	78,35			
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("uma Douro)	Murça	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Jul-00	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Suma Esposende	Esposende	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Dec-99	-
Através da Suma		100,00	100,00			
SumaLab, S.A.	Matosinhos	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Jul-00	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (Suma Porto)	Porto	100,00	100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Nov-08	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. (Triu) (e)	Prior Velho	-	78,35	Recolha de resíduos não perigosos	-	Sep-08
Através da Enviroil		-	78,35			
Sigamb	Angola	99,90	99,90	Recolha de resíduos	Feb-14	-
Através da Novaflex	(Luanda)	99,90	99,90			
Suma Macau	Macau	99,00	99,00	Recolha de resíduos	Dec-13	-
Através da Suma		99,00	99,00			
Enviroil II (e)	Torres Novas	-	70,52	Reciclagem de óleos usados, produção de electricidade e venda de combustíveis	Apr-11	-
Através da Enviroil		-	70,52			
Suma Moçambique, Lda. (Suma Moçambique)	Moçambique	99,00	99,00	Limpeza ao domicílio	Jun-11	-
Através da Suma	(Maputo)	99,00	99,00			
AGIR - Ambiente e Gestão, Lda. (Agir)	Cabo Verde	50,00	50,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Dec-07	-
Através da Suma		50,00	50,00			
Suma Tratamento	Lisboa	80,00	80,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Oct-14	-
Através da Suma		79,98	79,98			
Através da Novaflex		0,01	0,01			
Através da Suma Esposende		0,01	0,01			
Triaza - Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A. (Triaza)	Lisboa	100,00	100,00	Construção e exploração de aterro sanitário	Aug-15	-
Através da Suma		100,00	100,00			
Ecovision	Omã	51,00	51,00	Recolha de resíduos e limpeza urbana	Jul-15	-
Através da Suma		51,00	51,00			
EGF	Lisboa	79,99	79,99	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da Suma Tratamento		79,99	79,99			
Valorminho	Valença	40,80	40,80	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		40,80	40,80			
Resulima	Vila Fria	40,80	40,80	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		40,80	40,80			

Resinorte	Celorico de Bastos	60,08	0,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		60,08	0,00			
Suldouro	Vila Nova de Gaia	48,00	48,00	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		48,00	48,00			
Resiestrela	Fundão	50,35	50,35	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		50,35	50,35			
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (Ersuc)	Coimbra	51,93	51,93	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		45,95	45,95			
Através da Suma		5,98	5,98			
Valorlis	Leiria	40,80	40,80	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		40,80	40,80			
Valnor	Avis	42,66	42,66	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		42,66	42,66			
Valorsul	São João da Talha	42,34	42,34	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		42,34	42,34			
Amarsul	Palmela	40,80	40,80	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		40,80	40,80			
Algar	Almancil	44,80	44,80	Tratamento e valorização de resíduos	-	Jul-15
Através da EGF		44,80	44,80			
Tratamento Complementar de Resíduos, S.A. (TCR) (g)	Porto	59,00	59,00	Tratamento e valorização de resíduos	May-12	-
Através da Suma		59,00	59,00			
SBE Waste Management Limited (b)	Hong Kong	90,00	90,00	Tratamento e valorização de resíduos	Apr-16	-
Através da Suma		90,00	90,00			
Suma Brasil Sucursal	Belo Horizonte	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	May-19	-
Geres Participações (c) e (d)	Belo Horizonte	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Dec-14	-
Suma Brasil (c)	Belo Horizonte	100,00	100,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos	-	Dec-14
Através da Geres						
Vista Waste (f)	Luanda	100,00	-	Recolha e tratamento de resíduos sólidos		
Através da Suma		49,00	-			
Através da Novaflex		41,00	-			
Vista Energy (f)	Luanda		-	Recolha e tratamento de resíduos sólidos		
Através da Suma		100,00	-			
Vista Energy (f)	Luanda	100,00	-	Recolha e tratamento de resíduos sólidos		
Através da Suma		41,00	-			

(a) Em 31 de dezembro de 2022, esta participada foi incluída na consolidação pelo método integral, em virtude dos restantes acionistas terem cedido o controlo da gestão das políticas operacionais e financeiras da Resilei à SUMA. Em 2023, e até ao registo efetivo da cisão que ocorreu em 28 de dezembro de 2023, a SUMA manteve o

controlo da gestão, das políticas operacionais e financeiras da Resilei, pelo que, para efeitos de consolidação, foi entendimento do Conselho de Administração consolidarmos os resultados do ano de 2023 das sociedades do perímetro de cisão (Nota 1.2).

(b) Esta participada foi constituída em abril de 2016, não tendo iniciado atividade. Em setembro de 2017 a SUMA procedeu à aquisição de 30% do seu capital passando a deter 90% do seu capital, passando a ser incluída na consolidação pelo método integral.

(c) Com a aquisição da participação remanescente da Geres Participações, S.A. em novembro de 2021, estas participadas passaram a ser incluídas na consolidação pelo método integral.

(d) Durante o período de 2022 a Geres deixou de ter a maioria do capital da Mais Itapevi passando a deter 35% do seu capital.

(e) Em 31 de dezembro de 2022, estas participadas foram incluídas na consolidação pelo método integral, por ter sido exercido pela SUMA o controlo da gestão das políticas operacionais e financeiras. Em 2023, e até ao registo efetivo da operação de cisão, que ocorreu em 28 de dezembro de 2023, a SUMA manteve o controlo da gestão das políticas operacionais e financeiras das participadas, pelo que, para efeitos de consolidação, foi entendimento do Conselho de Administração consolidarmos os resultados do ano de 2023 das mesmas (Nota 1.2).

(f) Em dezembro de 2023, o Grupo, com o objeto de continuação da expansão da sua atividade ao nível internacional adquiriu 10% de quota na entidade Vista Waste (“Vista”), passando a deter 59% do seu capital, bem como a aquisição da entidade Vista Energy, Environment and Services, S.A (“Vista Energy”), que detêm uma quota de 41% da entidade Vista Waste passando o Grupo a controlar estas entidades.

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, nas quais detém ou controla a maioria dos direitos de voto. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o efeito da consolidação integral das operações das empresas subsidiárias alienadas e liquidadas até ao momento da sua efetivação.

Para as empresas sedeadas no estrangeiro, as suas demonstrações financeiras foram convertidas para Euros, utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço consolidado. Os resultados destas empresas foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada nos períodos. A diferença resultante da conversão é registada no capital próprio em “Outras variações no capital próprio”.

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo detém os seguintes investimentos em associadas:

Denominação Social	Sede	Percentagem de Participação	Atividade principal
Ambibatilha - Gestão de Resíduos, S.A. (Ambibatilha)	Batalha	20,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ambilital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM (Ambilital)	Santiago do Cacém	49,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM (Ecoleziria)	Almeirim	24,50	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecolife	Maputo	30,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecos Ambiental	Belo Horizonte	34,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Mais Itapevi	Belo Horizonte	35,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
CTR Sata Luzia ^(a)	Santa Luzia	25,00	Construção e exploração de aterro sanitário

^(a) A partir de junho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo detém os seguintes investimentos em associadas:

Denominação Social	Sede	Percentagem de Participação	Atividade principal
AMBIBATALHA - Gestão de Resíduos, S.A. (Ambibatilha)	Batalha	20,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ambilital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM (Ambilital)	Santiago do Cacém	49,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Citrup - Centro Integrado de Resíduos, Lda. (Citrup)	Maia	30,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM (Ecoleziria)	Almeirim	24,50	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecolife	Maputo	30,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Vista Waste	Luanda	49,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Ecos Ambiental	Belo Horizonte	34,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos
Mais Itapevi	Belo Horizonte	35,00	Recolha e tratamento de resíduos sólidos

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2), tendo, para este efeito, sido utilizadas demonstrações financeiras das empresas, à mesma data de relato do Grupo. Para as empresas sedeadas no estrangeiro, as suas demonstrações financeiras foram convertidas para Euros, utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço consolidado. Os resultados destas empresas foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada nos períodos. A diferença resultante da conversão é registada no capital próprio em “Outras variações no capital próprio”.

A Vista Waste, conforme nota introdutória, foi considerada como associada até novembro de 2023, tendo passado a subsidiária a partir de dezembro de 2023.

7. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorrem as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo:

- Aquisição de 100% do capital social da Vista Energy, que detém 41% da quota da Vista Waste;
- Aquisição de 10% quota da Vista Waste passando o Grupo a deter o controlo de 100% da Vista Waste, detendo diretamente 59% e indiretamente os restantes 41%;

· Com a realização da operação de cisão no final de dezembro de 2023, as empresas do perímetro de cisão contribuíram para a demonstração consolidada dos resultados mas não apresentam qualquer saldo balanço fruto da perda de controlo em 28 de dezembro de 2023. As empresas que incluem o perímetro de cisão, e que saíram do perímetro de consolidação, são a Correia & Correia, SRI, Enviroil II, Triu, Enviroil SGPS (“Grupo Enviroil”), Rima, Citrave e Resilei, conforme descrito na nota 1.2.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo:

- Durante o período de 2022 a Geres deixou de ter a maioria do capital da Mais Itapevi passando a deter 35% do seu capital.
- Durante o período de 2022 as empresas Novabeira e Investambiente foram dissolvidas e liquidadas pelo que não foram consideradas no perímetro de consolidação.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo inicial	7.547.516	10.302.748	28.735.024	58.687.982	2.709.344	5.409.080	4.785.016	118.176.710
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	517.195	3.714.339	5.924.375	1.921.033	37.888	21.305	(1.944.028)	10.192.107
Aquisições	1.743.817	100.494	1.109.530	6.724.463	219.599	213.543	2.202.283	12.313.730
Alienações	-	-	(212.230)	(2.610.290)	-	(308.006)	-	(3.130.526)
Transferências	-	9.458	504.769	3.712	-	-	(517.939)	()
Abates	-	(1.984)	(113.671)	(29.713)	(111.415)	(61.424)	(7.316)	(325.523)
Outras variações	(2.602.969)	-	(167.893)	-	-	168.147	(238.865)	(2.841.580)
Atualização cambial	393.177	(32.148)	(69.664)	334.520	(8.224)	6.376	-	624.037
Saldo final	7.598.736	14.092.906	35.710.240	65.031.708	2.847.191	5.449.022	4.279.151	135.008.954
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial	210.185	9.102.553	23.504.249	38.708.123	2.560.713	5.016.281	283.362	79.385.466
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	81.580	755.396	4.922.095	1.340.196	39.920	20.511	-	7.159.698
Depreciações do exercício (Nota 32)	877.724	399.100	1.473.738	4.698.271	119.762	227.439	-	7.796.034
Alienações	-	-	(204.019)	(2.550.358)	-	(295.496)	-	(3.049.873)
Abates	-	(1.984)	(83.457)	(29.140)	(111.415)	(61.424)	-	(287.421)
Outras variações	-	-	(123.361)	2.831	-	120.685	-	154
Atualização cambial	(67.175)	(41.851)	(130.497)	160.558	(8.173)	3.992	-	(83.146)
Saldo final	1.102.314	10.213.214	29.358.748	42.330.480	2.600.806	5.031.989	283.362	90.920.913
Ativo líquido	6.496.422	3.879.692	6.351.493	22.701.227	246.385	417.033	3.995.789	44.088.041

2022	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo inicial	12.893.579	21.693.289	56.361.442	65.491.313	3.224.675	6.749.605	7.306.948	173.720.851
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	-	-	(9.727)	-	(5.903)	-	-	(15.631)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	(6.415.234)	(11.755.388)	(29.134.539)	(7.960.891)	(626.293)	(1.338.637)	(5.295.631)	(62.526.613)
Aquisições	-	70.265	1.141.893	1.813.553	133.380	250.465	3.342.724	6.752.280
Alienações	-	-	(202.103)	(1.866.178)	(2.287)	(227.713)	(14.950)	(2.313.231)
Transferências	-	239.351	313.049	597.835	4.888	840	(1.155.962)	0
Abates	-	(57.240)	(647.195)	(306.952)	(33.718)	(37.750)	(15.415)	(1.098.270)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização cambial	1.069.171	112.471	912.203	919.304	14.601	12.270	617.303	3.657.324
Saldo final	7.547.516	10.302.748	28.735.024	58.687.982	2.709.344	5.409.080	4.785.016	118.176.710
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	883.114	15.898.684	43.108.789	42.063.760	3.005.722	6.319.354	283.362	111.562.785
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	-	-	(213)	-	(93)	-	-	(306)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	(709.475)	(7.736.323)	(21.856.960)	(6.336.297)	(569.824)	(1.312.326)	-	(38.521.205)
Depreciações do exercício (Nota 32)	36.546	915.911	2.567.865	4.752.866	144.792	271.387	-	8.689.368
Alienações	-	(36.857)	(212.530)	(2.127.180)	(5.040)	(231.829)	-	(2.613.436)
Abates	-	-	(633.844)	(34.936)	(30.932)	(31.402)	-	(731.114)
Atualização cambial	-	60.814	443.632	381.611	14.014	1.097	-	901.168
Saldo final	210.185	9.102.553	23.504.249	38.708.123	2.560.713	5.016.281	283.362	79.385.466
Ativo líquido	7.337.331	1.200.195	5.230.775	19.979.859	148.631	392.800	4.501.654	38.791.245

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais aquisições ocorridas de ativos fixos tangíveis, estão relacionadas com a aquisição de equipamentos de transporte e contentores, necessários para a atividade operacional do Grupo, bem como à melhoria e expansão das instalações, como é exemplo o Centro de Serviços do Algarve e as instalações de Polima.

O aumento considerável de ativos fixos tangíveis durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 está em grande parte influenciada pela alteração do perímetro de consolidação verificado em novembro de 2023, com a aquisição de 100% da quota da Vista Waste, diretamente através da aquisição de 10% da quota e indiretamente através da aquisição da totalidade da participação na Vista Energy (Nota 7), a qual detém os restantes 41% da Vista Waste.

Os equipamentos de transporte, compreendem todo o tipo de viaturas e equipamentos utilizados nos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, viaturas varredoras e aspiradoras, lava contentores, viaturas com grua e compactador, recolhedoras compactadoras, entre outros. Este tipo de equipamento é, essencialmente, adquirido através de contratos de locação financeira, conforme evidenciado na Nota 24.2.

As alienações correspondem, essencialmente, à venda de diversos tipos de viaturas usadas que se encontravam maioritariamente depreciadas.

Os abates dizem respeito maioritariamente a contentores que já não se encontravam em condições de funcionamento.

Com a aquisição da Gerês Participações, em 31 de dezembro de 2021 encontra-se reconhecido nas contas consolidadas da SUMA um terreno detido pela subsidiária SUMA Brasil no montante de 5.262.923 Euros. A gestão do Grupo tem a expectativa de que o mesmo venha a ser explorado enquanto aterro, e existem acordos firmados com um investidor nessa base, que têm subjacentes cláusulas com condições antecedentes, nomeadamente a obtenção de licenciamento.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as propriedades de investimento incluem os terrenos localizados em Cascais, Escandarão e Várzea. Estes terrenos não estão afetos à produção ou fornecimento de bens e serviços, encontram-se registados ao custo histórico, nos montantes de 1.647.000 Euros, 14.863 Euros e 35.491 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica inclui uma fração de um imóvel arrendado a terceiros em Lisboa.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	1.707.576	1.885.138
Alienações	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36) ^(a)	-	(176.779)
Depreciação do exercício (Nota 32)	(681)	(783)
Saldo final	1.706.896	1.707.576

^(a) Este montante foi reclassificado para Ativos fixos tangíveis.

As propriedades de investimento apresentam um valor de mercado abaixo do seu valor contabilístico, ascendendo o mesmo a, aproximadamente, 1.646.420 Euros, de acordo com as avaliações dos imóveis efetuadas por uma entidade independente em 2023.

10. GOODWILL

O detalhe do *goodwill* respeita à diferença de compra registada no exercício e em períodos anteriores, na aquisição de empresas subsidiárias e associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe do *goodwill* é como segue:

Entidade ou unidade geradora de caixa	Ano Aquisição	Quantia escriturada 2022	Aumentos	Amortizações do exercício (Nota 32)	Quantia escriturada 2023
Ecolatlantica	2006	76.655		(6.559)	70.096
Geres	2021	1.648.132		(188.358)	1.459.774
Vista Waste	2023	-	4.620.651	(38.505)	4.582.145
		1.724.787	4.620.651	(233.422)	6.112.016

Entidade ou unidade geradora de caixa	Ano Aquisição	Quantia escriturada 2021	Amortizações do exercício (Nota 32)	Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	Quantia escriturada 2022
Ecolatlantica	2006	83.212	(6.559)	-	76.653
Resilei	2007	79.827	(21.007)	(58.820)	-
Triu	2008	2.188.123	(280.599)	(1.907.524)	-
Enviroil	2009	6.488.047	(509.830)	(5.978.217)	-
Geres	2021	1.836.490	(188.358)	-	1.648.132
Citrave	2009	-	-	(81.580)	(81.580)
		10.675.699	(1.006.353)	(8.026.139)	1.643.207

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo procedeu à aquisição de 10% da quota da Vista Waste bem como à aquisição de 100% da participação da Vista Energy, passando a deter a totalidade do capital de ambas as participadas, sendo que a mesma gerou um *Goodwill* cuja sua vida útil, por não se encontrar definida, foi fixada em 10 anos.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	1.643.207	10.675.699
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	(8.026.139)
Aumentos	4.620.651	-
Amortização (Nota 32)	(233.422)	(1.006.353)
Alteração de perímetro - Citrave	81.580	-
Saldo final	6.112.016	1.643.207

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto para as subsidiárias Geres e Vista Waste de 14,5% e 22,08%, respetivamente, e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2% e 6,4%, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto de 6,29%, e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2%. Para a participada Geres e para a associada Vista Waste, foram utilizadas as taxas de desconto de 14,5% e 22,08%, respetivamente, e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3% e 6,4%, respetivamente. Para a participada Resilei, foi utilizada a taxa de desconto 6,29%, mas sem taxa de crescimento na perpetuidade e considerando projeções dos fluxos de caixa até 2041, uma vez que o aterro tem uma vida útil finita.

Para efeito do teste de imparidade, e com base nos critérios definidos, não foram identificados indícios de imparidade, tendo o *goodwill* sido amortizado.

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023	Direitos contratuais	Ativo Regulatório	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo inicial	1.251.323.561	270.201	1.921.903	27.101.238	19.564.709	1.300.181.610
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	2.017.426	-	2.896	-	68.478	2.088.801
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	-	-	-	-	-
Aquisições	56.758.048	-	134.575	36.967.202	-	93.859.826
Alienações	(2.343.328)	-	-	-	-	(2.343.328)
Reduções	(25.331.821)	-	(5)	(5.335)	-	(25.337.161)
Reclassificações	-	-	(254)	-	-	(254)
Transferências	54.774.980	-	238.865	(54.774.980)	-	238.865
Atualização cambial	(371.458)	-	20.668	-	(12.328)	(363.118)
Saldo final	1.336.827.408	270.201	2.318.648	9.288.126	19.620.859	1.368.325.241
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	881.242.564	99.516	870.204	-	19.345.185	901.557.467
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	179.506	-	(35.670)	-	13.685	157.521
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício (Nota 32)	41.331.315	14.221	320.253	-	201	41.665.990
Alienações	(2.535.428)	-	-	-	-	(2.535.428)
Reduções	(24.865.058)	-	(4)	-	-	(24.865.062)
Reclassificações	-	-	(154)	-	-	(154)
Atualização cambial	(32.701)	-	39.051	-	(2.239)	4.112
Saldo final	895.320.197	113.737	1.193.680	-	19.356.833	915.984.446
Ativo líquido	441.507.211	156.464	1.124.969	9.288.126	264.026	452.340.795

2022	Direitos contratuais	Ativo Regulatório	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	1.215.824.957	270.201	557.533	1.777.507	21.582.672	20.929.237	1.260.942.104
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	(2.860)	-	(557.533)	(304.265)	(24.750)	(13.526)	(902.934)
Aquisições	18.277.802	-	-	447.046	37.205.588	258.771	56.189.207
Alienações	(2.922.553)	-	-	(940)	-	-	(2.923.493)
Reduções	(11.507.657)	-	-	-	(8.400)	(267.828)	(11.783.885)
Transferências	31.653.873	-	-	-	(31.653.873)	(1.341.945)	(1.341.945)
Atualização cambial	-	-	-	2.556	-	-	2.556
Saldo final	1.251.323.561	270.201	-	1.921.903	27.101.238	19.564.709	1.300.181.610
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	851.050.110	85.295	557.532	964.739	-	15.919.779	868.577.454
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	(2.860)	-	(557.533)	(301.314)	-	(12.442)	(874.149)
Amortizações do exercício (Nota 32)	43.933.404	14.221	1	207.575	-	3.434.993	47.590.195
Alienações	(3.162.956)	-	-	(940)	-	253	(3.163.643)
Regularizações	-	-	-	-	-	2.602	2.602
Reduções	(10.575.134)	-	-	-	-	-	(10.575.134)
Atualização cambial	-	-	-	143	-	-	143
Saldo final	881.242.564	99.516	-	870.204	-	19.345.185	901.557.468
Ativo líquido	370.080.997	170.685	-	1.051.700	27.101.238	219.523	398.624.142

Os principais investimentos realizados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram os seguintes:

Algar: conclusão do fornecimento de três motogeradores para o aproveitamento energético do biogás dos aterros sanitários e conclusão da instalação de três Estações de Tratamento de Águas Lixivantes por Osmose Inversa;

Amarsul: adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico de Palmela para Tratamento Mecânico e Biológico. Aquisição de viaturas de recolha seletiva. Aquisição de outros equipamentos diversos;

Ersuc: conclusão da adaptação dos TMB para a receção seletiva de biorresíduos. Aquisição de 2 unidades de osmose inversa e viaturas de recolha porta a porta. Selagem do aterro da Figueira da Foz.

Resiestrela: reformulação do sistema de combate a incêndios. Aquisição de viaturas pesadas e de porta a porta assim como camião de recolha e transporte;

Resinorte: aquisição de viaturas de recolha seletiva. Trabalhos de ampliação do aterro sanitário de Bigorne e dos balneários e instalações sociais. Selagem do aterro sanitário de Santo Tirso;

Resulima: conclusão da instalação dos motogeradores na unidade de Vila Fria. Implementação do projeto de Ecolugares. Início de um conjunto de ações com vista a mitigar os odores da UVR da Paradela;

Suldouro: aquisição de 6 camiões para recolha seletiva. Trabalhos de beneficiação da Nave do papel e cartão. Aquisição equipamentos diversos para TMB e Aterro;

Valnor: aquisição de viaturas de recolha seletiva. Reformulação da ET de Elvas. Aquisição de outros equipamentos diversos de transporte de resíduos;

Valorlis: obra de aumento da capacidade de valorização orgânica do TMB para tratamento dos biorresíduos e substituição de equipamentos do aterro e biogás. Substituição de viaturas de recolha seletiva e viaturas pesadas no TMB;

Valorminho: aquisição de equipamentos de substituição (biogás, recolha seletiva e aterro sanitário). Empreitada de remodelação de edifícios;

Valorsul: aquisição de depuradores de gases de incineração e sobreaquecedores primários de incineração. Aquisição de ecopontos e construção do Entrepasto e requalificação do Centro de Tratamento de resíduos do Oeste.

Os principais investimentos realizados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram os seguintes:

Algar: conclusão do CTTRU - Centro de Tratamento e Triagem de Resíduos Urbanos do ASB. Substituição de frota e equipamentos mecânicos. Instalação de duas Estações de Tratamento de águas Lixivantes por Osmose Inversa;

Amarsul: adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico de Palmela para Tratamento Mecânico e Biológico. Aquisição de viaturas de recolha porta a porta e de recolha seletiva. Aquisição de outros equipamentos para CVO;

Ersuc: substituição de viaturas para a recolha seletiva, aquisição de contentores para a recolha porta a porta. Selagens parciais dos Aterros em exploração.

Resiestrela: empreitada de otimização do TMB, renovação de equipamento de afinação do Composto. Aquisição de autocompactadores e outros equipamentos auxiliares;

Resinorte: aquisição de equipamentos de aterro, selagem parcial de Aterros. Aquisição de outros equipamentos informáticos;

Resulima: continuidade dos trabalhos de selagem parcial do aterro sanitário de Vila Fria. Adiantamento para a encomenda de 2 motogeradores para a Central de Valorização Energética de Vila Fria;

Suldouro: projeto de selagem do Aterro de Sermonde. Aquisição de 2 camiões para recolha seletiva. Aquisição de outros equipamentos para CVO e Aterro;

Valnor: otimização do tratamento mecânico e biológico do CITVRS de Avis, osmose inversa de Castelo Branco. Aquisição de viaturas de recolha seletiva e semirreboques para a transferência de resíduos;

Valorlis: obra de aumento da capacidade de valorização orgânica do TMB para tratamento dos biorresíduos, aquisição de viaturas para a recolha seletiva. Aquisição de outros equipamentos para a Triagem., Tratamento Biológico e Tratamento Mecânico;

Valorminho: aquisição de equipamentos de substituição (biogás, lixiviados e aterro sanitário, aquisição de equipamentos novos para tratamento mecânico e estações de transferência);

Valorsul: prensas de papel/cartão e embalagens para Centros de Triagem. Equipamentos fixos para a linha Triagem Oeste e aquisição de viaturas de recolha seletiva.

Em 31 de dezembro de 2023, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração do teste de imparidade ao *Goodwill* originado na aquisição da subsidiária EGF, tiveram por base as contas reguladas previsionais aprovadas pelo regulador (ERSAR) para o período regulatório 2022-2024, acrescidas de projeções de investimento em capex tendo em consideração os investimentos de substituição necessário para manter a Base de Ativos Regulados (BAR) em níveis similares a 2023 considerando a inflação, bem como os investimentos novos previstos no PAPERSU 2030,

e de variação de working capital para o período 2025-2034, taxas de remuneração atualmente em vigor para a totalidade do período contratual e taxa de desconto post-tax de 5,72%. Com base no teste de imparidade efetuado, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas por imparidade associadas aos ativos destas unidades geradoras de caixa (empresas concessionárias que são subsidiárias deste Grupo).

O processo de aprovação final das CRP do período regulatório 2022-2024 ficou finalizado no 1º trimestre de 2023, não existindo diferenças relevantes entre os valores reconhecidos nas contas das 11 concessões da EGF e os valores que decorrem das CRPs do período regulatório 2022-2024.

Encontra-se a decorrer o processo de aprovação por parte da ERSAR das Contas Reguladas Reais (CRRs) referentes aos exercícios de 2022 e de 2023, submetidas em abril de 2023 e em abril de 2024, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, com base no teste de imparidade efetuado, não foram registadas perdas por imparidade para os referidos ativos intangíveis.

12. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo detém as seguintes participações financeiras em associadas:

2023	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Volume de negócios	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias	Total da participação no ativo
Investimentos em associadas									
Ambilital	Santiago do Cacém	49,00%	24.539.709	18.158.954	4.452.393	159.556	8.897.888	-	8.897.888
Ecolezíria (c)	Almeirim	24,50%	-	-	-	-	317.481	-	317.481
Ecolife (b)	Maputo	30,00%	2.644.771	1.415.374	1.881.777	255.471	424.612	-	424.612
Ecooss ambiental	Brasil	34,00%	11.110.754	4.210.153	27.484.027	2.388.021	1.426.603	-	1.426.603
Mais Itapevi	Brasil	35,00%	6.621.664	1.119.800	8.278.115	1.624.971	272.906	-	272.906
CTR Santa Luzia	Brasil	25,00%	7.446.895	6.207.807	668.919	248.291	2.961.587	-	2.961.587
			52.363.793	31.112.089	42.765.231	4.676.310	14.301.077	-	14.301.077

2022	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Volume de negócios	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias	Total da participação no ativo
Investimentos em associadas									
Vista Waste (a) e (b)	Luanda	49,00%	105.061.345	35.191.463	28.594.588	10.857.585	17.243.817	944.834	18.188.650
Ambilital	Santiago do Cacém	49,00%	25.661.816	18.810.983	4.301.917	438.451	9.217.381	-	9.217.381
Citrup	Maia	30,00%	12.283	(18.230)	28.714	(11.915)	-	-	-
Ecolezíria (c)	Almeirim	24,50%	-	-	-	-	317.481	-	317.481
Ecolife (b)	Maputo	30,00%	2.340.623	1.206.730	2.016.225	140.206	362.019	-	362.019
Ecooss ambiental	Brasil	34,00%	9.619.388	1.732.683	25.537.368	2.266.857	589.112	-	589.112
Mais Itapevi	Brasil	35,00%	3.350.401	595.306	6.345.229	697.332	208.357	-	208.357
			146.045.856	57.518.933	66.824.042	14.388.516	27.938.167	944.834	28.883.001

(a) O capital próprio desta empresa inclui prestações acessórias ou suplementares concedidas pelo Grupo.

(b) Estas empresas estão sediadas fora de Portugal e apresentam uma divisa diferente do Euro, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.

(c) Informação financeira não disponível.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não identificou indícios de imparidade relativamente às participações financeiras detidas.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2), tendo, para este efeito, sido utilizadas demonstrações financeiras das empresas, à mesma data de relato do Grupo.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras - método de equivalência patrimonial” foi o seguinte:

2023	Valor da participação	Prestações acessórias	Total
Saldo inicial	27.938.167	944.834	28.883.001
Aumentos	2.961.587	-	2.961.587
Alteração perímetro	(10.610.103)	(944.834)	(11.554.937)
Dividendos atribuídos	(459.962)	-	(459.962)
Método da equivalência patrimonial	(5.528.613)	-	(5.528.613)
Saldo final	14.301.077	-	14.301.077

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da detenção do controlo da Vista Waste, conforme referido na nota 6 e nota 7, a participação financeira foi reclassificada de empresa associada para empresa subsidiária passando a 1 de dezembro de 2023 a integrar o perímetro de consolidação.

2022	Valor da participação	Prestações acessórias	Total
Saldo inicial	38.507.551	944.834	39.452.384
Aumentos	208.357	-	208.357
Alteração perímetro	(3.909)	-	(3.909)
Dividendos atribuídos	(26.523.416)	-	(26.523.416)
Método da equivalência patrimonial	15.749.584	-	15.749.584
Saldo final	27.938.167	944.834	28.883.001

No decorrer dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, dos dividendos atribuídos foram recebidos 459.962 Euros e 16.569.384 Euros respetivamente, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

2023	Ganhos/(perdas) imputados de associadas	Outras variações no capital próprio	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 23)	Participações financeiras
Vista Waste	(31.411.496)	23.514.532		(7.896.964)
Vista Energy	1.281.372			1.281.372
Ambital	78.182	(260.660)	-	(182.478)
Citrus	(346)	-	(5.469)	-
Ecolife	76.641	(14.048)	-	62.593
Mais Itapevi	310.457		-	310.457
Ecos ambiental	807.078		-	807.078
CTR Santa Luzia	89.328			89.328
	(28.768.782)	23.239.824	(5.469)	(5.528.613)

Em 31 de dezembro de 2023, decorrente da aquisição do controlo da Vista Waste (Nota 6 e Nota 7) através da revalorização da participação financeira e reciclagem das reservas cambiais anteriores à aquisição do controlo, existiu um impacto negativo significativo em resultados. Em sinal contrário, decorrente da aquisição da Vista Energy, foi registado um *badwill* tendo sido reconhecido em resultados.

2022	Ganhos/(perdas) imputados de associadas	Outras variações no capital próprio	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 23)	Participações financeiras
Vista Waste	5.297.872	9.103.376	-	14.401.248
Ambital	214.841	783.101	-	997.942
Citrus	(3.574)	-	3.574	-
Ambibatilha	429	(429)	-	-
Ecolife	42.740	23.903	-	66.643
Mais Itapevi	367.457	(367.457)	-	-
Ecos ambiental	770.748	(486.996)	-	283.752
	6.690.512	9.055.497	3.574	15.749.584

A rubrica “Outras variações no capital próprio” corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial de associadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos por estas.

13. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Outros investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	2023	2022
Saldo inicial	287.530	283.447
Aumentos/ diminuições	(11.494)	63.143
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	(59.060)
Saldo final	276.036	287.530

14. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O subgrupo EGF possui um plano de pensões de “benefício definido”, para com os seus antigos colaboradores, financiado através de pagamentos a fundos administrados autonomamente, para fazer face ao pagamento de complementos de reforma (velhice ou invalidez) na parte que excede as garantidas pela segurança social.

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A obrigação do plano de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Desde 1 de janeiro de 2007 a EGF alterou o fundo de pensões de benefício definido para contribuição definida para com os atuais colaboradores. Este plano tem por base uma contribuição do Grupo calculada numa percentagem sobre o salário pensionável de cada trabalhador, desde que este último reúna as condições necessárias para ser elegível pelo Plano.

Neste plano de contribuição definida, o custo do plano de pensões é fixado à partida e permanece estável, não sendo necessário efetuar avaliações atuariais periódicas, nem fazer face a défices de financiamento.

Para o plano dos antigos colaboradores o estudo atuarial efetuado, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes pressupostos:

	2023	2022
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 79	EKV 79
Taxa anual de desconto	4,44%	3,80%
Taxa de Rendimento do fundo	1,60%	-6,90%

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com benefícios de reforma são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial	236.536	259.519
Custo dos juros	4.441	1.126
Perdas/ (Ganhos) atuariais resultantes de alterações de pressupostos	28.847	50.058
Benefícios previstos	(69.301)	(68.622)
Alteração da taxa de desconto	(10.026)	(5.545)
Saldo final	190.497	236.536

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a evolução dos ativos do fundo e o resumo do fundo, foi o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	210.812	216.340
Acerto Saldo Inicial	2.953	-
Retorno efetivo	2.386	925
Ganho/(perda) de rendimento	6.448	(14.578)
Contribuições da Empresa	14.564	76.067
Benefícios pagos	(58.756)	(67.942)
Saldo final	178.407	210.812
Valor atual das responsabilidades passadas	190.498	236.536
Valor dos ativos do fundo	178.407	210.812
(Défice)/Superavite do fundo	(12.091)	(25.724)

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável e derrama estadual de 3%, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 25,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do período que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável foi condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

De acordo com a Lei n.º 24-D/2022, que aprova o Orçamento de Estado para 2023, os prejuízos fiscais apurados passam a ser reportáveis por um período ilimitado (ao invés dos 5 anos e de 12 para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021). Alteração aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 e cujo período de dedução ainda se encontre em curso àquela data. A dedução de prejuízos fiscais passa a estar limitada a um montante correspondente a 65% do lucro tributável apurado no período de tributação em questão, mantendo-se o acréscimo de 10 pontos percentuais quando esteja em causa a dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tem prejuízos fiscais em território nacional reportáveis no montante de 109.851.208 Euros, sendo que, 10.364.723 Euros foram gerados no decurso do referido exercício. Em 31 de dezembro de 2023 encontram-se constituídos ativos por impostos diferidos no montante de 23.069.401 Euros referente a prejuízos fiscais.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 o Grupo possui prejuízos fiscais reportáveis de empresas sediadas fora do território português no montante de aproximadamente 3.802.716 Euros, sendo 2.652.223 Euros referentes ao Brasil e 1.150.493 Euros referentes a Angola.

Em 31 de dezembro de 2023, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos até ao montante de prejuízos fiscais que a Administração espera que sejam recuperáveis.

MOVIMENTOS NOS IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos			
	2023	2022	2023	2022	Passivos não correntes devidos para venda (Nota 36)	2022 total
Provisões para outros riscos e encargos	309.963	239.143	3.915.533	4.420.927	-	4.420.927
Atualização financeira das contas a receber	301.814	198.049	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	11.286	16.516	267.136	151.532	(151.532)	-
Perdas por imparidade de inventários	505.706	105.285	-	-	-	-
Perdas por imparidade de clientes	235.043	178.950	-	-	-	-
Subsídios ao investimento			12.471.313	11.983.317	(295.595)	11.687.722
Subsídios reconhecidos antecipadamente			1.193.740	1.324.016	-	1.324.016
Prejuízos fiscais reportáveis	26.872.118	24.129.998	-	-	-	-
Passivo regulatório	(96.455)	646.432	-	-	-	-
Ajustamento de transição - (POC/IFRS) (a)			14.885.656	16.170.771	-	16.170.771
Ajustamento de transição - subsídios	858.373	932.172	-	-	-	-
Ativos intangíveis	10.847.501	12.255.122	9.360.533	9.081.451	-	9.081.451
Desvio Tarifário	3.754.044	2.733.351	7.788.335	8.658.363	-	8.658.363
Diferimento de margens geradas internamente	25.874	25.874	-	-	-	-
Outros	868.035	162.906	565.994	457.296	-	457.296
Saldo regulatório	905.086	905.086	3.252.611	-	-	-
	45.398.386	42.528.884	53.700.853	52.247.674	(447.127)	51.800.547

(a) Estas diferenças temporárias resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, pelas Subsidiárias Concessionárias, por força da alteração do POC para os IFRS. Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante o período remanescente do contrato de concessão ou em 5 anos, consoante respeitem a investimento futuro ou realizado, respetivamente. As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro e do registo de subsídios.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

2023	Saldo inicial	Alteração de perímetro de consolidação (Nota 7)	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões para riscos e encargos	239.143	-	70.819	-	309.963
Atualização financeira das contas a receber	198.049	790.275	(686.510)	-	301.814
Ativos fixos tangíveis	16.515	-	(5.229)	-	11.286
Perdas por imparidade de inventários	105.285	386.311	14.109	-	505.706
Perdas por imparidade de clientes	178.949	805.747	(749.653)	-	235.043
Prejuízos fiscais reportáveis	24.129.998	-	2.742.119	-	26.872.118
Passivo regulatório	646.432	-	(742.887)	-	(96.455)
Ajustamentos transição - Subsídios	932.171	-	(73.799)	-	858.373
Ativos intangíveis	12.255.121	-	(1.407.620)	-	10.847.501
Diferimento de margens geradas internamente	25.874	-	-	-	25.874
Desvio tarifário	2.733.350	-	1.020.692	-	3.754.044
Outros	162.906	194.948	510.180	-	868.035
Saldo regulatório	905.086	-	-	-	905.086
	42.528.883	2.177.281	692.221	-	45.398.386
Passivos por impostos diferidos					
Ajustamento de transição - (POC/IFRS) (a)	16.170.771	-	(1.285.116)	-	14.885.656
Ativos fixos tangíveis	-	289.633	(22.497)	-	267.136
Subsídio ao investimento	11.687.722	-	-	783.591	12.471.313
Subsídios reconhecidos antecipadamente	1.324.016	-	(130.276)	-	1.193.740
Provisão	4.420.927	-	(505.394)	-	3.915.533
Desvio tarifário	8.658.363	-	(870.027)	-	7.788.335
Outros	457.296	1.405.209	(1.296.512)	-	565.994
Justo valor dos ativos intangíveis	9.081.451	-	279.082	-	9.360.533
Saldo regulatório	-	-	3.252.611	-	3.252.611
	51.800.547	1.694.842	(578.128)	783.591	53.700.852

2022	Saldo inicial	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Passivos não correntes detidos para venda (Nota 36)	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões para riscos e encargos	400.733	(161.590)	-	-	239.143
Atualização financeira das contas a receber	127.787	70.262	-	-	198.049
Ativos fixos tangíveis	21.772	(5.256)	-	-	16.516
Perdas por imparidade de inventários	105.285	-	-	-	105.285
Perdas por imparidade de clientes	371.150	(192.200)	-	-	178.950
Prejuízos fiscais reportáveis	19.631.825	4.498.173	-	-	24.129.998
Passivo regulatório	1.840.050	(1.193.618)	-	-	646.432
Ajustamentos transição - Subsídios	1.067.083	(134.911)	-	-	932.172
Ativos intangíveis	14.180.415	(1.925.293)	-	-	12.255.122
Diferimento de margens geradas internamente	25.874	-	-	-	25.874
Desvio tarifário	5.073.171	(2.339.820)	-	-	2.733.351
Outros	162.906	-	-	-	162.906
Saldo Regulatório	16.025	889.061	-	-	905.086
	43.024.076	(495.192)	-	-	42.528.884
Passivos por impostos diferidos					
Ajustamento de transição - (POC/IFRS) (a)	17.573.793	(1.403.022)	-	-	16.170.771
Ativos fixos tangíveis	151.532	-	-	(151.532)	
Subsídio ao investimento	11.586.741	(26.595)	423.171	(295.595)	11.687.722
Subsídios reconhecidos antecipadamente	2.063.953	(739.937)	-	-	1.324.016
Provisão	5.039.066	(618.138)	-	-	4.420.927
Desvio tarifário	4.863.945	3.794.418	-	-	8.658.363
Outros	384.702	72.594	-	-	457.296
Justo valor dos ativos intangíveis	9.746.377	(664.926)	-	-	9.081.451
	51.410.109	414.394	423.171	(447.127)	51.800.547

A dezembro de 2017, foi obtido a resposta do pedido de informação vinculativo submetido à Administração Tributária pela subsidiária EGF como representante das concessionárias, relativo à dedução fiscal do desreconhecimento dos ativos não afetos à BAR, o que originou a correção do prejuízo fiscal reportável referente ao período de 2016, passando parte substancial dos ativos desreconhecidos na sequência da alteração do modelo regulatório, a ser recuperados no futuro através da sua amortização fiscal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as diferenças temporárias denominadas “Ajustamentos de transição” resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, por força da alteração do POC para os IFRS (sendo que posteriormente o Grupo passou a adotar o SNC). Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante os períodos remanescentes dos contratos de concessão.

As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro (conforme modelo regulatório em vigor até 31 de dezembro de 2015) e do registo de subsídios ao investimento em capital próprio.

b) Reconciliação da taxa de imposto:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	(11.281.528)	22.215.265
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	(2.369.121)	4.665.206.
Diferenças permanentes (i)	8.596.635	(1.055.681)
Imposto sobre o rendimento do período	35.400	-
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido	258.626	264.187
Outros	(1.002.468)	376.921
Benefícios fiscais	-	-
Constituição / (utilização) de prejuízos fiscais reportáveis	-	42.611
Derrama estadual	182.922	5.915
Tributação autónoma (ii)	546.390	803.145
Derrama municipal	59.108	26.427
(Excesso)/insuficiência de estimativa imposto	1.879.274	(296.467)
	8.186.766	4.832.264
Imposto corrente (Nota 18)	6.528.226	4.332.090
(Excesso)/insuficiência de estimativa imposto	1.230.508	(409.412)
Pagamento especiais por conta não recuperáveis	-	-
Retenção na fonte não residente	35.400	-
Imposto diferido gerado no exercício	392.632	909.586
	8.186.766	4.832.264
Taxa efetiva de imposto	73%	22%

i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Despesas não documentadas e outros encargos	399.885	439.559
Créditos incobráveis	214.712	70.648
Provisões não dedutíveis	278.387	(599.228)
Mais-valias com/ sem intenção de reinvestir	84.348	(8)
Correções relativas a exercícios anteriores	208.207	399.083
Multas e outras penalidades	10.130	18.525
Imparidade/Amortização do Goodwill	227.585	1.075.481
Mais-valias/Menos-valias contabilísticas	(218.252)	(82.980)
(Ganhos) / perdas imputados de associadas (Nota 12)	28.768.782	(6.690.512)
Benefícios fiscais	(1.058.731)	(892.032)
Depreciações não aceites como gasto	25.584	1.471
Outros líquidos	11.995.720	1.232.942
	40.936.358	(5.027.052)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Diferenças permanentes	8.596.635	(1.055.681)

16. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários têm a seguinte composição:

2023	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Alteração de perímetro	Valor Líquido
Mercadorias	-	-	-	-
Produtos acabados	2.452.237	-	-	2.452.237
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.863.797	(412.883)	1.377.851	3.828.765
Materiais Diversos	-	-	-	-
	5.316.034	(412.883)	1.377.851	6.281.002

2022	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	Valor Líquido
Mercadorias	-	-	-	-
Produtos acabados	1.561.263	-	(57.355)	1.503.908
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.153.678	(412.883)	(436.233)	2.304.562
Materiais Diversos	7.723	-	(420)	7.303
	4.722.664	(412.883)	(494.008)	3.815.773

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

	2023		2022	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	3.161.401	3.161.401	2.874.175	2.874.175
Compras	32.717.371	32.717.371	29.072.118	29.072.118
Regularizações	(620.540)	(620.540)	(47.859)	(47.859)
Alteração de perímetro	1.377.851	1.377.851		
Saldo final	(4.241.648)	(4.241.648)	(3.161.401)	(3.161.401)
	32.394.435	32.394.435	28.737.033	28.737.033

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas com partes relacionadas ascendeu a 8.512.126 Euros e 8.388.152 Euros respetivamente (Nota 26). O custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas corresponde aos materiais e consumíveis utilizados na operação nomeadamente combustíveis, lubrificantes, equipamentos de proteção individual, produtos de limpeza entre outros para a SUMA e SUMA Brasil. Em relação ao Grupo Enviroil inclui as matérias-primas necessárias ao processo produtivo nomeadamente óleos, produtos químicos, reagentes entre outros. Na esfera da Suma Tratamento, o custo referente às mercadorias, deve-se essencialmente à recolha dos resíduos recicláveis subcontratados à Câmara Municipal de Lisboa, pelo montante de 75% do valor obtido pela subsidiária Valorsul através da venda daqueles às empresas, Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Saldo inicial	(1.503.908)	(1.374.837)
Alteração no perímetro de consolidação (Nota 7)	57.355	-
Regularizações de inventário	(27.179)	6.087
Saldo final	2.452.237	1.503.908
Variação dos inventários da produção	978.505	135.158

Perdas por imparidade

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento nas perdas por imparidade de inventários foi como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	412.883	412.883
Saldo final	412.883	412.883

17. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas “Clientes” e “Outros créditos a receber” têm a seguinte composição:

2023	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Cientes, não corrente					
Gerais	124.082	(14.032)	-	-	110.050
Outros créditos a receber, não corrente					
Desvio tarifário de 2023	41.768	-	-	-	41.768
Diferimento de tarifa (a)	9.037.624	-	-	-	9.037.624
Outros devedores	112	-	-	-	112
Saldo regulatório	14.870.803	-	-	-	14.870.803
Passivo regulatório	457.256	-	-	-	457.256
Outros devedores - Partes relacionadas (Nota 26)	44.471	-	-	-	44.471
	24.452.034	-	-	-	24.452.034
	24.576.116	(14.032)	-	-	24.562.084
Cientes, conta corrente					
Gerais	61.552.178	(10.962.779)	(221.292)	(558.691)	49.809.415
Partes relacionadas (Nota 26)	47.234.316	-	-	-	47.234.316
	108.786.494	(10.962.779)	(221.292)	(558.691)	97.043.731
Outros créditos a receber, conta corrente					
Outros devedores gerais	22.840.327	-	-	(1.447.924)	21.392.403
Outros devedores gerais - Partes relacionadas (Nota 26)	798.848	-	-	-	798.848
Subsídios a receber	2.138.968	-	-	-	2.138.968
Adiantamentos por conta de investimentos	1.731.400	-	-	-	1.731.400
Desvio tarifário de 2022	31.249.701	-	-	-	31.249.701
Saldo regulatório	6.829.019	-	-	-	6.829.019
Devedores por acréscimos de rendimentos - Outros	9.892.645	-	-	-	9.892.645
Devedores por acréscimos de rendimentos - Partes relacionadas (Nota 26)	26.429	-	-	-	26.429
	75.507.338	-	-	(1.447.924)	74.059.414
	208.869.948	(10.976.811)	(221.292)	(2.006.615)	195.665.229

2022	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Cientes, não corrente					
Gerais	165.442	(21.560)	-	-	143.882
Outros créditos a receber, não corrente					
Desvio tarifário de 2022	29.561.535	-	-	-	29.561.535
Diferimento de tarifa (a)	6.341.625	-	-	-	6.341.625
Outros devedores	53.212	-	-	-	53.212
Outros devedores - Partes relacionadas (Nota 26)	44.471	-	-	-	44.471
	36.000.843	-	-	-	36.000.843
	36.166.285	(21.560)	-	-	36.144.724
Cientes, conta corrente					
Gerais	60.133.047	(12.975.077)	(762.759)	(576.078)	45.819.133
Partes relacionadas (Nota 26)	40.392.099	-	(28.387)	-	40.363.712
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	(11.386.391)	1.895.013	-	-	(9.491.378)
	89.138.755	(11.080.064)	(791.146)	(576.078)	76.691.467
Outros créditos a receber, conta corrente					
Outros devedores gerais	4.751.715	-	-	(1.447.924)	3.303.791
Outros devedores gerais - Partes relacionadas (Nota 26)	7.547.864	-	-	-	7.547.864
Subsídios a receber	2.713.118	-	-	-	2.713.118
Adiantamentos por conta de investimentos	1.469.403	-	-	-	1.469.403
Desvio tarifário de 2017	37.724	-	-	-	37.724
Desvio tarifário de 2018	119.783	-	-	-	119.783
Desvio tarifário de 2019	716.334	-	-	-	716.334
Desvio tarifário de 2020	80.822	-	-	-	80.822
Desvio tarifário de 2021	10.025.974	-	-	-	10.025.974
Devedores por acréscimos de rendimentos - Outros	9.146.992	-	-	-	9.146.992
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	(535.642)	-	-	-	(535.642)
	36.074.087	-	-	(1.447.924)	34.626.163
	161.379.127	(11.101.625)	(791.146)	(2.024.002)	147.462.354

a) Este montante decorre da diferença do valor da tarifa deliberada pela ERSAR, face ao valor fatura do em 2016 pela subsidiária Valnor. Em junho de 2017, foi aceite pela ERSAR a proposta efetuada pela subsidiária Valnor com acordo dos municípios, recuperar o acréscimo tarifário do primeiro período regulatório até 2024, daí ter sido parte do saldo classificado como não corrente. Em abril de 2019 a ERSAR aceitou estender o acordo de tarifas até 2027, ou seja, aceitou que o saldo regulatório criado pelo acordo seja liquidado até à data mencionada.

A rubrica de “Subsídios a receber”, diz, essencialmente, respeito a candidaturas do PO-SEUR, relativo ao investimento realizado durante os exercícios de 2023 e 2022. Durante 2023 o Grupo reconheceu o montante de 14.252.400 Euros relativos a subsídios ao investimento (Nota 17), tendo à data de 31 de dezembro de 2023 efetuado pedidos de subsídios no montante de 2.138.968 Euros que à data se encontram por receber.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi recebido o montante de 8.390.543 Euros, relativo a subsídios ao investimento. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de 13.257.948 Euros. À data de 31 de dezembro de 2022 encontravam-se pedidos 2.713.118 Euros de subsídios.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as perdas por imparidade em dívidas a receber, apresentavam o seguinte movimento:

	2023	2022
Saldo inicial	11.101.625	13.454.699
Alteração no perímetro de consolidação	456.242	-
Aumentos	718.015	970.371
Reversões	(982.668)	(1.060.881)
Utilizações	(342.354)	(484.876)
Atualização cambial	25.952	117.325
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	(1.895.013)
Saldo final	10.976.811	11.101.625

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se constituída uma perda por imparidade no montante aproximado de 6.000.000 Euros referentes ao valor da comparticipação financeira devida pela Sociedade Ponto Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A. (“SPV”), pelo acréscimo de custos com a recolha e triagem de determinados resíduos entregues pelo Grupo para reciclagem, que aquela entidade não se reconhece como devedora. No entendimento do Grupo, existem responsabilidades legais e/ou construtivas assumidas por aquela entidade, quer com o Grupo, quer com os organismos públicos responsáveis pelo Ambiente, que vinculam a SPV no pagamento daqueles montantes, razão pela qual as concessionárias a 14 de junho de 2017 apresentaram um litígio consórcio consolidado, no intuito de cobrar aqueles montantes. No entanto, em face do não reconhecimento da dívida parte da SPV e pelo facto da cobrança daqueles valores não ser certa, o Grupo decidiu construir uma perda por imparidade para fazer face àqueles valores.

O reforço registado em imparidades, deveu-se essencialmente às embalagens secundárias que a Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Electrão, recusaram-se a pagar e que estão em discussão com estas entidades e com a ERSAR e a reversão foi referente ao IVA da imparidade da SPV.

Em 2022 ocorreram reforços de imparidades nomeadamente na Resiestrela e a reversão de imparidades relativas à SPV.

Em 2023 ocorreram reforços de imparidades nomeadamente na Resiestrela e Ersuc e a reversão de imparidades relativas a clientes.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de atualização financeira das contas a receber de clientes:

	2023	2022
Saldo inicial	791.146	507.906
Aumentos/Reduções (Nota 31)	(569.854)	283.240
Saldo final	221.292	791.146

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de rendimentos a reconhecer das contas a receber de clientes e de outras contas a receber:

	2023	2022
Saldo inicial	2.024.002	1.994.950
Aumentos /(diminuições)	354	38.103
Reconhecimento em resultados	(17.742)	(9.050)
Saldo final	2.006.615	2.024.002

Os rendimentos a reconhecer correspondem a juros de mora debitados a clientes pelos atrasos ocorridos na liquidação dos montantes anteriormente faturados por serviços prestados e por prestações de serviços efetuadas. O reconhecimento em resultados daqueles montantes ocorre no momento em que são pagos pelos clientes (Nota 3.18), adicionalmente, esta rubrica também inclui reconhecimento de prestações de serviços que se encontravam até então diferidas.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

2023	Saldos devedores	Saldos credores
IRC		
Pagamentos por conta	1.353.622	-
Pagamento especial por conta	-	-
Estimativa de imposto (Nota 15)	(6.528.226)	-
Retenções na fonte	5.078.134	-
Outros	1.636.655	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		1.941.679
Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”)	12.753.931	-
IVA - reembolsos solicitados	1.234.095	-
Contribuições para a Segurança Social	-	2.124.291
Taxa de Gestão de Resíduos (a)	-	51.518.382
Outros impostos	-	199.983
	15.528.210	55.784.334

2022	Saldos devedores	Ativos não correntes detidos para venda	Saldos devedores total	Saldos credores	Passivos não correntes detidos para venda	Saldos credores total
IRC						
Pagamentos por conta	3.942.653	-	3.942.653	(241.485)	241.485	-
Pagamento especial por conta	2.070	-	2.070	-	-	-
Estimativa de imposto (Nota 15)	(4.332.090)	2.018.165	(2.313.925)	-	-	-
Retenções na fonte	2.868.089	-	2.868.089	728	(728)	-
Outros	1.331.803	(2.018.165)	(686.362)	823.190	(699.915)	123.275
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	115	-	115	758.590	(34.110)	724.480
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.519.020	(396.593)	6.122.427	-	-	-
IVA - reembolsos solicitados	442.956	(370.112)	72.844	168.806	(28.872)	139.934
Contribuições para a Segurança Social	312	-	312	2.043.730	(68.151)	1.975.579
Taxa de Gestão de Resíduos (a)	-	-	-	46.188.878	(2.057.735)	44.131.143
Outros impostos	687.816	-	687.816	1.914.733	(59.114)	1.855.619
	11.462.744	(766.705)	10.696.039	51.657.170	(2.707.140)	48.950.030

a) Taxa de gestão de resíduos corresponde a valores faturados a clientes das empresas do subgrupo EGF, e que serão devolvidos à Agência Portuguesa do Ambiente (“APA”), e cujo valor em 2023 é de 25€/tonelada e em 2022 foi de 22€/tonelada, o que justifica em parte o aumento verificado neste passivo.

19. DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas do ativo e passivo de “Diferimentos”, têm a seguinte composição:

Natureza	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não Corrente				
Desvio tarifário de 2023	-	16.871.613	-	-
Outros	-	-	948.865	-
	-	16.871.613	948.865	-
Corrente				
Saldo regulatório	-	-	208.613	-
Desvio tarifário de 2017	-	-	-	64.394
Desvio tarifário de 2018	-	-	-	321.565
Desvio tarifário de 2019	-	-	-	160.046
Desvio tarifário de 2020	-	-	-	150.532
Desvio tarifário de 2021	-	-	-	12.503.904
Saldo regulatório	89	3.629.135	-	3.966.250
Seguros pagos antecipadamente	4.176.362	62.758	3.743.853	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	-	(162.123)	-
Outros	5.143.729	596.269	4.487.059	592.330
	9.320.180	4.288.162	8.277.402	17.759.021

20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital era composto por duzentas e cinquenta mil ações (Nota 37) com o valor nominal de cinquenta Euros cada, totalmente realizado. O capital subscrito é detido por:

Empresas	%	Montante
Mota-Engil Ambiente e Serviços, S.G.P.S., S.A. ("MEAS")	61,5%	7.687.500
Urbaser (entidade sediada em Espanha e inserida no Grupo ACS)	38,5%	4.812.500
		12.500.000

21. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A informação relevante das rubricas do capital próprio, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

Prémios de emissão de ações: O valor registado nesta rubrica, resulta do ágio obtido no aumento de capital ocorrido no período findo em 31 de dezembro de 2004. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica corresponde ao efeito dos ajustamentos de conversão cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial das associadas detidas em moeda estrangeira e aos efeitos nas associadas do registo de subsídios do Governo. Adicionalmente, inclui o efeito da conversão dos ativos e passivos detidos em moeda estrangeira dos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras da Sucursal em Omã.

O detalhe desta rubrica é conforme segue:

	2023	2022
Saldo inicial	27.367.889	16.419.255
Equivalência patrimonial (Nota 12)	23.239.824	9.055.497
Subsídios liquidados de impostos diferidos (a)	1.260.581	1.294.162
Reserva de Cisão	(41.002.954)	-
Reclassificação lucros não distribuídos	(11.161.387)	(70.392)
Outras variações	(2.751.857)	669.367
Saldo final	(3.047.904)	27.367.889

a) Subsídios do Governo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os subsídios ao investimento obtidos pelo Grupo foram registados em capital próprio e detalham-se como segue:

2023	Saldo inicial	Constituição	Reconhecimento	Reclassificação	Saldo final
Triu	(100)	-	-	100	-
Correia & Correia	40.271	-	-	(40.271)	-
Enviroil II	977.890	-	-	(977.890)	-
EGF	55.665.908	10.066.156	(6.558.603)	-	59.173.461
	56.683.970	10.066.156	(6.558.603)	(1.018.061)	59.173.461

2022	Saldo inicial	Constituição	Reconhecimento	Reclassificação	Saldo final
Triu	345	-	(445)	-	(100)
Correia & Correia	49.296	-	(11.644)	2.620	40.271
Enviroil II	1.060.122	-	(106.106)	23.874	977.890
EGF	53.585.960	8.514.657	(6.434.709)	-	55.665.908
	54.695.723	8.514.657	(6.552.904)	26.494	56.683.970

	2023	2022
Subsídios	3.507.553	1.961.753
Passivos por Impostos Diferidos	(783.591)	(423.171)
	2.723.962	1.538.582
Detentores do capital da empresa		
Subsídios	1.596.600	1.444.335
Passivos por Impostos Diferidos	(336.019)	(150.173)
Interesses que não controlam	1.463.381	244.420
	2.723.962	1.538.582

Prestações acessórias: Em 20 de dezembro de 2023 foi deliberado pelos acionistas a realização de prestações acessórias no montante de 24.414.400,00 Euros, tendo sido o referido montante realizado na íntegra pelo acionista MEAS, os quais seguiram o regime das prestações suplementares de capital.

Aplicação de resultados de 2022: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 19 de junho de 2023, foi decidida a aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de 9.565.131,14 Euros para reservas livres.

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do período inclui a distribuição de 247.500 Euros aos colaboradores da Empresa.

Aplicação de resultados de 2021: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 29 de agosto de 2022, foi decidida a aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de 12.897.243,10 Euros para reservas livres.

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do período inclui a distribuição de 200.000 Euros aos colaboradores da Empresa.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DE 2023

Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do período, o Conselho de Administração propôs que o resultado líquido negativo apurado no período de 2023, no montante de 29.758.859 EUR, seja aplicado em resultados transitados. O resultado líquido apurado no período de 2023 da SUMA individual difere do resultado líquido consolidado devido à apropriação dos resultados do perímetro de cisão, conforme descrito na nota 1.2.

22. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os interesses que não controlam têm a seguinte composição:

	Balançaço		Demonstração dos resultados	
	2023	2022	2023	2022
Agir	(30.546)	(23.828)	(6.718)	(8.039)
Enviroil	-	5.742.859	1.175.282	912.910
Subsidiárias da Novaflex	3.661	4.687	1.171	1.656
Resilei	-	2.363.883	88.712	957.302
Rima	-	135.894	501	12.137
Siga	16.531	38.389	(21.858)	(10.587)
Suma Macau	(10.729)	(10.699)	(428)	621
Ecovision	(815.081)	(707.507)	(133.358)	448.809
Brasil	-	(1.980.774)	-	-
SBE	(1.338)	(864)	(514)	-
Vista Waste	-	-	(91.505)	-
Suma Tratamento	(1.054.535)	(507.705)	(822.065)	78.702
Subsidiárias da Suma Tratamento	87.285.398	83.791.162	4.065.519	5.424.360
	85.393.360	88.845.498	4.254.738	7.817.870

23. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi como segue:

2023	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Outros	Saldo final
Processos judiciais em curso	957.019	19.000	(71.318)	(7.522)	-	897.179
Provisões para matérias ambientais	992.725	88.365	-	(92.565)	-	988.525
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 12)	5.469	-	-	-	(5.469)	-
Outros riscos e encargos	1.438.898	751.015	(251.153)	(201.894)	-	1.736.867
	3.394.111	858.380	(322.471)	(301.981)	(5.469)	3.622.571

2022	Saldo inicial	Alteração perímetro consolidação	Aumentos	Reversões	Utilizações	Outros	Passivos não correntes devidos para venda (Nota 36)	Saldo final
Processos judiciais em curso	751.234	-	309.608	(5.001)	-	(98.822)	-	957.019
Provisões para matérias ambientais	8.043.501	-	518.276	-	-	-	(7.569.052)	992.725
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 12)	1.895	-	-	-	-	3.574	-	5.469
Outros riscos e encargos	2.018.803	(1.628)	83.495	(488.803)	(167.089)	-	(5.880)	1.438.898
	10.815.432	(1.628)	911.379	(493.804)	(167.089)	(95.248)	(7.574.932)	3.394.111

As provisões registadas na rubrica “Processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, constituídas com base na opinião dos advogados e na experiência histórica desses tipos de litígios.

Os montantes registados na rubrica “Matérias ambientais” correspondem a provisões para fazer face à selagem e monitorização de aterros, sendo registados em função da quantidade de resíduos depositados no aterro.

Os montantes registados na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” correspondem essencialmente a provisões registadas para fazer face a rescisões de contratos de trabalho, decorrente da obrigação legal em indemnizar, no final dos contratos de prestações de serviços celebrados com os diversos Municípios, os colaboradores que se encontram a exercer funções no âmbito desses contratos, por força da extinção do seu posto de trabalho. As reversões registadas prendem-se com a renovação e extensão de contratos de prestação de serviços.

Em 2008, na sequência de um concurso internacional para a “recolha de resíduos sólidos municipais nas zonas de alta densidade da cidade de Maputo”, a subsidiária EGF constituiu um agrupamento complementar de empresas (“ACE”) com a empresa local Neoquímica Moçambique Limitada, denominado EGF/Neoquímica, o qual é detido em 75% pela subsidiária EGF e 25% pela empresa local. Para o desenvolvimento deste contrato, o ACE prestou serviços de recolha indiferenciada na cidade de Maputo, por um prazo de cerca de 36 meses. Embora este contrato tenha terminado em outubro de 2011, ainda não foi possível concluir o processo de extinção desta sociedade, em resultado da liquidação de todos os seus ativos e passivos. Tendo em consideração o desenrolar do negócio e as perspetivas de potencial prejuízo, todos os saldos relacionados com este contrato encontram-se provisionados na rubrica de outros riscos e encargos, no montante de 357.329 Euros.

Adicionalmente, no decurso do período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram reversões no montante de 5.001 Euros a processos judiciais em curso. Foi ainda utilizado o montante de 98.822 Euros referente a processos judiciais em curso. As provisões de outros riscos e encargos foram reforçadas em 309.608 Euros.

Em 2023, foi efetuado o reforço em 19.000 Euros e revertidos 71.318 Euros referente a processos judiciais em curso. Foi ainda utilizado o montante de 7.522 Euros referente a processos judiciais em curso.

24. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	2023		2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos	193.681.662	115.478.362	220.264.638	80.187.913
Locações financeiras	40.444.122	17.227.152	37.936.492	14.419.396
Passivos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	-	(1.734.116)	(912.265)
	234.125.784	132.705.514	256.467.014	93.695.044

24.1. Empréstimos

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	2023		2022	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimo obrigacionista	6.500.000	3.250.000	9.750.000	3.250.001
Empréstimos bancários	187.181.662	84.500.989	210.514.638	38.386.462
Empréstimo papel comercial	-	16.000.000	-	18.500.000
Outros empréstimos obtidos	-	6.727.373	-	20.051.450
Empréstimos de partes relacionadas (Nota 26)	-	5.000.000	-	-
	193.681.662	115.478.362	220.264.638	80.187.913

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, a SUMA contraiu um financiamento junto de um Sindicato liderado pelo BPI, contratado no âmbito da aquisição da EGF, no total de 70.000.000,00 Euros, tendo sido desembolsado até 31 dezembro 2017 o valor de 68.750.885,81 Euros como crédito inicial e parte do crédito Subsequente.

Este empréstimo teve como objetivo apoiar a Suma Tratamento (empresa subsidiária) na aquisição da EGF e tem amortização semestral desde maio de 2016.

No âmbito dos financiamentos acima descritos a Empresa aceitou cumprir com determinados covenants financeiros, nomeadamente rácios de dívida financeira líquida, de cobertura do serviço de dívida financeira e de autonomia financeira.

Em relação às empresas participadas, não existe qualquer incumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de financiamento com exceção dos seguintes covenants financeiros:

- Rácio Cobertura do Serviço de Dívida e Rácio Dívida Líquida/EBITDA em incumprimento pela Suma Tratamento no contrato de financiamento celebrado com um sindicato bancário liderado pelo BPI.

Em novembro 2023 foi solicitado um pedido de adiamento da maturidade, tendo sido em maio de 2024 formalizado o adiamento pelo período de um ano. Este evento foi avaliado como um evento subsequente não ajustável, estando registada a dívida como corrente apesar do con-sentimento acima descrito.

- Rácio Dívida Líquida/EBITDA nos contratos celebrados entre o BEI e as várias participadas da EGF, estando em incumprimento a participada Valnor, por esse motivo a dívida encontra-se apresentada como passivo corrente;

- Limite de Net Capex nos contratos celebrados entre a CGD e as várias participadas da EGF;
- Rácio Autonomia Financeira previsto no contrato celebrado entre a Algar e a CGD.

Sobre o incumprimento destes covenants foi aprovado pela CGD o direito da sua não observância (dispensa do cumprimento em 2023).

- Dívida Líquida/Base Ativos Regulados nos contratos de financiamento celebrados entre a Amarsul, Ersuc e o Millennium BCP.

Sobre o incumprimento deste covenant foi aprovado pelo Millennium BCP o direito da sua não observância (dispensa do cumprimento em 2023).

De acordo com os contratos de financiamento celebrados, os empréstimos bancários, têm o seguinte plano de reembolso:

	2023	2022
2023	-	37.061.771
2024	84.500.989	69.250.040
2025 e seguintes	187.181.662	142.589.288
	271.682.651	248.901.100

24.2. Locações

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

2023	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Direito de Utilização de Infraestruturas	62.906.082	16.316.797	46.589.285
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	556.085	306.363	249.722
Equipamento de transporte	29.843.521	13.765.954	16.077.567
Outros ativos tangíveis	60.750	11.290	49.460
	93.366.438	30.400.404	62.966.034

2022	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Passivos não correntes detidos para venda	Ativo líquido
Direito de Utilização de Infraestruturas	44.572.073	11.129.143	-	33.442.930
Edifícios e outras construções	1.678.754	972.132	(706.622)	1.944.264
Equipamento básico	2.040.941	912.248	(829.784)	2.123.405
Equipamento de transporte	28.942.255	11.698.241	(1.283.803)	39.356.693
Outros ativos tangíveis	297.591	180.531	-	478.122
	77.531.614	24.892.295	(2.820.208)	77.345.415

O Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados com a aquisição, essencialmente, de viaturas de transporte, diversos equipamentos de lavagem e gruas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades do Grupo por rendas vincendas de locação financeira, incluindo capital e juros, ascendem a 59.761.244 Euros e 52.304.300 Euros, respetivamente, e vencem-se nos próximos períodos, como segue:

2023	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	17.227.152	1.083.389	18.310.541
Entre 1 e 5 anos	40.444.122	1.006.581	41.450.703
	57.671.274	2.089.970	59.761.244

2022	Capital	Juros	Passivos correntes detidos para venda	Total
Até 1 ano	14.419.396	887.601	(760.641)	14.546.356
Entre 1 e 5 anos	37.936.492	1.209.980	(1.388.528)	37.757.944
	52.355.888	2.097.581	(2.149.169)	52.304.300

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com aquisição, essencialmente, de viaturas ligeiras.

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2023	2022
Até 1 ano	340.619	330.685
Entre 1 e 5 anos	285.656	536.542

25. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fornecedores”, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores, não conta corrente		
Gerais	73.816	76.976
	73.816	76.976
Fornecedores, conta corrente		
Gerais	41.684.458	38.158.321
Partes relacionadas (Nota 26)	10.170.879	5.619.533
Faturas em receção e conferência	640.387	762.297
Passivos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	(4.387.145)
	52.495.724	40.153.006

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outras dívidas a pagar”, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Outras dívidas a pagar, não corrente		
Fornecedores de investimento	-	184.478
Outros credores	801.434	591.112
Acionistas (Nota 26)	8.240.000	8.240.000
	9.041.434	9.015.590
Outras dívidas a pagar, corrente		
Fornecedores de investimento	28.113.217	19.264.493
Adiantamentos de clientes	-	30.462
Acionistas (Nota 26)	-	564.041
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	16.622.306	15.763.645
Fornecimentos e serviços externos	754.399	1.064.825
Juros a liquidar de financiamentos	1.033.140	1.234.504
Gratificações de balanço / prémios ao pessoal (Nota 21)	335.406	247.500
Partes relacionadas (Nota 26)	335.851	5.685
Outros	5.160.236	4.812.766
Passivo Regulatório (a)	-	2.738.596
Outros credores gerais	17.194.706	12.175.364
Partes relacionadas (Nota 26)	25.093.700	5.036.996
Passivos não correntes detidos para venda (Nota 36)	-	(2.368.935)
	94.642.961	60.569.942

O saldo a pagar registado na rubrica “Acionistas” corresponde aos dividendos distribuídos pela Empresa aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(a) O montante utilizado do Passivo Regulatório decorreu do facto de em determinadas concessionárias ter-se verificado uma variação anual das tarifas superior a 2 % dos proveitos anualmente permitidos (Nota 3.19).

O saldo a pagar registado na rubrica Outros credores com partes relacionadas corresponde a encontros de contas efetuados no processo de aquisição da Vista Waste e no processo de cisão.

26. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas mais relevantes para o Grupo pertencem ao Grupo SUMA e Grupo EGF, nomeadamente, a SUMA e a EGF, sendo também consideradas partes relacionadas todos os seus acionistas, administradores / gerentes e pessoal-chave da gestão e empresas por si controladas ou com influência significativa, bem com as empresas pertencentes aos Grupos Mota-Engil e Urbaser.

ACIONISTAS

Conforme mencionado na Nota 20, a Empresa é detida em 61,5% pelo Grupo Mota-Engil, e em 38,5% pela Urbaser (entidade sediada em Espanha e inserida no Grupo ACS).

PESSOAL-CHAVE DA GESTÃO

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gestão” o Conselho de Administração. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Conselho de Administração auferiu a remuneração de 3.168.868 Euros e 3.141.450 Euros, respetivamente (Nota 29).

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2023	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Partes relacionadas										
Águas de S. João e M, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	5.785	-	-
Agrimota	-	-	-	54	116	14.364	-	2.126	-	-
Ambilital	-	-	-	-	-	-	-	17.000	-	-
Ambibatalha	-	-	-	-	-	-	-	44.450	-	-
Ambialhão EM	-	-	-	114.653	-	-	-	2.100.565	-	-
Aqualevel	-	-	-	-	-	-	-	23.219	-	-
Ascendi O&M, S.A.	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
APIN - E.I.A. PINHAL INTER. EIM, S.A.	-	-	-	4.130	-	109	-	1.578.928	-	-
Auto Sueco Angola, S.A.	-	-	-	547	-	-	-	-	-	-
Câmara Municipal da Lousada	-	-	-	9.734	-	-	-	-	-	-

2023 Partes relacionadas	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Carlos Augusto P.Santos & Fil.,Lda	-	-	-	11.430	-	-	-	4.923	-	-
Cerâmica Do Boialvo	-	-	-	-	-	-	-	600	-	-
Ecolezíria	-	-	-	671	-	-	-	357.890	-	-
Ecolife	-	-	-	-	-	-	-	1.074	3.223	-
Equimetra,SA	-	-	-	2.743	-	-	-	2.266	-	-
Ecopaint, SA	-	-	-	-	-	-	-	1.765	-	-
Eco Eburnie	-	-	-	-	-	-	-	21.243	30.578	-
Efacec - Engenharia de Sistemas	-	-	-	-	-	-	-	4.545	-	-
EMAR - Água e Resíduos de Vila Real, E.M.	-	-	-	-	-	-	-	2.772.412	-	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	-	-	-	72.213	-	255	-	-	-	-
Emerge - ME Real Estate Developers, S.A.	-	-	-	8.597	-	25	-	2.361	-	-
Eurosol - Invest. Turísticos, Lda	-	-	-	53	-	-	-	-	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	-	-	-	44.000	-	-	-	2.530.869	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	-	-	-	-	-	-	-	300	-	-
Freguesia de Almancil	-	-	-	-	-	-	-	12.619	-	-
Freguesia de Boliqueime	-	-	-	-	-	-	-	3.117	-	-
Fundação Manuel Ant. da Mota	-	-	-	-	-	21.165	-	-	-	-
Iberfibran	-	-	-	-	-	-	-	4.856	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	-	-	-	-	-	-	-	187.530	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	-	-	-	1.662	-	21	-	594.538	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	-	-	-	499.444	-	-	-	231.322	-	-
Indaqua	-	-	-	5.293	-	-	-	35.695	-	-
Largo do Paço, Lda	-	-	-	151	-	-	-	-	-	-
Liz On-Line, S.A.	-	-	-	1.372	-	-	-	-	-	-
Lena Eng. E construção, S.A.	-	9.571	-	-	-	-	-	11.107	-	-
Lena Agregados, SA	-	-	-	2.488	-	-	-	-	-	-
Mais Itapevi	-	-	-	-	-	-	-	21.691	-	-
Manvia	-	-	-	210	-	-	-	-	-	-
Martifer	-	-	-	-	-	-	-	5.269	-	-
Metro Santos Sodré ACE	-	-	-	-	-	-	-	744	-	-
Mota-Engil Ativ	2.903.260	6.680	-	3.323.280	1.500	1.618	-	83.739	-	-

2023 Partes relacionadas	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Mota-Engil Angola	-	-	11.710	4.138.959	579	1.257	8.959.234	105.027	154.336	-
Mota-Engil - África	-	-	-	1.328	-	-	3.887.890	-	-	360
Mota-Engil, SGPS	-	-	-	10.185	-	-	1.031	-	51	49.426
Mota-Engil, Ambiente e Serviços	-	-	-	2.181.072	-	-	-	-	13.014	-
Mota-Engil Global Serviços Partilhados	20.647	-	-	1.075.186	275	476	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	18.807	-	-	3.565.298	135	3.865	-	340.985	3.525	-
Mota-Engil, Central Europe	-	-	-	8.400	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Next S.A	-	-	-	25.981	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Ąrodowisko Spółka z o.o.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.771
Mota-Engil Real Estate Alverca	-	-	-	-	-	-	-	11.421	-	-
Mota-Engil Real State Freixo	-	-	-	-	-	-	-	18.701	-	-
Mota-Engil Renewing, SA	-	-	-	6.012	34	-	-	-	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	-	-	-	112	-	-	-	161.700	-	-
Municípios do Algarve	-	-	-	61.321	-	461	-	15.805.247	-	-
Municípios da Margem Sul do Tejo	-	-	-	232.319	-	27	-	24.102.615	-	-
Municípios do Litoral Centro	-	-	-	957.341	-	115	39.079	15.681.416	8.947	-
Municípios da Cova da Beira	-	-	-	124.033	-	-	-	3.771.050	3.854	-
Municípios do Norte Central	-	-	-	-	-	-	-	6.677.208	4.571	-
Municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado	-	-	-	-	-	-	-	5.494.379	-	-
Municípios do Sul do Douro	-	-	-	-	-	-	-	9.102.258	-	-
Municípios do Norte Alentejano	-	-	-	9.795	-	-	-	3.325.162	15.191	275.101
Municípios da Alta Estremadura	-	-	-	-	-	-	-	6.524.003	-	-
Municípios do Vale do Minho	-	-	-	-	-	-	-	2.425.097	-	-
Municípios das Regiões de Lisboa e Oeste	-	-	7.422.409	1.226.789	-	2.973	-	19.550.109	3.551	7.657
Novicer-Cerâmicas Angola, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	2.533	-	-
Pneuang, Lda	-	-	-	-	-	-	-	1.264	-	-
Prefal-Préfabricados Luanda,Lda	-	-	-	-	-	-	-	2.172	-	-
Nov Pro Construções, SA	-	-	-	-	-	-	-	11.586	-	-
Operadora Douro Interior, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	685	-	-
Prio Biocombustíveis, Sa	-	-	-	-	-	-	-	226	-	-
S.S. Bioenergias, s.A.	-	-	-	-	-	-	-	88.872	-	-

2023	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
SMAS Almada	-	-	-	622	-	-	-	58.572	-	-
Freguesia Vila do Bispo e Raposeira	-	-	-	-	-	-	-	707	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	-	-	-	19.431	-	-	-	1.467.074	-	-
Serv.Int.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	-	-	1.078.007	323.343	-	15.566	-	6.025.550	451	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Concelho Nazaré	-	-	-	2.619	-	-	-	414.546	-	-
Swipe News	-	-	-	15.000	-	-	-	-	-	-
SonanGalp	-	-	-	6.084	-	-	-	-	-	-
Sonangal Distribuidora, SA	-	-	-	25	-	-	-	18.568	-	-
Sonangal Holdings, SA	-	-	-	-	-	-	-	45.360	-	-
Sunviauto	-	-	-	-	-	-	-	46.464	-	-
Taviraverde EM	-	-	-	119.241	-	54	-	1.324.039	-	-
Transitex	-	-	-	-	-	-	-	83	-	-
Treciver	-	-	-	-	-	-	-	727	-	-
Urbaser	-	-	-	632.235	-	-	-	-	-	30.246
Urbaser (Sucursal)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.500	-
Serviços Municipalizados de Abrantes	-	-	-	1.590	-	-	-	690.010	-	56.659
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	-	-	-	6.157	-	-	-	1.133.351	-	93.068
Tejo Ambiente EIM, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	179.365	232	14.727
Viamarca, SA	-	-	-	28	-	-	-	1.403	-	-
Vista Waste	-	-	-	960	-	-	-	-	-	-
Vbt-Proj.Obrasarq, Lda	-	-	-	1.380	-	-	-	3.555	-	-
Freguesia de Quarteira	-	-	-	-	-	-	-	101.492	-	-
Serviços Municipalizados de Setúbal	-	-	-	62.687	-	-	-	-	-	-
Serv. Mun. Agua e Saneamento CM Caldas Rainha	-	-	-	-	-	-	-	941.828	-	-
	2.942.714	16.251	8.512.126	18.918.265	2.639	62.351	12.887.234	136.320.958	248.024	582.015

2022	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornec. e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Águas de S. João e M, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	5.397	-	-
Agrimota	-	-	-	-	19.232	7.347	-	385	-	-
Ambiolhão EM	-	-	-	39.765	-	-	-	1.874.913	-	-

2022	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendidas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornec. e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Partes relacionadas										
Aqualevel	-	-	-	-	-	-	-	19.264	-	-
Ascendi O&M, S.A.	-	-	-	333	-	-	-	-	-	-
APIN - E.I.A. PINHAL INTER. EIM, S.A.	-	-	-	2.165	-	68	-	1.152.400	-	-
Biosmart, S.A	-	-	-	60.000	-	-	-	-	-	-
Câmara Municipal da Lousada	-	-	-	71.107	-	-	-	-	-	-
Carlos Augusto P.Santos & Fil.,Lda	1.442.313	-	-	-	-	-	-	5.145	-	-
Cerâmica Do Boialvo	-	-	-	-	-	-	-	5.095	-	-
Ecoleziria	-	-	-	11	-	-	-	362.609	-	-
Ecolife	-	-	-	-	-	-	-	145.265	-	-
Eco Eburnie	-	-	-	-	-	-	-	38.937	-	-
EcoSS Ambiental	-	-	-	-	54.269	-	-	-	2.324	-
Efacec - Engenharia de Sistemas	-	-	-	-	-	-	-	15.185	-	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	-	-	-	61.976	-	331	-	2.508.119	-	-
Emerge - ME Real Estate Developers, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	9.646	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	-	-	-	-	-	-	-	2.328.312	-	-
Fundação Manuel Ant. da Mota	-	-	-	-	-	5.346	-	-	-	-
Iberfibran	-	-	-	-	-	-	-	5.646	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	-	-	-	-	-	-	-	216.804	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	-	-	-	13.246	-	31	-	635.773	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	-	-	-	304.303	-	-	-	218.656	-	-
Largo do Paço, Lda	-	-	-	346	-	-	-	-	-	-
Lusoponte - Concessão Travessia Tejo, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	91.552	-	-
Mais Itapevi	-	-	-	292.422	-	7.633	-	242.421	-	-
Manvia	-	-	-	216	4.860	-	-	-	-	-
Martifer	-	-	-	-	-	-	-	416	-	-
Metro Santos Sodré ACE	-	-	-	-	-	-	-	509	-	-
Mota-Engil Ativ	288.125	6.078	-	3.496.199	-	-	-	67.584	-	70
Mota-Engil - global	-	-	-	1.325	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - África	-	-	-	1.602	25	-	-	-	-	-
Mota-Engil, SGPS	-	-	-	159.762	48	1.063	-	-	-	49.982
Mota-Engil, Ambiente e Serviços	-	-	-	2.080.600	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Serviços Partilhados, S.A.	199	-	-	744.753	-	-	-	-	-	-

2022	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornec. e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Partes relacionadas										
Mota-Engil Global Serviços Partilhados	-	-	-	340.705	(245)	374	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	-	-	-	3.513.767	-	179	-	253.480	8.204	-
Mota-Engil Polska	-	-	-	8.400	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Next S.A	-	-	-	123.449	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Real Estate SGPS,SA	-	-	-	164.415	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Real State developers	-	-	-	64.941	-	3.358	-	-	-	-
Mota-Engil Real Estate Alverca	-	-	-	-	-	-	-	1.356	-	-
Mota-Engil Real State Freixeiro	-	-	-	-	-	-	-	2.970	-	-
Mota-Engil Renewing, SA	-	-	-	7.870	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	-	-	-	2.859	-	696	-	146.691	-	-
Mts-Metro Transportes Sul,Sa	-	-	-	-	-	-	-	1.353	-	-
Municípios do Algarve	-	-	-	34.893	-	922	-	14.193.472	-	-
Municípios da Margem Sul do Tejo	-	-	-	33.440	-	406	-	17.359.301	434	-
Municípios do Litoral Centro	-	-	-	884.062	-	245	8.022	11.503.072	13.082	-
Municípios da Cova da Beira	-	-	-	124.263	-	2	-	2.562.888	3.058	-
Municípios do Norte Central	-	-	-	-	-	-	-	5.471.257	-	-
Municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado	-	-	-	-	-	-	-	3.365.821	-	-
Municípios do Sul do Douro	-	-	-	-	-	-	-	4.654.759	-	-
Municípios do Norte Alentejano	-	-	-	5.207	-	-	-	3.418.551	8.778	-
Municípios da Alta Estremadura	-	-	-	-	-	-	-	3.810.513	-	-
Municípios do Vale do Minho	-	-	-	-	-	-	-	1.443.698	-	-
Municípios das Regiões de Lisboa e Oeste	-	-	7.302.250	1.183.919	-	1.724	-	16.823.570	96.791	1.219
SMAS Almada	-	-	-	610	-	-	-	53.603	-	-
Freguesia Vila do Bispo e Raposeira	-	-	-	-	-	-	-	383	-	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Torres Vedras	-	-	-	6.796	-	-	-	1.255.005	-	-
Serv.Int.Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	-	-	1.085.902	327.957	-	20.953	-	5.200.105	16.292	-
Serviços Municip.Câmara Municipal Concelho Nazaré	-	-	-	2.406	-	-	-	345.278	329	329
Swipe News	-	-	-	15.000	-	-	-	-	-	-
Sunviauto	-	-	-	-	-	-	-	24.400	-	-
Taviraverde EM	-	-	-	90.194	-	56	-	1.219.080	-	-
Urbaser	-	-	-	814.216	-	-	-	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	-	-	-	300.000	-	-	-	-	-	-

2022	Aquisição Direito de Utilização de Infraestruturas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Custo das merc. Vendas e matérias consumidas (Nota 16)	Fornec. e serviços externos (Nota 28)	Gastos com pessoal	Outros gastos (Nota 31)	Juros e gastos similares suportados	Vendas e serviços prestados (Nota 27)	Outros rendimentos (Nota 30)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 33)
Partes relacionadas										
Vibeiras	-	-	-	-	-	-	-	39.532	-	-
Serviços Municipalizados de Abrantes	-	-	-	1.326	-	-	-	702.636	-	-
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	-	-	-	4.714	-	-	-	1.141.331	-	-
Tejo Ambiente EIM, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	183.666	281	-
Vista Waste	-	-	-	2.721	-	2.391.962	-	16.231	-	-
Freguesia de Quarteira	-	-	-	-	-	-	-	94.358	-	-
Freguesia de Santa Bárbara de Nexe	-	-	-	-	-	-	-	158	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	-	-	-	-	-	-	-	5.636	-	-
Serv. Mun. Agua e Saneamento CM Caldas Rainha	-	-	-	-	-	-	-	778.340	-	-
	1.730.637	6.078	8.388.152	15.388.261	78.189	2.442.696	8.022	106.022.527	149.573	51.600

Os vários municípios acima identificados são considerados partes relacionadas em virtude de participarem no capital de várias empresas concessionárias.

Os termos ou condições praticados entre o Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2023	Clientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Empréstimos obtidos (Nota 24.1)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)
Partes relacionadas									
Aqualevel	11.230	-	-	-	-	-	-	-	-
Águas de São João e M, S.A.	692	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrimota	2.126	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambilital	68.027	-	-	-	-	-	-	-	-
ASCENDI O&M SA	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Carlos Augusto P.Santos & Filhos	418	-	-	-	-	-	-	-	-
CAPSFIL - Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos, S.A.	-	-	-	-	2.000.267	-	-	-	73.816
Citrave	22.304	-	6.915	-	-	-	-	-	-
Clean Eburnie, SARL	5.672	-	-	-	-	-	-	-	-
Correia & Correia	80.642	-	8.546	-	24.886	-	-	-	-
Eco Eburnie,S.A.	40.505	-	4.514	-	-	-	-	-	-

2023	Clientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Empréstimos obtidos (Nota 24.1)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)
Partes relacionadas									
Ecolife	53.233	44.471	3.223	-	-	-	-	-	-
ECOSS Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	161.174
Empresa Construtora Brasil, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	536.559
Enviroil II	13.941	-	7.464	-	-	-	-	-	-
Gestion e Innovacion in servicios	7.641	-	-	-	-	-	-	-	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	557.750	-	-	-	126	-	-	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	26.395	-	-	-	-	-	-	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	91.390	-	-	-	94	-	-	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	34.762	-	-	-	107.407	-	-	-	-
Ambiolhão EM	728.108	-	-	-	26.594	-	-	-	-
APIN - E.I.A. PINHAL INTER.EIM, S.A.	949.663	-	-	-	137	-	-	-	1.511
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	269.721	-	-	-	11.905	-	-	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	174	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesia de Quarteira	23.718	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesia de Boliqeime	541	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesia de Almarcil	2.833	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusoponte-Conces.Travessia Tejo SA	8.487	-	-	-	46	-	-	-	-
Indaqua Feira	2.261	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua Matosinhos	4.377	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua St. Tirso	654	-	111	-	-	-	-	-	-
Indaqua V. Conde	1.560	-	-	-	-	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	813	-	-	-	-
Mais Itapevi	-	-	11.838	-	-	-	-	-	-
Martifer - Const. Metálicas Angola	4.988	-	-	-	-	-	-	-	-
Metro Santos Sodré ACE	458	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Next S.A.	-	-	-	-	353	-	-	-	-
Mota-Engil Ativ	77.600	-	491	-	1.850.305	-	-	-	25.618
Mota-Engil África	-	-	-	-	9.694	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	-	-	-	1.421.770	5.067.600	5.000.000	-	3.587.912
Mota-Engil - SGPS	10.115.977	-	326.289	-	240.345	-	-	-	12.952.541
Mota-Engil Sucursal Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	712
Mota-Engil, Central Europe	-	-	-	-	29.400	-	-	-	-
Mota-Engil Dominicana	6.889	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Angola	794.240	-	100	-	1.246.853	-	-	-	3.148.152

2023 Partes relacionadas	Clientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Empréstimos obtidos (Nota 24.1)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)
Mota-Engil, Engenharia e Construção	435.534	-	8.735	-	784.089	-	-	2.786	245.223
Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.	469	-	285.782	-	513	-	-	-	3.322
Mota-Engil Real Estate Freixeiro	8.672	-	-	16.441	13.447	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Panamá	11.952	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-Engil Latam Colombia SAS	27.376	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Renewing, S.A.	-	-	-	-	5.637	-	-	565	-
EMERGE - Mota-Engil Real State developers	2.160	-	605	-	(8.335)	-	-	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	63.490	-	-	-	857	-	-	-	-
Mota-Engil Global Serviços Partilhados	26	-	-	-	165.302	-	-	-	-
Municípios do Algarve	3.357.133	-	-	-	3.261	-	-	-	-
Municípios da Margem Sul do Tejo	4.420.074	-	-	-	72.043	-	-	-	-
Municípios do Litoral Centro	4.933.019	-	-	-	111.599	-	-	-	35.971
Municípios da Cova da Beira	1.214.164	-	494	-	1.181	-	-	-	58
Municípios do Norte Central	1.908.677	-	-	-	-	-	-	-	219.280
Municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado	2.287.705	-	-	-	-	-	-	-	537.041
Municípios do Sul do Douro	2.680.117	-	-	-	-	-	-	-	-
Municípios do Norte Alentejano	784.209	-	6.467	-	44	-	-	-	-
Municípios da Alta Estremadura	982.579	-	-	-	204	-	-	-	2.643
Municípios do Vale do Minho	1.577.556	-	-	-	-	-	-	-	-
Municípios das Regiões de Lisboa e Oeste	5.520.980	-	55.000	-	1.080.474	-	-	-	3.122.516
PNEUANG, LDA	2.487	-	-	-	29.305	-	-	-	-
Prefal - Prefabricados de Luanda, Lda	3.282	-	-	-	-	-	-	-	-
Prio Biocombustíveis	278	-	-	-	-	-	-	-	-
Resilei	3.315	-	48	-	-	-	-	-	-
Rima	17.586	-	3.654	-	1.223	-	-	332.500	-
SRI	-	-	1.923	-	-	-	-	-	-
Serviços Municipalizados de Setúbal	-	-	-	-	11.679	-	-	-	-
SONANGALP - Sociedade de Distribuição	-	-	53.708	-	-	-	-	-	-
Suma Brasil Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	407
Serv. Inter municíp. Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	1.438.537	-	23.902	-	108.351	-	-	-	432.073
Serviços Municip. Câmara Municipal Torres Vedras	318.401	-	-	-	128	-	-	-	-
Serviços Municipalizados Câmara Municipal Concelho Nazaré	81.834	-	-	-	174	-	-	-	-
Serv. Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	102.774	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Municipalizados de Abrantes	155.167	-	-	-	-	-	-	-	-

2023	Cientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Empréstimos obtidos (Nota 24.1)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)
Partes relacionadas									
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	128.919	-	-	-	573	-	-	-	-
SMAS Almada	21.549	-	-	-	-	-	-	-	-
Taviraverde-Empresa Municipal de Ambiente, EM	415.948	-	-	-	36.041	-	-	-	-
Tejo Ambiente EIM, S.A.	18.824	-	-	-	-	-	-	-	-
Tracevia	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Triu	251.977	-	8.626	-	162.484	-	-	-	7.160
Urbaser	-	-	-	-	245.000	3.172.400	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	-	-	6.842	-	353.625	-	-	-	-
VBT - Proj.Oras Arq.Paisagistica, Lda	48.569	-	-	-	20.980	-	-	-	-
	47.234.316	44.471	825.277	16.441	10.170.879	8.240.000	5.000.000	335.851	25.093.700

2022	Cientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Ativos não correntes detidos para venda	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)	Passivos não correntes detidos para venda
Partes relacionadas										
Aqualevel	10.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Águas de São João e M, S.A.	1.315	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABIAM - Environment and Services, Lda.	-	-	-	-	-	203.746	-	-	-	203.746
Ambigere	-	-	2.534	-	-	2.306	-	-	-	-
Biosmart, S.A	24.161	-	-	-	24.161	73.800	563.704	-	-	637.504
Câmara Municipal da Lousada	-	-	-	-	-	-	-	-	450.596	450.596
Carlos Augusto P.Santos & Filhos	-	-	-	-	-	140.094	-	-	-	-
CAPSFIL - Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos, S.A.	-	-	-	-	-	150.793	-	-	-	-
Cicomol	-	-	-	-	-	-	-	-	2.512	-
Clean Eburnie, SARL	5.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eco Eburnie, S.A.	129.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOLEZÍRIA	67.842	-	-	-	67.842	-	-	-	102	-
Ecolife	52.159	44.471	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOSS Ambiental	-	-	558.879	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Construtora Brasil, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	536.698	-
Efacec-Engenharia e Sistemas, S.A	7.410	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equimetra, S.A.	3.702	-	-	-	3.702	689	-	-	-	689
Eurosol - Invest. Turísticos	7	-	-	-	7	-	-	-	-	-
Gestion e Innovacion in servicios	7.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2022 Partes relacionadas	Cientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Ativos não correntes detidos para venda	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)	Passivos não correntes detidos para venda
Iberibras, S.A.	3.857	-	-	-	3.857	-	-	-	-	-
Lena Eng. E construção, S.A.	-	-	-	-	-	25.000	-	-	-	25.000
Lena Agregados, S.A.	-	-	-	-	-	8.150	-	-	-	8.150
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	518.055	-	-	-	-	126	-	-	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	51.570	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	99.697	-	-	-	-	96	-	-	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	35.340	-	-	-	-	364.432	-	-	-	-
Ambiolhão EM	422.188	-	-	-	-	13.893	-	-	-	-
APIN - E.I.A. PINHAL INTER. EIM, S.A.	394.588	-	-	-	-	78	-	-	40	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	271.354	-	-	-	-	3.198	-	-	-	-
Freguesias de Faro Sé e S.Pedro	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Freguesia Vila do Bispo e Raposeira	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freguesia de Quarteira	21.230	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusoponte-Conces.Travessia Tejo SA	6.326	-	-	-	-	20	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	-	850	-	-	-	-
Liz On-Line, S.A.	-	-	-	-	-	424	-	-	-	424
Mais Itapevi	-	-	11.363	-	-	-	-	-	-	-
Manvia - Diagnósticos Eléctricos A.C.E.	-	-	-	-	-	433.620	-	-	-	-
Mota-Engil Next S.A.	-	-	-	-	-	24.165	-	-	-	-
Mota-Engil Ativ	249.299	-	-	-	172.177	1.142.356	-	1.935	13.802	35.228
Mota-Engil Serviços Partilhados	-	-	-	-	-	66.200	-	-	-	-
Mota-Engil África	5.364.355	-	12.299	-	-	8.327	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	-	319	-	-	583.692	5.067.600	-	-	-
Mota-Engil - SGPS	836.083	-	148	-	-	225.734	-	-	1.196	5.553
Mota-Engil Sucursal Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	712	-
Mota-Engil Europa, S.A.	-	-	-	-	-	19.600	-	-	-	-
Mota-Engil, Central Europe	-	-	-	-	-	43.278	-	-	5	-
Mota-Engil Dominicana	6.889	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Angola	3.877.022	-	313.843	-	-	1.557	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	1.579.250	-	8.735	-	1.133.596	1.180.669	-	1.900	16.881	7.314
Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.	51	-	290.384	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Real Estate Freixeiro	3.464	-	-	-	1.176	-	-	-	-	-

2022 Partes relacionadas	Cientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Ativos não correntes detidos para venda	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)	Passivos não correntes detidos para venda
Mota-Engil Real Estate Alverca	1.439	-	-	-	1.439	-	-	-	-	-
Mota Engil Real Estate Portugal	2.255	-	-	-	2.255	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Panamá	11.952	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-Engil Latam Colombia SAS	27.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Renewing, S.A.	-	-	-	-	-	6.092	-	450	-	-
Mota-Engil, Polska	-	-	-	-	-	-	-	1.400	-	-
Mota-Engil Real State developers	-	-	-	14.622	-	13.207	-	-	-	-
Mota-Engil Railway Engineering	17.059	-	-	-	2.783	857	-	-	-	-
Mota-Engil Global Serviços Partilhados	201	-	-	-	201	83.943	-	-	-	66.168
Municípios do Algarve	1.470.628	-	-	-	-	2.526	-	-	-	-
Municípios da Margem Sul do Tejo	2.350.418	-	-	-	-	2.913	-	-	-	-
Municípios do Litoral Centro	1.531.708	-	-	-	-	86.546	-	-	54.960	-
Municípios da Cova da Beira	826.579	-	38.574	-	-	898	-	-	-	-
Municípios do Norte Central	1.256.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado	1.083.605	-	-	-	-	-	-	-	1.271.002	-
Municípios do Sul do Douro	1.433.469	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municípios do Norte Alentejano	663.170	-	2.202	-	-	75	-	-	-	-
Municípios da Alta Estremadura	369.797	-	-	-	-	65	-	-	-	-
Municípios do Vale do Minho	682.471	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municípios das Regiões de Lisboa e Oeste	2.160.083	-	55.000	-	-	118.583	337	-	2.034.830	-
Operadora Douro Interior, S.A.	726	-	-	-	726	-	-	-	-	-
S.S. Bioenergias, s.A.	187.741	-	-	-	187.741	-	-	-	-	-
Sunviauto	4.351	-	-	-	4.351	-	-	-	-	-
Serv. Intermunicip. Águas e Resíduos Municípios Loures e Odivelas	1.339.359	-	58.500	-	-	118.306	-	-	428.827	-
Serviços Municip. Câmara Municipal Torres Vedras	261.091	-	-	-	-	235	-	-	-	-
Serviços Municipalizados Câmara Municipal Concelho Nazaré	64.839	-	-	-	-	279	-	-	-	-
Serv. Mun. Água e Saneamento CM Caldas Rainha	84.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Municipalizados de Abrantes	151.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	248.490	-	-	-	-	459	-	-	-	-
SMAS Almada	38.263	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2022	Cientes, conta corrente (Nota 17)	Créditos a receber (Nota 17)	Outros créditos a receber (Nota 17)	Diferimento Ativo	Ativos não correntes detidos para venda	Fornecedores, conta corrente (Nota 25)	Acionistas (Nota 25)	Acréscimos de gastos (Nota 25)	Outras dívidas a pagar (Nota 25)	Passivos não correntes detidos para venda
Tavirverde-Empresa Municipal de Ambiente, EM	238.578	-	-	-	-	15.813	-	-	-	-
Tejo Ambiente EIM, S.A.	57.402	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbaser	214.264	-	600	-	-	325.000	3.172.400	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	109.641	-	342	-	-	123.000	-	-	-	-
Treciver, S.A.	454	-	-	-	454	-	-	-	-	-
Vista Wate	9.450.992	-	6.194.142	-	-	3.843	-	-	224.830	-
	40.392.099	44.471	7.547.864	14.622	1.606.466	5.619.533	8.804.041	5.685	5.036.996	1.440.372

O saldo a pagar registado na rubrica “Acionistas” corresponde essencialmente aos dividendos distribuídos pela SUMA aos seus acionistas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 8.240.000 Euros. Este valor encontra-se classificado como não corrente.

27. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos pelo Grupo, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	2023	2022
Tratamento de resíduos sólidos urbanos	162.209.917	141.654.176
Venda de energia	40.821.169	49.045.086
Material reciclável	66.097.533	65.600.923
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	57.300.288	63.254.199
Tratamento de resíduos industriais	32.907.004	33.869.530
Limpeza e varredura	33.819.082	25.746.428
Gestão de aterros / sistemas integrados	2.641.466	1.611.953
Manutenção de contentores	5.657.220	5.335.507
Recolha industrial	6.079.182	4.862.589
Educação Ambiental	1.287.111	774.035
Outros	23.459.129	13.437.450
	432.279.101	405.191.876

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se, essencialmente, ao tratamento e valorização de resíduos provenientes da recolha indiferenciada a clientes municipais.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram prestados serviços e efetuadas vendas a partes relacionadas nos montantes de 136.320.958 Euros e 106.022.527 Euros, respetivamente (Nota 26).

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Conservação e reparação	44.320.620	38.796.927
Trabalhos especializados	8.779.833	16.057.662
Energia, combustíveis e outros fluídos	28.387.762	31.556.349
Seguros	7.416.668	6.456.917
Rendas e alugueres	7.448.978	6.490.487
Vigilância e segurança	4.867.235	4.375.082
Transportes, deslocações e estadias	3.438.432	4.438.075
Subcontratos	44.444.515	30.076.277
Comunicações	712.510	361.519
Comissões e honorários	176.778	284.890
Publicidade e propaganda	5.173	-
Encargos de gestão	1.043.477	1.049.023
Outros fornecimentos e serviços	9.302.999	13.433.296
	160.344.980	153.376.504

A rubrica “Outros fornecimentos e serviços externos” consiste essencialmente em gastos incorridos com transporte de mercadorias, consumos de reagentes, ferramentas e utensílios de desgaste rápido e deslocações e estadas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, salienta-se o aumento na rubrica de conservação e reparação devido ao aumento do gasto com as manutenções plurianuais.

A rubrica de subcontratos e trabalhos especializados sofreu um aumento por maior contratação de trabalho temporário e transporte e recolha seletiva.

Nos períodos findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, foram obtidos serviços prestados por partes relacionadas nos montantes de 18.918.265 Euros e 15.388.261 Euros, respetivamente (Nota 26).

29. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	109.438.996	97.721.622
Encargos sobre remunerações	24.799.238	22.792.837
Seguros	3.985.998	3.273.880
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 26)	3.168.868	3.141.450
Indemnizações	114.707	114.074
Gastos de ação social	166.855	123.736
Outros	11.440.271	10.182.161
	153.114.933	137.349.760

O número médio de empregados ao serviço do Grupo, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023	2022
Empregados	9.910	7.826
Empregados cedidos pelas câmaras municipais	2	4
	9.912	7.830

30. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos de construção em direito de utilização de infraestrutura	97.351.558	59.118.577
Indemnizações associadas a sinistros	439.839	339.703
Juros de mora a clientes	82.944	133.479
Correções relativas a exercícios anteriores	210.215	46.772
Descontos de pronto pagamento obtidos	333.082	214.878
Subsídios à exploração	117.405	128.149
Ganhos com alienações de ativos fixos tangíveis	890.490	502.731
Atualização financeira das contas a receber de clientes (Nota 17)	601.900	-
Diferenças de câmbio	-	681.843
Ganhos em instrumentos financeiros	123	2.414
Outros rendimentos suplementares	4.098.976	2.476.356
	104.126.532	63.644.902

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram obtidos outros rendimentos de partes relacionadas nos montantes de 248.024 Euros e 149.573 Euros, respetivamente (Nota 26).

31. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

	2023	2022
Gastos de construção em direito de utilização de infraestrutura	97.351.558	59.118.577
Impostos	2.048.477	1.493.621
Atualização cambial	54.447	2.278.452
Donativos e quotizações	370.566	214.658
Correções relativas a exercícios anteriores	168.836	203.572
Despesas não documentadas	391.256	439.519
Atualização financeira das contas a receber de clientes (Nota 17)	32.045	283.240
Penalidades contratuais	40.252	320.317
Perdas em alienações/abates de ativos fixos tangíveis	38.396	27.452
Descontos de pronto pagamento concedidos	1	3
Perdas Investimentos financeiros FCT	9	12
Dívidas incobráveis	437	959.506
Outros	1.711.634	1.591.004
	102.207.914	66.929.933

Em 2023 o DUI foi superior ao ano anterior, face a uma maior realização de investimento.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo suportou outros gastos com partes relacionadas no montante de 62.351 Euros e 2.442.696 Euros, respetivamente (Nota 26).

32. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	7.770.306	8.689.368
Ativos intangíveis (Nota 11)	41.665.990	47.590.194
Propriedades de investimento (Nota 9)	680,60	783
	49.436.976	56.280.345
Goodwill (Nota 10)	233.422	1.006.353
	49.670.397	57.286.698

33. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	2023	2022
Juros obtidos:		
Depósitos e aplicações financeiras	808.234	1.307.918
Financiamentos concedidos a partes relacionadas (Nota 26)	-	51.600
Rendimentos similares obtidos:		
Outros	2.583.120	1.497.087
	3.391.354	2.856.605

34. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, têm a seguinte composição:

	2023	2022
Juros suportados	24.250.591	13.380.817
Imposto do Selo	744.721	544.908
Comissões bancárias	142	1.092
Outros	3.492.796	1.924.914
	28.488.250	15.851.731

35. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a entidades terceiras (nomeadamente a Câmaras Municipais e Associação de Municípios), por imposições contratuais, como se segue:

	2023	2022
Autoridade Tributária	1.000	1.000
Câmaras e Associações Municipais	7.935.550	9.454.705
Entidades Financeiras	333.333	728.000
Entidades Privadas	739.242	755.697
Estado Português	6.750.678	8.482.985
Outras Entidades Públicas	508.532	635.340
Tribunais	27.745	30.969
	16.296.080	20.088.696

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo tinha garantias bancárias financeiras como segue:

	2023	2022
Instituições Financeiras	6.008.889	9.279.998
Autoridade Tributária	1.090.636	1.090.636
	7.099.525	10.370.635

36. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

No período findo em 31 de dezembro de 2022, no seguimento de uma operação de venda em curso mantida com o acionista minoritário do Grupo SUMA, o Grupo passou a classificar os ativos e passivos associados ao negócio de resíduos industriais como detidos para venda.

Pelo facto do negócio não se enquadrar a um segmento, a apresentação na demonstração consolidada dos resultados não sofreu alterações.

No dia 1 de março de 2023, o Grupo Mota-Engil comunicou a celebração de um acordo com o Grupo Urbaser que permitirá ao grupo adquirir a posição de capital de 38,5%, passando a deter a totalidade do capital no negócio de recolha e tratamento de resíduos urbanos. Deste acordo, resulta também a alienação à Urbaser, S.A. (“Urbaser”) de 61,5% do negócio de resíduos industriais, até à data explorado pela SUMA.

Pelo facto do negócio não se enquadrar a um segmento, a apresentação na demonstração consolidada dos resultados não sofreu alterações, as empresas que estão inseridas no acordo acima referido são o Grupo Enviroil nomeadamente (Correia & Correia, SRI, Triu, Enviroil II e Enviroil), Resilei, Citrave e Rima.

Em 28 de dezembro de 2023, a operação de cisão foi concluída. No período que antecedeu o seu registo, a SUMA manteve o controlo da gestão, das políticas operacionais e financeiras das empresas inseridas no acordo acima referido, pelo que, para efeitos de consolidação, foi entendimento do Conselho de Administração a apresentação na demonstração consolidada de resultados. Desta forma a apresentação na demonstração consolidada dos resultados não sofreu alterações.

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados ao negócio de resíduos industriais, era como se segue:

ATIVO	Notas	2022
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	8/9	24.182.186
Goodwill	10	8.026.139
Ativos intangíveis	11	28.785
Outros investimentos financeiros	13	59.061
Total do ativo não corrente		32.296.171
Ativo corrente		
Inventários	16	494.008
Clientes	17	9.491.378
Estado e outros entes públicos	18	766.705
Outros créditos a receber	17	535.642
Diferimentos	19	162.123
Caixa e depósitos bancários	4	16.051.846
Total do ativo corrente		27.501.702
Total do ativo		59.797.873

PASSIVO	Notas	2022
Passivo não corrente		
Provisões	23	7.574.932
Financiamentos obtidos	24	1.734.116
Passivos por impostos diferidos	15	447.127
Total do passivo não corrente		9.756.175
Passivo corrente		
Fornecedores	25	4.387.145
Estado e outros entes públicos	18	2.707.140
Financiamentos obtidos	24	912.265
Outras dívidas a pagar	25	2.368.935
Total do passivo corrente		10.375.485
Total do passivo		20.131.660

37. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi determinado como se segue:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(23.723.032)	9.565.131
Número de ações (Nota 20)	250.000	250.000
Resultado por ação básico e diluído	(94,89)	38,26

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o reembolso líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

38. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

O Grupo encontra-se exposto, essencialmente, aos seguintes riscos de financeiros:

RISCO DE TAXA DE JURO

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. No entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração as principais projeções de *cash-flow* para 2024 e a estrutura e tipologia dos seus ativos, o Grupo não antevê dificuldades em liquidar a suas responsabilidades financeiras correntes.

Apesar de em 31 de dezembro de 2023, se apresentar fundo de maneiço negativo no valor de 44 M€ salientamos que a esta data os montantes de crédito disponível e não utilizado de médio e longo prazo são de 85 M€ e contas correntes de 59,3 M€. Adicionalmente, para efeitos de cumprimento do plano de investimento das concessões encontram-se disponíveis montantes de crédito disponíveis e não utilizados para leasings, no montante de 11 M€. Consequentemente, em resultado das informações acima e da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, as quais também dependem do apoio financeiro do Acionista, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

RISCO REGULATÓRIO

Os ganhos registados em cada período por cada concessionária resultam essencialmente dos pressupostos considerados pelo regulador ERSAR, na definição das tarifas reguladas para o setor do tratamento e gestão de resíduos.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da ERSAR. Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização, no sector dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expetativa que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o RTR - regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Este regulamento produziu efeitos em 1 de janeiro de 2016, e acarretou uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando-se de um modelo de custo de serviço () para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), o qual remunera uma base de ativos ao custo de capital e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Ao longo dos anos 2016 e 2017, foram, entretanto, publicados três Documentos complementares ao RTR com clarificações acerca das metodologias regulatórias, e já em finais de 2017, foi publicitada uma Consulta Pública pela ERSAR, n.º 05/2017 do “Projeto de alteração do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos”, tendo decorrido um período para envio de contributos à consulta entre 07 de novembro e 20 de dezembro de 2017. As alterações previstas neste documento foram muito significativas alterando conceptualmente o modelo regulatório então vigente. As concessionárias do Grupo EGF remeteram conjuntamente e em tempo útil, as suas pronúncias ao documento proposto pelo Regulador e aguardam, com expectativa, os resultados da mesma.

Já durante 2018, foi publicado pela ERSAR uma Revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, face à experiência do primeiro período regulatório se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições. A revisão ao RTR veio exigir a revisão e adaptação também dos modelos de reporte, assim, ainda em 2018 foram aprovados e revistos dois dos Documentos Complementares, a saber:

(a) Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril (1º Documento Complementar) com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais sendo revogado o anterior Documento complementar 1, Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto.

(b) Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho (3º Documento Complementar) onde se consagraram mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas.

A ERSAR realizou uma consulta pública no final de 2021, sobre os Indicadores da Qualidade de Serviço e no final de 2022 sobre o regulamento de procedimentos regulatórios.

Em virtude das alterações impostas pelos regulamentos acima, a ERSAR aprovou os proveitos permitidos e tarifas reguladas da Empresa para os períodos regulatórios de 2016-2018 e de 2019-2021. Tendo em consideração o impacto na atividade da Empresa decorrente destas decisões da ERSAR, que se afiguraram insuficientes para a prestação do serviço público de forma sustentável para a Empresa, as mesmas foram objeto de ação administrativa especial com pedido de impugnação em sede de Tri-bunal por parte da Empresa.

No seguimento das ações mencionadas no parágrafo anterior, em 2020 o regulador propôs à EGF, como forma de encontrar soluções equilibradas, sustentáveis e estáveis ao nível dos resultados das concessionárias da EGF, num quadro de eficiência operativa, a contratação de uma entidade externa (auditor) independente que identificasse as causas das variações de resultados das empresas entre 2018 e 2019 e as quantificasse, de forma a proceder a correções aos custos operacionais de referência do período regulatório de 2019-2021. Esse processo decorreu durante o ano de 2020 e 2021 com ajustes significativos.

Em face dessa decisão, em 2021, o Grupo desistiu das ações administrativas referentes aos períodos regulatórios 2016-2018 e 2019-2021, acima referidas.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, foram submetidas as Contas Reguladas Reais referentes ao ano de 2023 à ERSAR no final de abril de 2024, não sendo conhecida ainda a decisão da ERSAR sobre as mesmas. Também não existe uma decisão final por parte da ERSAR relativamente às de 2022.

39. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SUBGRUPO EGF

As concessões em regime exclusivo por um período de 19 anos, com termo em 2034, da exploração e da gestão das áreas do Algarve, Sul do Tejo, Leiria, Litoral Centro, Beira Alta, Norte Central, Vale do Lima e Baixo Cávado, Sul do Douro, Norte do Alentejo, Vale do Minho e Lisboa e Oeste, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, foi atribuída às subsidiárias do Grupo EGF através da assinatura da reconfiguração do contrato de concessão a 30 de setembro de 2015.

A atividade objeto da concessão compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar às subsidiárias do Grupo EGF todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização da concessão é da competência da ERSAR, tendo esta a competência na definição das tarifas a aplicar, assim como na aprovação das Contas Reguladas e a competência pela aprovação do plano de investimentos passam para o concedente em vez da ERSAR.

A exploração e a gestão, anteriormente referida, compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao período da atividade das Concessionárias.

As bases da concessão definem que as subsidiárias do Grupo EGF têm como atividade principal, a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares, as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. Os períodos das atividades complementares dependem de autorização do concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima;
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infra-estruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que as Concessionárias sejam titulares;
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração da concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

As subsidiárias do Grupo EGF devem elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos à concessão, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

As subsidiárias do Grupo EGF têm a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

As subsidiárias do Grupo EGF mantêm o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos revertem para uma Entidade Intermunicipal, Associação de municípios, o conjunto dos Municípios utilizadores, ou o Estado, mediante o período do respetivo direito de opção e o pagamento à concessionária, nos termos previstos nas Bases e no contrato de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O regime remuneratório da concessão baseia-se no reconhecimento às Concessionárias dos proveitos permitidos, a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema. As Concessionárias são responsáveis pelos riscos inerentes à concessão nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. A Empresa é responsável pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas no contrato de concessão, assumindo os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proventos permitidos anualmente às subsidiárias do Grupo EGF, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos (“Período regulatório”). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proventos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos à concessão, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência;
- Repercussão adequada nos proventos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues às subsidiárias do Grupo EGF.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pelas subsidiárias do Grupo EGF, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar às subsidiárias do Grupo EGF os proventos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proventos permitidos anualmente às Concessionárias pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

O contrato de concessão em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, permite um equilíbrio contratual nas condições de uma gestão eficiente, promovendo um investimento mais racional e uma maior eficiência operacional, através do reconhecimento dos custos de investimento, de operação e manutenção e na adequada remuneração dos ativos afetos à concessão, a serem refletidos nas tarifas aplicáveis às subsidiárias do Grupo EGF, as quais permitem recuperar os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para os Municípios ou para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável às subsidiárias do Grupo EGF; oposição reiterada ao período da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência das Concessionárias; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital das Concessionárias; oneração de participações no capital das Concessionárias em inobservância do disposto no contrato de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social das Concessionárias; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade das Concessionárias em retomar a concessão.

O concedente pode resgatar a concessão, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, mediante aviso prévio feito às subsidiárias do Grupo EGF, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, as subsidiárias do Grupo EGF tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, do valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

40. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

O acordo estabelecido entre a Mota-Engil e a Urbaser, através do qual a Mota-Engil adquiriu à Urbaser as participações que esta detinha na SUMA e Suma Tratamento, foi concluído a 3 de janeiro de 2024, tendo a Mota-Engil alienado à Urbaser o negócio de resíduos industriais que integrava a SUMA, com forme referido na nota 1.2.

Com esta transação, a Mota-Engil passou a deter direta ou indiretamente a totalidade do capital da SUMA e da Suma Tratamento.

Em 3 de maio de 2024 a Suma Tratamento obteve aprovação do pedido de adiamento de maturidade por meio de uma Carta Consentimento, que prevê a liquidação de apenas 4.655.002,61 Euros em 2024, tendo a data de maturidade do remanescente sido alterada para 1 de julho de 2025. Este evento foi avaliado como um evento subsequente não ajustável. Conforme referido na nota 24.1.

Não são conhecidos à data outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

41. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que o Grupo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Contabilista Certificado

Sérgio Lima

O Conselho de Administração

José Manuel Mota Neves da Costa

Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago

Carlos Alberto Vaz Pinto Garcez

Nuno Jorge Sêco da Costa

Nuno Manuel de Morais Kol de Carvalho



RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o seu relatório e parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. (“Grupo”), preparados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

FISCALIZAÇÃO

O Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Grupo, a evolução da sua atividade através de reuniões formais e informais com a extensão que considerou adequadas, mantendo igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos informou da planificação das suas intervenções, do seu âmbito e natureza, bem como das conclusões dos trabalhos realizados. Foi ainda este Conselho Fiscal informado do desenvolvimento do processo de preparação e de divulgação da informação financeira consolidada, bem como da revisão das demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo naquela data, os quais mereceram a sua concordância.

Procedeu ainda à apreciação do Relatório Consolidado de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a impossibilidade de se concluir sobre se o saldo da provisão registada é razoável para fazer face às obrigações presentes existentes, derivadas da obrigatoriedade da selagem e monitorização dos aterros em exploração por parte das participadas “Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A.” e “Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A.” e, bem assim, sobre o efeito desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022. As mencionadas participadas foram, entretanto, incluídas no projeto de cisão, concluído em dezembro de 2023, que consubstanciou o acordo celebrado entre o Grupo Mota-Engil e a Urbaser, S.A., não fazendo assim parte do perímetro de consolidação do Grupo em 31 de dezembro de 2023, os mencionados documentos merecem igualmente a concordância do Conselho Fiscal.

Three handwritten signatures in blue ink, appearing to be initials or names, located at the bottom left of the page.

No cumprimento das suas funções o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, dos Serviços do Grupo e do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, cobrindo a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, não tendo tomado conhecimento de violações à Lei ou aos Estatutos.

PARECER

Tendo em consideração o exposto acima, somos de parecer que sejam aprovados:

- O Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos Responsáveis do Grupo e, bem assim, do Revisor Oficial de Contas.

Linda-a-Velha, 10 de julho de 2024

O CONSELHO FISCAL

Handwritten signature of Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos in black ink.

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - Presidente

Handwritten signature of Pedro Miguel Pereira Gonçalves in black ink.

Pedro Miguel Pereira Gonçalves - Vogal

Handwritten signature of Ricardo Humberto Pires Pereira de Almeida in black ink.

Ricardo Humberto Pires Pereira de Almeida - Vogal



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 887.434.846 euros e um total de capital próprio de 229.918.703 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23.723.032 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Nos termos da legislação em vigor e conforme divulgado nas Notas 23 e 36 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tem a responsabilidade de selagem e monitorização dos aterros em exploração. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão constituída para o efeito ascende a 989 milhares de euros (8.562 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, dos quais 7.569 milhares de euros respeitam às participadas Resilei - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. e Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A., apresentadas no balanço na rubrica de Passivos não correntes detidos para venda, tendo as mesmas sido incluídas no processo de cisão concluído em dezembro de 2023, não fazendo assim parte do perímetro de consolidação do Grupo em 31 de dezembro de 2023). Até à presente data, a informação disponível referente ao saldo desta provisão não é suficiente para nos permitir concluir quanto à razoabilidade da responsabilidade registada para fazer face às obrigações presentes existentes e respetiva movimentação do exercício. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o efeito desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

10 de julho de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, ROC n.º 1432
Registado na CMVM com o n.º 20161042



Sede Social
Rua Mário Dionísio, 2
2799-557 Linda-a-Velha
Lisboa-Portugal

Telefone
+351 217 997 700 (Rede fixa nacional)

geral@suma.pt